

ESTUDOS PARA A
IMPLEMENTAÇÃO DO
PLANEHAB

PLANO ESTADUAL DE HABITAÇÃO
DE INTERESSE SOCIAL E
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO URBANO

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO

ESTUDOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO
DO PLANO ESTADUAL DE HABITAÇÃO
DE INTERESSE SOCIAL E REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA – PLANEHAB



ESTUDOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – PLANEHAB

.....



SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO URBANO



2015

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

GOVERNADOR

Rui Costa

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Carlos Martins Marques de Santana

SUPERINTENDENTE DE HABITAÇÃO

Marco Aurélio Felix Cohim Silva

DIRETORA DE PLANEJAMENTO HABITACIONAL

Adalva Pereira Tonhá

COORDENADORA DE PLANEJAMENTO

Maria Raquel Mattoso Mattedi

**COORDENADORA DE ACOMPANHAMENTO
E AVALIAÇÃO**

Maria Luiza Petitinga Lima

EQUIPE PLANEHAB

Maria Raquel Mattoso Mattedi (Coordenadora)

Joeliete Vitória de Matos

Lerisia Septímio de Carvalho

Maria de Lourdes Costa Souza

Silvia Verena Escudero

CONCIDADES BAHIA

APOIO TÉCNICO

Maria das Graças Carvalho

Raimunda Moreira

ELABORAÇÃO DO PLANEHAB

Empresa contratada: Grupo Técnico de Apoio – GTA

Financiamento: MCidades – FNHIS/CAIXA

PUBLICAÇÃO

Revisão, projeto gráfico e editoração: 2 Designers

Patrocínio: Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia – SINDUSCON-BA

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Aidil Neto Amorim
CRB 643 - 5ª Região - Ba.

B151e Bahia (Estado). Secretaria de Desenvolvimento Urbano.
Estudos para implementação do Plano Estadual de
Habitação de Interesse Social e Regularização Fundiária –
PLANEHAB / Secretaria de Desenvolvimento Urbano;
2 Designers Edição e Impressão de Produtos Gráficos Ltda. –
Salvador: SEDUR, 2015.
128 f. :il.

Superintendência de Habitação.

1. Políticas Públicas – Habitação Interesse Social. 2. Políticas
Sociais – Habitação Interesse Social. 3. Estudo Implementação
– Plano Estadual. 4. PLANEHAB – Necessidades Habitacionais.
5. PLANEHAB – Territórios de Identidade. 6. Compêndio
– Habitação Interesse Social. I. Bahia. Secretaria de
Desenvolvimento Urbano. II. Título.

CDU: 351.778.532
CDD: 363.5

SEDUR – Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
End.: 5ª Avenida, 550 – Centro Administrativo da Bahia – CAB
CEP: 41.745-004 | Salvador – Ba – Brasil. Tel: (71) 3118 3247
ascom@sedur.ba.gov.br

SUMÁRIO



APRESENTAÇÃO



PRIORIZAÇÃO DE MUNICÍPIOS



PLANEHAB EM NÚMEROS: BAHIA E TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE



SUBSÍDIOS PARA A ELABORAÇÃO DE PLANOS TERRITORIAIS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

1. Território de Identidade Velho Chico
2. Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu
3. Território de Identidade Baixo Sul
4. Território de Identidade Sertão do São Francisco
5. Território de Identidade Litoral Norte e Agreste Baiano
6. Território de Identidade Portal do Sertão

Em 2013, a partir da conclusão do PLANEHAB, que representa o principal instrumento da Política Estadual de Habitação de Interesse Social – PEHIS (BAHIA, 2008), a SEDUR passou a dispor de um valioso banco de dados, cujas informações, de abrangência estadual, foram organizadas em 27 Territórios de Identidade, abrangendo os 417 municípios baianos.

Pensando em dar visibilidade ao potencial de análise para o planejamento que este material encerra, foram estabelecidos, com base nos objetivos e diretrizes do Plano, alguns recortes territoriais, visando subsidiar as ações da SEDUR/SH e dos municípios baianos na busca de recursos oriundos dos programas habitacionais de interesse social do governo federal ou de outras fontes disponíveis.

Assim, este compêndio encerra um conjunto de informações organizadas em estudos específicos, com o objetivo de atender às necessidades habitacionais, sobretudo àquelas relativas ao *deficit*. Esses estudos foram organizados em três grupos:

- Estudo técnico-operacional destinado ao estabelecimento de um processo de priorização de municípios baianos para o combate ao *deficit* habitacional, urbano e rural.
- Síntese das necessidades habitacionais dos 27 Territórios de Identidade e seus respectivos municípios, no formato de fichas individuais, além de dados agregados para o estado da Bahia.
- Subsídios para a elaboração de Planos Regionais de Habitação de Interesse Social, que conterão informações sobre as necessidades habitacionais nos Territórios de Identidade, unidade de análise do PLANEHAB. Para tanto foram priorizados, inicialmente, os Territórios de Identidade que apresentaram as maiores demandas habitacionais, destacando-se inicialmente seis deles: 1) Velho Chico (TI 16); 2) Piemonte do Paraguaçu (TI 14); 3) Baixo Sul (TI 6); 4) Sertão do São Francisco (TI 10); 5) Litoral Norte e Agreste Baiano (TI 18); e 6) Portal do Sertão (TI 19). Esses seis territórios juntos abrangem 93 municípios.

A partir do trabalho de organização e sistematização de informações percebem-se especificidades locais que vão proporcionar uma escala de atendimento das demandas habitacionais mais adequada e mais próxima da realidade dos municípios baianos e das suas respectivas regiões. Essa análise, oportunamente aperfeiçoada e ampliada para os 27 Territórios de Identidade, permitirá um planejamento habitacional melhor distribuído entre as regiões, e mais equilibrado entre as necessidades de provisão habitacional e aquelas relativas à urbanização e/ou requalificação de assentamentos precários.

Esses dados irão assegurar, ainda, à SEDUR/SH, a formatação de um programa de assistência técnica voltado para o desenvolvimento urbano, notadamente no setor da habitação de interesse social, que deverá aprimorar a capacidade administrativa dos municípios em relação às políticas habitacionais, no sentido de produzir e melhorar informações específicas e especializadas, alimentando o banco de dados do Estado e dos municípios.

Tudo isto irá proporcionar a implantação de planos e políticas habitacionais sustentáveis como iniciativas de fundamental importância para uma melhor e mais justa destinação dos recursos financeiros para a habitação de interesse social.

Adalva Pereira Tonhá
Diretora de Planejamento Habitacional

I – PRIORIZAÇÃO DE MUNICÍPIOS

1. INTRODUÇÃO

Os municípios baianos são diferenciados entre si, tanto em relação às suas dimensões territoriais, quanto em relação às suas características demográficas. Uma análise considerando os 417 municípios baianos por porte populacional revela que 370 deles possuíam população inferior a 50 mil habitantes, perfazendo 46% da população total em 2014. São 47 municípios com população superior a 50 mil: 15 deles com população entre 100 e 500 mil habitantes, e apenas 2 na faixa populacional de 500 mil a um milhão de pessoas, conforme apresentado a seguir:

Classes	Nº de municípios	População	% população
Menos de 10 mil hab.	66	506.334	3,35
10 a < 50 mil hab.	304	6.411.826	42,39
50 a < 100 mil hab.	30	2.037.402	13,47
100 a < 500 mil hab.	15	2.655.882	17,55
500 a < 1.000 mil hab.	1	612.000	4,05
Mais de 1.000 mil hab.	1	2.902.927	19,19
Total do Estado	417	15.126.371	100

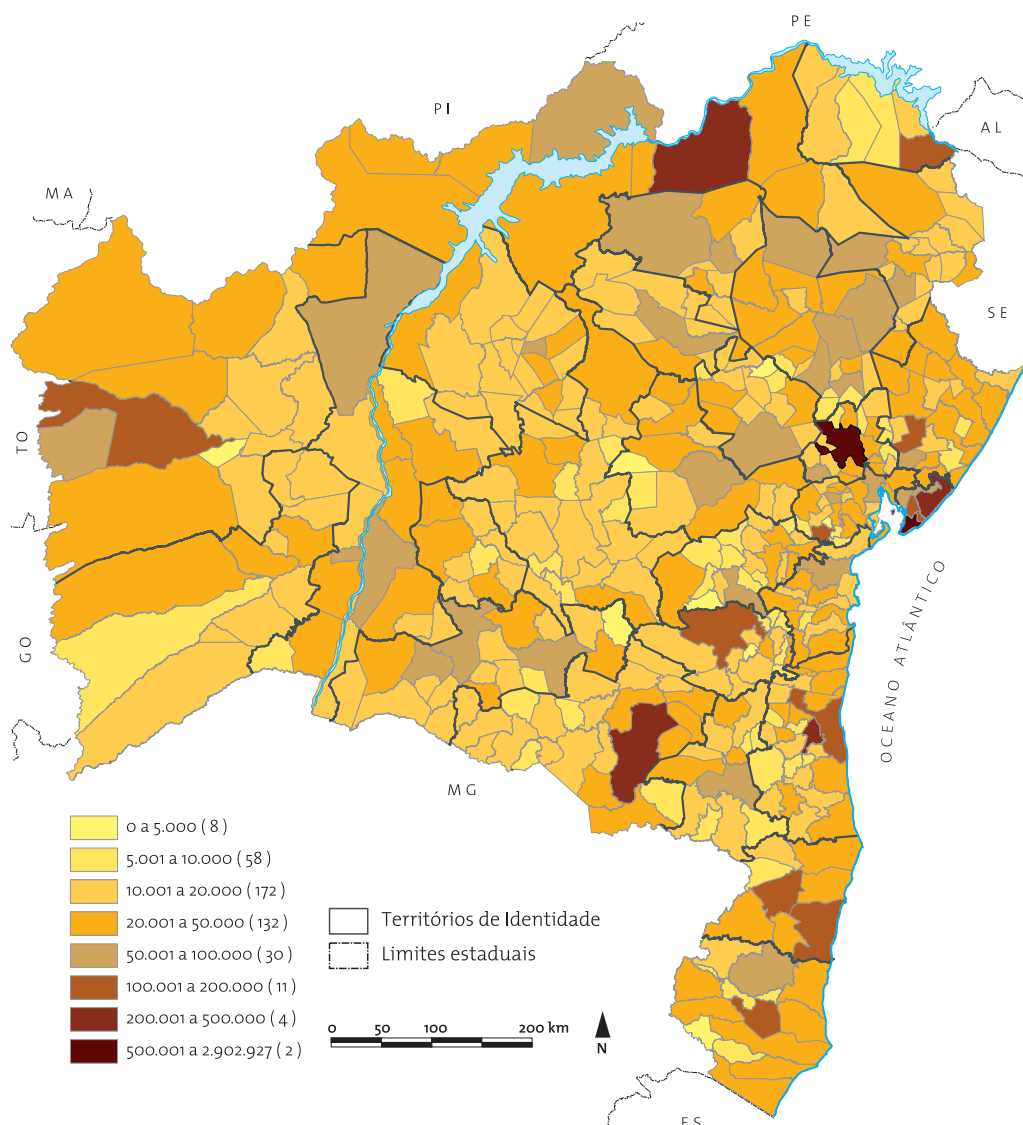
Fonte: SEI. População estimada, 2014.

TABELA 01
CLASSIFICAÇÃO
DE MUNICÍPIOS
POR PORTE
POPULACIONAL, 2014.

Os 17 municípios com população superior a 100 mil habitantes, distribuem-se em 12 dos 27 Territórios de Identidade. O Território Metropolitano de Salvador concentra 4 municípios desse conjunto. O mapa a seguir (Figura 1), apresenta a distribuição espacial dos municípios baianos por porte de população, ilustrando a sua distribuição no território baiano e apontando a predominância de municípios de menor porte.

FIGURA 1
MUNICÍPIOS E
POPULAÇÃO NO
ESTADO DA BAHIA

Fonte: SEI. Estimativa
populacional, 2014.



1.1. O PIB MUNICIPAL

Além do porte dos municípios, as variáveis econômicas e sociais, tais como o PIB e a renda *per capita* das famílias, foram também observadas para a composição deste estudo.

A análise do PIB municipal (Figura 2) e do PIB *per capita* (Figura 3), realizada pela SEI (2012), nos permite observar que não existe uma correlação direta entre as receitas municipais e o PIB *per capita*, situação essa que acontece quando a riqueza não se transforma em melhoria de qualidade de vida da população.

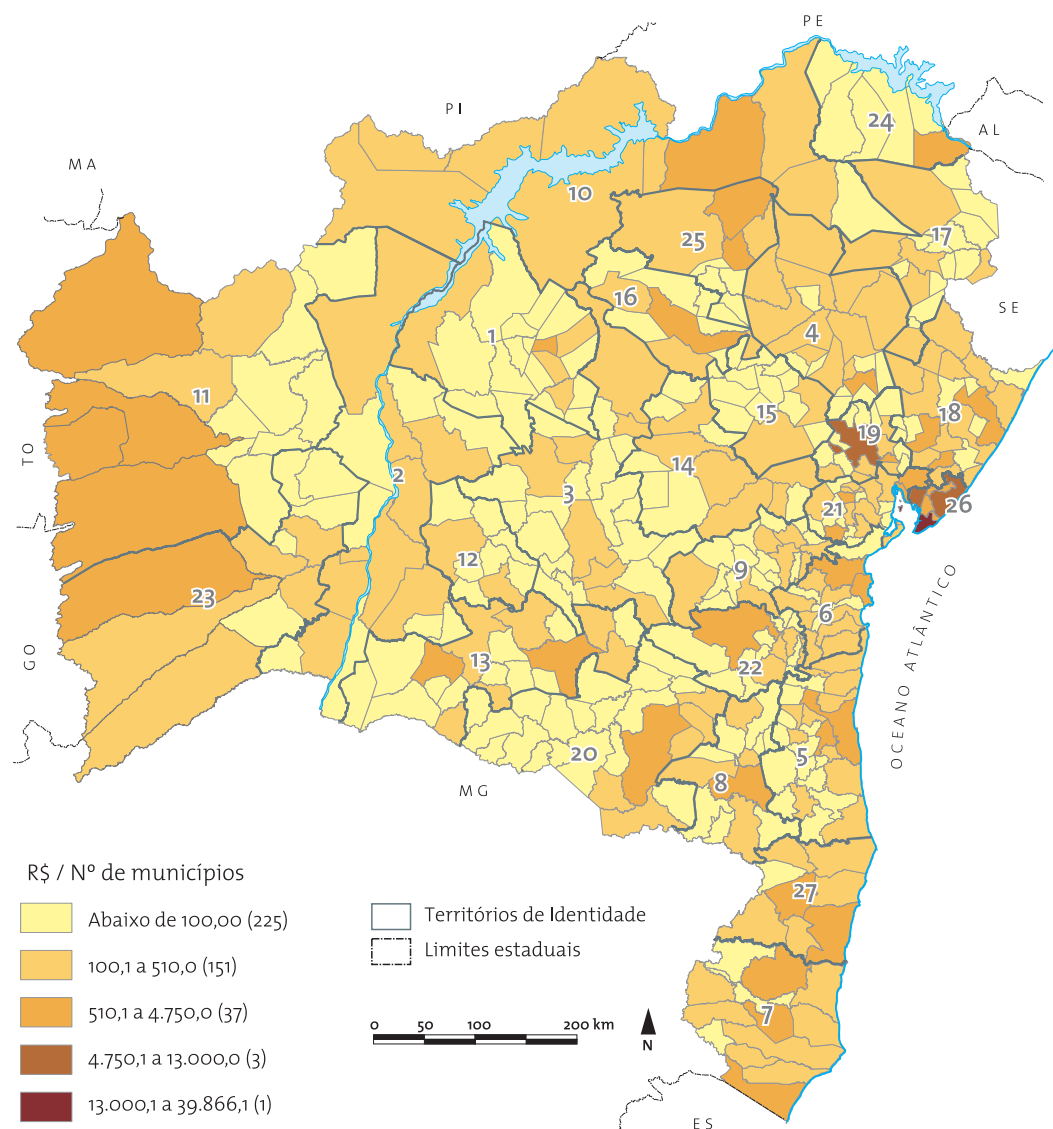


FIGURA 2
PIB MUNICIPAL.
BAHIA, 2014.

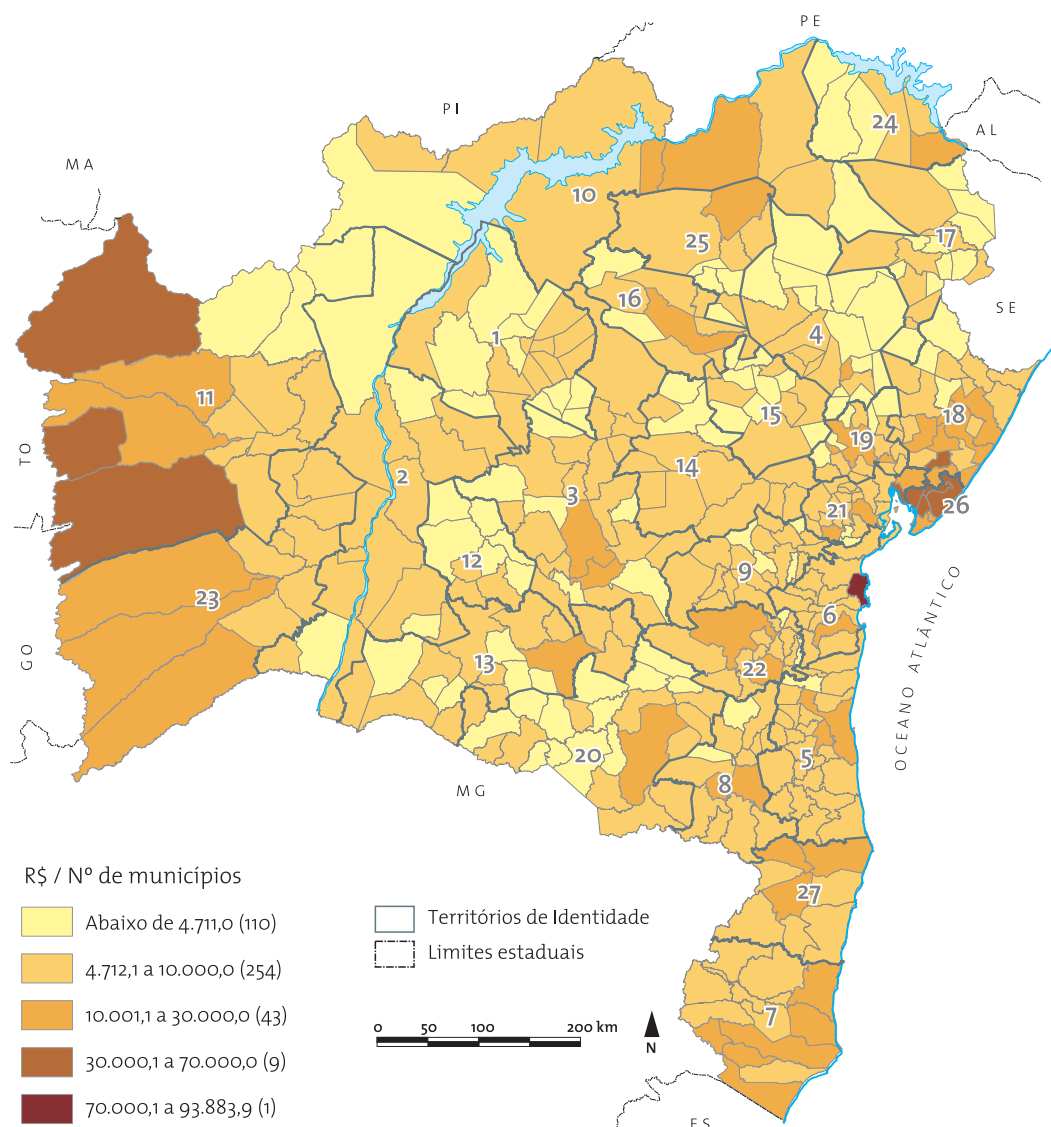
Fonte: SEI, 2012, 2014.
IBGE, 2012.

Segundo a obra de Sen (2007), uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação e do crescimento do PIB e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele (SEN, 2007, p. 28).

Para este autor, o desenvolvimento deve ser visto como um processo de expansão das liberdades substantivas que as pessoas desfrutam. Por isso, o crescimento do PIB municipal, do PIB *per capita* e de outros indicadores econômicos, deveria resultar em um meio de assegurar a expansão das liberdades dos indivíduos, ou seja, uma forma de permitir às pessoas o acesso às condições necessárias de sobrevivência humana.

FIGURA 3
PIB *PER CAPITA*.
BAHIA, 2014

Fonte: SEI, 2012, 2014.
IBGE, 2012.



2. NECESSIDADES HABITACIONAIS

A análise das necessidades habitacionais do estado da Bahia, a partir do PLANEHAB (2013), mostra que quanto maior o porte populacional dos municípios, maior a concentração dos problemas relacionados ao *deficit* e à inadequação habitacionais, e, neste último caso, destacam-se os temas relacionados ao saneamento e à regularização fundiária.

No caso das cidades médias, assim consideradas pelo porte populacional e a posição que ocupam na rede urbana (DIAS e VIDAL, 2012), observa-se que são 23 cidades enquadradas nessa categoria, as quais correspondem a 5,5% dos municípios baianos, abrigando 22% da população estadual e 26% da sua população urbana (Figura 4).

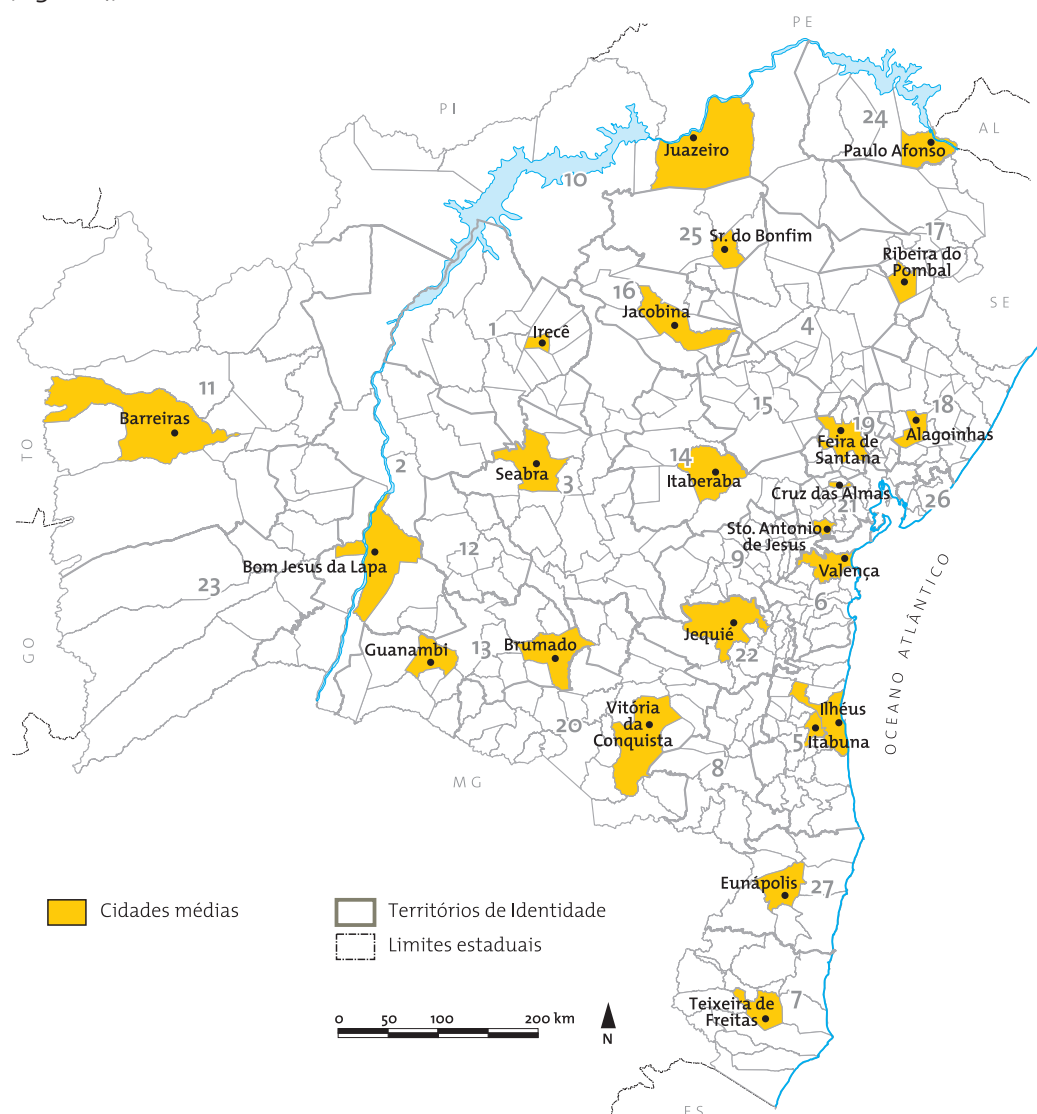


FIGURA 4
CIDADES MÉDIAS DA
BAHIA, 2014.

Fonte: SEDUR, 2014.

Esse conjunto de municípios concentra 1/4 do *deficit* e 37% da inadequação habitacionais urbanos, demandando tanto a produção de novas moradias, como projetos de urbanização de assentamentos precários. O *deficit* habitacional total desses municípios é de 111.483 unidades habitacionais, das quais 84% (93.781 UH) situam-se nas áreas urbanas. Somando-se o *deficit* dessas cidades com o da capital e dos municípios do Território Metropolitano de Salvador, chega-se a 57% do *deficit* básico urbano do Estado¹.

No mapa apresentado na Figura 4 são destacados os municípios que abrigam as chamadas cidades médias, que possuem posição importante na rede de cidades do estado.

Outras variáveis devem ser consideradas nessa análise, tais como os processos de mudança locais e/ou regionais, os impactos de grandes empreendimentos sobre o território, os determinantes de fluxos migratórios, o êxodo rural, dentre outras variáveis.

A atuação do Governo do Estado frente à sua Política de Habitação de Interesse Social (PEHIS, 2008), possui duas vertentes ou linhas de ação, quais sejam, a construção de novas moradias e a urbanização de assentamentos precários.

No primeiro caso, a ação se destina à reposição de domicílios rústicos e/ou ao incremento do estoque de habitações, voltando-se para o enfrentamento do *deficit* habitacional. No caso da urbanização de assentamentos precários, volta-se para projetos de adequação das condições de moradia já existentes, através de dotação de infraestrutura básica, melhorias habitacionais e disponibilização de serviços sociais acessíveis aos beneficiários dos programas habitacionais.

Para o adequado planejamento destas ações, algumas questões devem ser previamente levantadas e adequadamente respondidas:

- Quais as intervenções habitacionais necessárias aos territórios e aos municípios?
- A demanda se refere ao *deficit* e/ou à inadequação?
- Qual o maior *deficit* no município: o urbano ou o rural?
- Qual a tipologia dos projetos de urbanização necessários?
- Quais os programas habitacionais mais adequados à realidade dos municípios considerados?
- Quais os entraves, legais e institucionais, para se colocar em prática essas ações?
- Onde se concentra espacialmente a demanda?
- Quais os recursos disponíveis?

¹ A seleção de cidades médias definidas por Dias e Vidal (2012), levou em consideração, além do porte populacional das sedes municipais, a posição das mesmas na rede de cidades da Bahia, totalizando 23 cidades assim distribuídas: seis (6) capitais regionais, dezesseis (16) centros sub-regionais e um (1) centro de zona (IBGE, 2000, 2008).

3. PROCEDIMENTOS TÉCNICO-METODOLÓGICOS

Buscando definir procedimentos técnico-operacionais para responder a essas questões, a SEDUR identificou variáveis, disponíveis no PLANEHAB, que oferecessem respostas mais objetivas aos problemas em questão, possibilitando estabelecer uma escala de priorização de intervenção nos municípios.

Os princípios estabelecidos para a escolha dessas variáveis foram a proteção à vida e a melhoria das condições de habitabilidade para patamares aceitáveis e a priorização da população socialmente mais vulnerável. Para tanto, estabeleceu-se um “índice de priorização”, no qual foram consideradas as seguintes variáveis:

- Variação populacional (2000-2010 e 2010-2014)
- Taxa de urbanização dos municípios
- Domicílios em extrema pobreza (vulnerabilidade da população)
- *Deficit* habitacional urbano
- *Deficit* habitacional rural

Com base em um modelo de análise de multicritérios, a partir do qual se atribuiu uma nota entre 0 e 1 para cada índice analisado, sendo 0 (zero) a ausência de prioridade e 1 (um) a prioridade máxima, estabeleceu-se um “índice de priorização”, como um indicador sintético que agrega os demais, por meio de um método de ponderação que define a importância de um indicador na comparação com os demais que o compõem.

O modelo de ponderação utilizado estabeleceu pesos 3, 2 e 1 para cada índice, e com base nos resultados da hierarquização dos municípios, escalonaram-se as prioridades de atendimento em três patamares: alta, média e baixa.

A partir dessa matriz lógica, na qual são configurados os pesos para cálculo de cada um dos índices que compõem o sistema, é possível ao gestor da política interagir e validar o processo junto ao município e também adaptá-lo às alterações conjunturais que influenciam no processo de tomada de decisão.

De acordo com o objetivo da ação aqui estudada – enfrentamento ao *deficit* urbano e rural – a SEDUR/SH definiu um índice de priorização de produção habitacional urbana e rural para os projetos de provisão habitacional. Para tanto, utilizou-se o peso 3 (três) para o *deficit*, urbano e rural, relativo²; o peso 2 (dois) para índice de variação populacional; peso 1 (um) para a taxa de urbanização e vulnerabilidade social, aplicados conforme fórmula a seguir:

² Proporção do *deficit* urbano e/ou rural em relação ao total de domicílios particulares permanentes, urbanos e/ou rurais, respectivamente.

3.1. ÍNDICE DE PRIORIZAÇÃO AO ATENDIMENTO AO *DEFICIT* URBANO – IPDU

$$\text{IPDu} = [(\text{IDu} \times 3) + (\text{IP} \times 2) + (\text{TU} \times 1) + (\text{IV} \times 1)] / (3 + 2 + 1 + 1)$$

Sendo IDu – índice do *deficit* urbano do município.

A estimativa do Índice de *Deficit* urbano (**IDu**) teve por base o *deficit* urbano relativo dos municípios baianos, estimado a partir do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010), subtraindo-se a produção habitacional realizada no período de 2010-2014, acompanhada pela SEDUR, considerando-se as unidades habitacionais concluídas e em andamento em 2014.

IP – Índice da Variação Populacional

A estimativa deste índice utilizou a variável demográfica “incremento populacional”, nos períodos (2000-2010 e 2010-2014), tendo por base dados do IBGE (2000, 2010, 2014).

TU – Taxa de Urbanização

A taxa de urbanização é a proporção da população urbana sobre população total (rural + urbana) do município.

IV – Índice de Vulnerabilidade Social (domicílios em extrema pobreza)

Foi utilizada a base de dados do PLANEHAB, que calculou o número de domicílios em extrema pobreza nos municípios a partir de estudos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (2011).

A concentração populacional – medida pelo tamanho da população – e os baixos níveis de renda da população em geral, e urbana, em particular, são variáveis importantes para a aplicação do Índice de Priorização do Atendimento ao *Deficit* Urbano – IPDu. Além disso, o “passivo social” causado pela ausência de políticas habitacionais nas décadas passadas pressiona a demanda por habitação nos estratos mais pobres da população.

Como visto anteriormente, a demanda habitacional está concentrada nos grandes aglomerados urbanos e, por essa razão, considerou-se um corte no porte dos municípios, adotando-se, para a aplicação do índice, a população mínima de 30 mil habitantes para os municípios que foram classificados como de **alta prioridade** de intervenção, salvo os casos de municípios em situações específicas, como os das regiões metropolitanas, áreas de grandes projetos de desenvolvimento econômico, Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico – RIDEs etc., que abrigam municípios com população inferior a 30 mil habitantes.

Ressalte-se ainda que os municípios menores, com população inferior a 30 mil habitantes, que apresentaram um *deficit* habitacional urbano superior à média do Estado e/ou um incremento populacional elevado, foram classificados como de **média prioridade**. Os demais municípios, com base nesses mesmos índices, foram considerados como de **baixa prioridade** ou **não priorizados**.

A Tabela 2 abaixo mostra que os 99 municípios classificados como de alta prioridade urbana, concentram 67% da população total do Estado, em 2014, e 73% do *deficit* urbano. Somando essa categoria de priorização com a seguinte, ou seja, com os de média prioridade, tem-se, em 230 municípios, uma concentração de 81% da população total baiana e 92% do *deficit* urbano.

Prioridade	Nº de territórios	Nº de municípios contemplados		População urbana 2010		População total 2014		Deficit urbano 2014 (estimado)	
		Nº	%	Hab	%	Hab	%	Uh	%
Alta	27	99	23,74	7.734.646	76,56	10.156.636	67,15	180.551	73,13
Média	25	131	31,41	1.097.327	10,86	2.104.805	13,91	47.909	19,41
Baixa	23	75	17,99	521.737	5,16	1.114.920	7,37	13.536	5,48
Não priorizado	23	112	26,86	748.766	7,41	1.750.010	11,57	4.893	1,98
Estado	27	417	100,00	10.102.476	100,00	15.126.371	100,00	246.889	100,00

Fonte: SH/DPH, 2014. IBGE/PLANEHAB, 2010.

TABELA 02
PRIORIZAÇÃO DE
MUNICÍPIOS NO
COMBATE AO DEFICIT
URBANO, 2014.

Representa-se na Figura 5 o resultado da priorização da demanda habitacional de interesse social urbana, por município, bem como a abrangência desse atendimento em relação aos Territórios de Identidade da Bahia.

Observa-se que todos os territórios tiveram municípios contemplados em alta e/ou média prioridade de intervenção para combate ao *deficit* urbano, atingindo-se assim, prioritariamente, mais de 55% dos municípios baianos, cujas características de *deficit* urbano, incremento populacional, urbanização e vulnerabilidade social, se apresentam de forma mais acentuada, quando analisados conjuntamente, através de uma ponderação dos seus índices específicos.

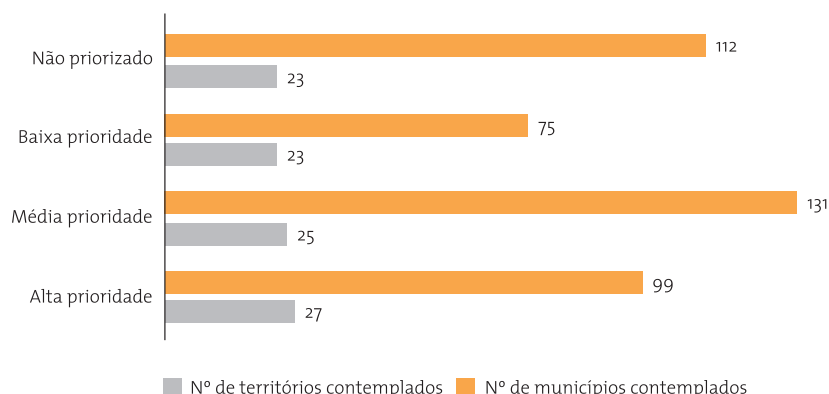


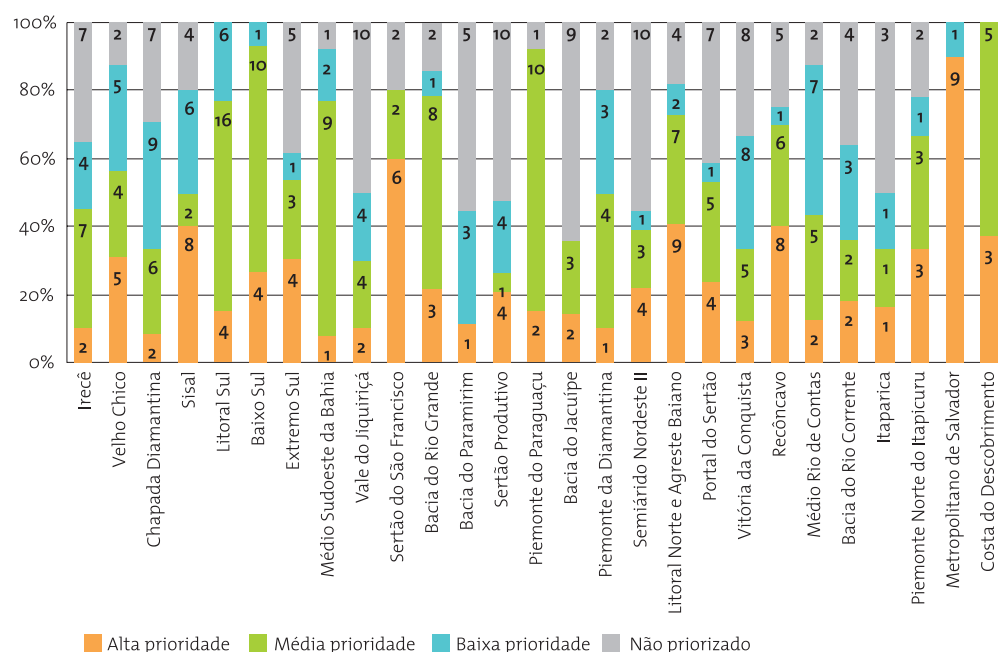
FIGURA 5
TERRITÓRIOS
DE IDENTIDADE
CONTEMPLADOS,
POR CATEGORIAS
DE PRIORIZAÇÃO DE
MUNICÍPIOS (DEFICIT
URBANO).

Fontes: SEDUR/SH/
DPH, 2014. IBGE/
PLANEHAB, 2010.

No universo de municípios classificados como de alta e média prioridade, podemos observar, através da Figura 6, que alguns territórios apresentam um elevado índice de priorização relativa, destacando-se aí o Território Costa do Descobrimento com 100% de seus municípios priorizados, além dos territórios do Baixo Sul, Piemonte do Paraguaçu e Metropolitano de Salvador, com mais de 90% dos seus municípios priorizados. Esses quatro territórios concentram 45% do *deficit* urbano.

FIGURA 6
SITUAÇÃO DE
PRIORIZAÇÃO DE
MUNICÍPIOS POR
TERRITÓRIOS DE
IDENTIDADE.

Fontes: SEDUR/SH/
DPH, 2014.
IBGE/PLANEHAB,
2010.



No mapa apresentado a seguir (Figura 7) foram espacializadas, a partir de um processo de ponderação e da proporcionalidade entre o *deficit* urbano e o número total de domicílios, as maiores necessidades de produção habitacional para o combate ao *deficit* urbano.

Verifica-se que os territórios de Bacia do Paramirim (20), Sertão Produtivo (13), Vale do Jiquiriçá (09), Chapada Diamantina (03), Vitória da Conquista (20), Itaparica (24) e Bacia do Jacuípe (15) apresentam, também a partir da ponderação e proporcionalidade, o maior número de municípios com as características mais favoráveis quanto ao *deficit* urbano. Esses territórios concentram apenas 8% do *deficit* urbano do Estado.

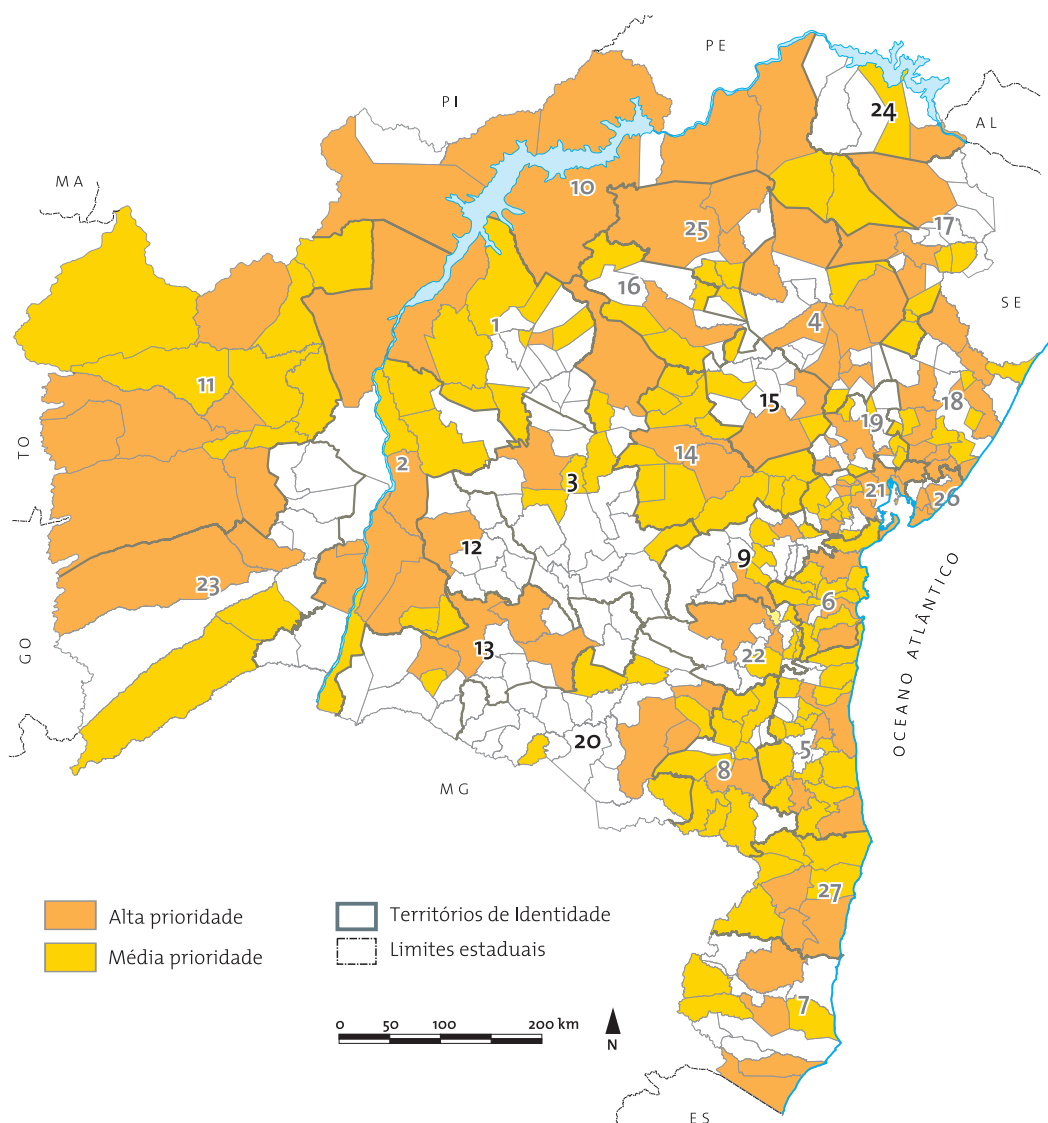


FIGURA 7
DISTRIBUIÇÃO
DOS MUNICÍPIOS
CLASSIFICADOS
COMO DE ALTA E
MÉDIA PRIORIDADE
DE ATENDIMENTO AO
DEFICIT URBANO.

Fontes: SEDUR/SH/
DPH, 2014. IBGE/
PLANEHAB, 2010.

3.2. ÍNDICE DE PRIORIZAÇÃO AO ATENDIMENTO AO DEFICIT RURAL – IPDr

$$IPDr = [(IDu \times 3) + (IP \times 2) + [(1-TU) \times 1] + (IV \times 1)] / (3 + 2 + 1 + 1)$$

Sendo:

IDr – Índice *Deficit* Rural no município

A estimativa deste índice teve por base o *deficit* rural relativo dos municípios baianos, estimado a partir do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010), subtraindo-se a produção habitacional realizada no período de 2010-2014, acompanhada pela SEDUR, considerando-se as unidades habitacionais concluídas e em andamento em 2014.

IP – Índice da Variação Populacional

A estimativa deste índice utilizou a variável demográfica “incremento populacional” nos períodos (2000-2010 e 2010-2014), tendo por base dados do IBGE (2000, 2010, 2014).

TU – Taxa de Urbanização

A taxa de urbanização é a proporção entre população rural sobre população total (rural + urbana) do município.

IV – Índice de Vulnerabilidade Social (domicílios em extrema pobreza)

Foi utilizada a base de dados do PLANEHAB, que calculou o número de domicílios em extrema pobreza na zona rural dos municípios a partir de estudos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (2011).

A estimativa do índice rural teve por base o cálculo do *deficit* rural dos municípios baianos (IBGE, 2010) e a produção habitacional, monitorada pela SEDUR entre 2010-2014, na área rural, considerando-se as unidades habitacionais concluídas entre 2010 e 2014, e em andamento normal em 2014.

Para a definição do Índice de Priorização do Atendimento ao *Deficit* Rural – IPDr, avaliou-se todos os municípios, tendo em vista que uma boa parte dos municípios de maior porte também apresenta um *deficit* habitacional rural elevado, salvo a situação de municípios com população rural nula, como são os casos de Itaparica e Lauro de Freitas.

A partir das premissas acima estabelecidas, foram hierarquizados e classificados os 415³ municípios em níveis de prioridade alta, média e baixa. O Grupo I, de alta prioridade, contemplou 105 municípios que concentram 32% da população rural e 46% do *deficit* rural; o Grupo II apresenta uma situação equilibrada na proporção do número de municípios, população e *deficit*, priorizando 135 municípios. O Grupo III, faixa que apresenta um maior número de municípios, corresponde a um terço da população rural e menos de 1/4 do *deficit*, contempla 175 municípios, conforme distribuído na Tabelas 3 e na Figura 5, apresentadas abaixo.

Do conjunto de municípios, verifica-se que 240 deles, ou seja, cerca de 60% dos municípios da Bahia, serão prioritariamente beneficiados através de programas de produção de novas unidades habitacionais, num combate direto ao *deficit* rural, tendo em vista que esses municípios concentram 65% da população rural e 76% do *deficit* rural (Tabela 3).

3 Os municípios de Itaparica e Lauro de Freitas não têm zona rural.

Prioridade	Nº de territórios	Municípios		População rural 2010		População total 2014		Deficit rural 2014 (estimado)	
		Nº	%	Hab	%	Hab	%	UH	%
Alta	25	105	25,18	1.257.208	32,12	2.348.460	15,53	82.170	46,09
Média	27	135	32,37	1.289.077	32,93	3.007.171	19,88	53.520	30,02
Baixa	27	175	41,97	1.368.145	34,95	9.560.251	63,20	42.603	23,89
Não priorizado	1	2	0,48	0	0,00	210.489	1,39	0	0,00
Estado	27	417	100	3.914.430	100,00	15.126.371	100,00	178.293	100,00

Fontes: SEDUR/SH/DPH, 2014. IBGE/PLANEHAB, 2010.

Representa-se na Figura 8 o resultado da priorização da demanda habitacional rural, de interesse social, por município contemplado, bem como a abrangência desse atendimento em relação aos Territórios de Identidade da Bahia. Observa-se que todos os territórios tiveram municípios contemplados em alta e/ou média prioridade de intervenção, atingindo-se, assim, aproximadamente 58% dos municípios baianos.

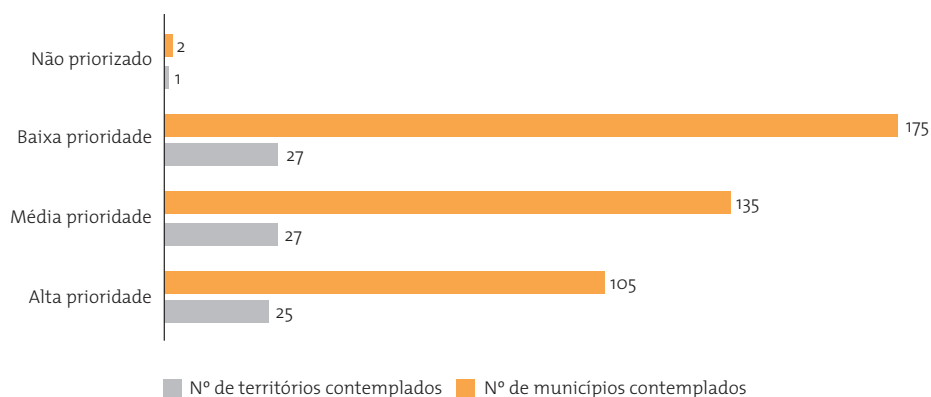


TABELA 03
PRIORIZAÇÃO DE MUNICÍPIOS NO COMBATE AO DEFICIT RURAL, 2014.

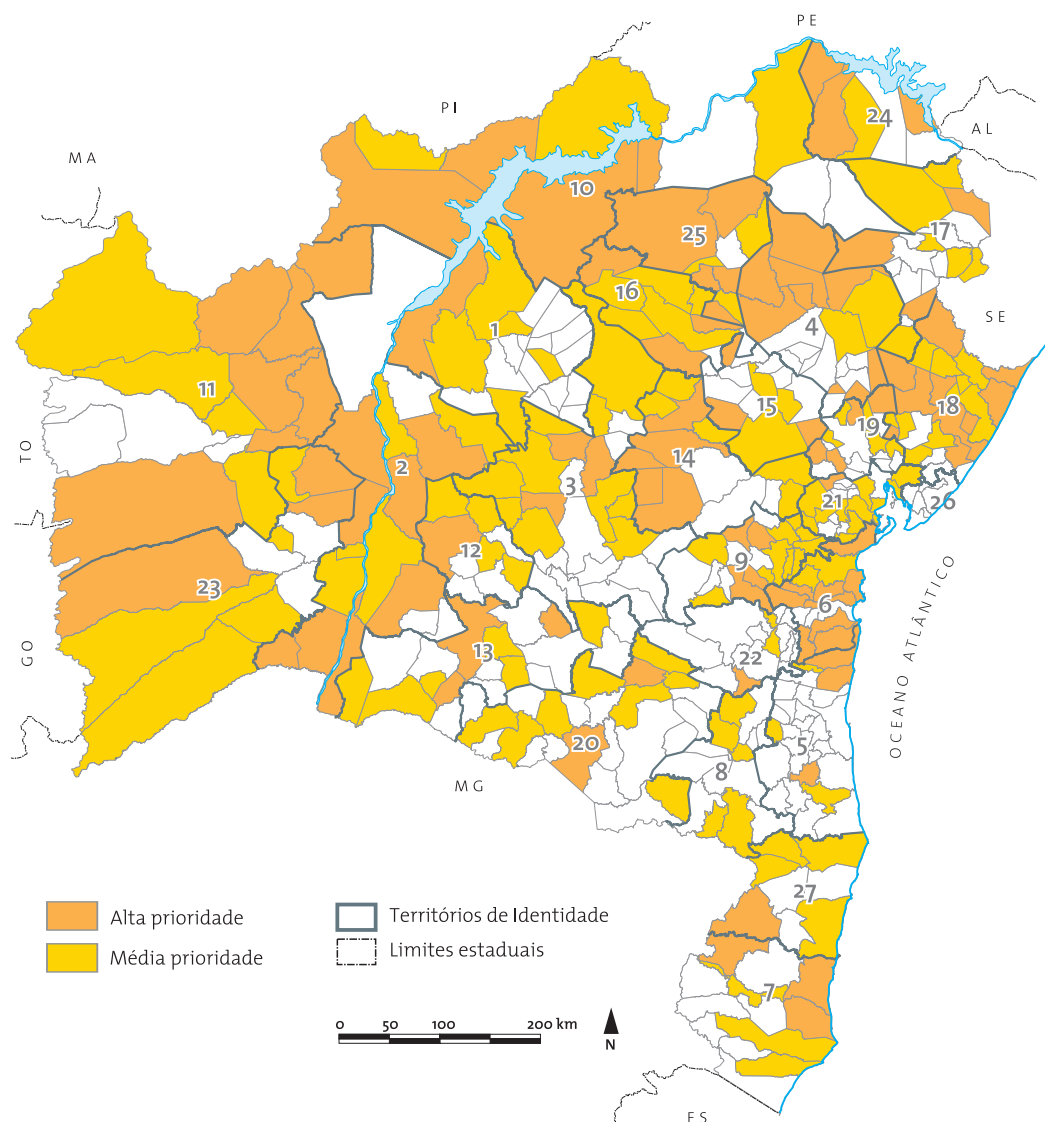
FIGURA 8
DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS CLASSIFICADOS COMO DE ALTA E MÉDIA PRIORIDADE DE ATENDIMENTO AO DEFICIT RURAL.

Fontes: SEDUR/SH/DPH, 2014. IBGE/PLANEHAB, 2010.

A figura que segue (Figura 9), por sua vez, apresenta os municípios classificados como de alta e média prioridade no caso do *deficit* rural, espacializando-os no território baiano.

FIGURA 9
MAPA COM A
DISTRIBUIÇÃO
DOS MUNICÍPIOS
CLASSIFICADOS
COMO DE ALTA E
MÉDIA PRORIDADE
DE ATENDIMENTO AO
DEFICIT RURAL.

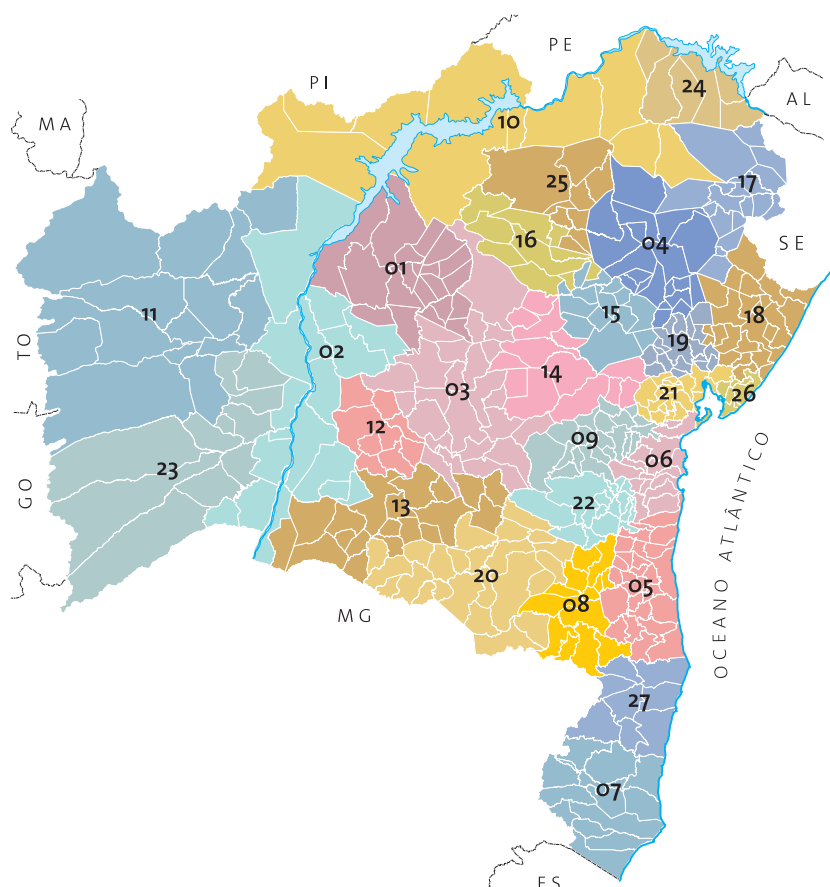
Fontes: SEDUR/SH/
DPH, 2014. IBGE/
PLANEHAB, 2010.





II – PLANEHAB EM NÚMEROS: BAHIA E TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE

TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DO ESTADO DA BAHIA



Chamam-se de necessidades habitacionais o conjunto formado pelo *deficit* e pela inadequação habitacionais. O conceito de *deficit* aponta para a necessidade de construção de novas moradias, em substituição às já existentes ou para atender o incremento demográfico. Já a inadequação habitacional expressa problemas na qualidade das moradias existentes e na falta de infraestrutura básica (Fundação João Pinheiro, 2007).

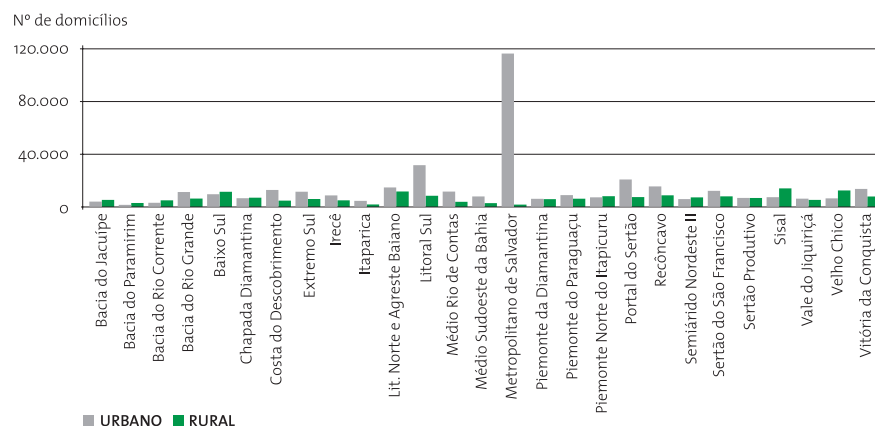
FIGURA 1 – TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Fonte: www.seplan.ba.gov.br/territorios-de-identidade/mapa

Território de Identidade	Total de Municípios	População TI (IBGE, 2010)		
		Urbana	Rural	Total
Bacia do Jacuípe (TI 15)	14	122.387	114.880	237.267
Bacia do Paramirim (TI 12)	9	59.009	104.153	163.162
Bacia do Rio Corrente (TI 23)	11	93.386	107.433	200.819
Bacia do Rio Grande (TI 11)	14	265.879	132.155	398.034
Baixo Sul (TI 6)	15	191.149	167.960	359.109
Chapada Diamantina (TI 3)	24	179.894	191.970	371.864
Costa do Descobrimento (TI 27)	8	273.639	69.708	343.347
Extremo Sul (TI 7)	13	319.483	97.376	416.859
Irecê (TI 1)	20	247.300	155.528	402.828
Itaparica (TI 24)	6	117.291	49.827	167.118
Litoral Norte e Agreste Baiano (TI 18)	22	401.192	227.044	628.236
Litoral Sul (TI 5)	26	632.787	139.896	772.683
Médio Rio de Contas (TI 22)	16	286.405	80.102	366.507
Médio Sudoeste da Bahia (TI 8)	13	194.742	52.438	247.180
Metropolitano de Salvador (TI 26)	10	3.393.406	45.438	3.438.844
Piemonte da Diamantina (TI 16)	10	141.559	88.074	229.633
Piemonte do Paraguaçu (TI 14)	13	168.722	96.908	265.630
Piemonte Norte do Itapicuru (TI 25)	9	144.254	117.647	261.901
Portal do Sertão (TI 19)	17	681.967	190.813	872.780
Recôncavo (TI 21)	20	399.146	177.526	576.672
Semiárido Nordeste II (TI 17)	18	183.239	224.689	407.928
Sertão do São Francisco (TI 10)	10	315.797	178.634	494.431
Sertão Produtivo (TI 13)	19	243.303	201.363	444.666
Sisal (TI 4)	20	249.167	333.162	582.329
Vale do Jiquiriçá (TI 9)	20	174.633	127.049	301.682
Velho Chico (TI 2)	16	172.429	197.666	370.095
Vitória da Conquista (TI 20)	24	450.311	244.991	695.302
Total	417	10.102.476	3.914.430	14.016.906

DEFICIT HABITACIONAL

Dele fazem parte tanto as moradias precárias ou as que sofreram desgaste pelo tempo, como as densamente ocupadas, improvisadas ou as situadas em locais não destinados à função residencial. O total de domicílios particulares permanentes do estado é de 4.094.405 unidades, dos quais 3.035.107 urbanos e 1.059.298 rurais. O *deficit* relativo calculado em função do total de domicílios particulares permanentes (DPP) é de 12,10% na zona urbana e de 17,35% na zona rural.



INADEQUAÇÃO HABITACIONAL

Diz respeito à precariedade ou à inexistência de um ou mais itens de infraestrutura básica nos domicílios particulares permanentes. São considerados inadequados os domicílios, rurais e/ou urbanos, não ligados à rede geral de distribuição de água e energia elétrica; aqueles não ligados à rede geral de esgoto pluvial ou fossa séptica; a não dotação de banheiro de uso exclusivo do domicílio; bem como aqueles não servidos diretamente por serviço de limpeza pública ou por caçamba de coleta de resíduos.

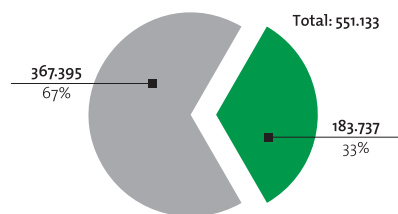
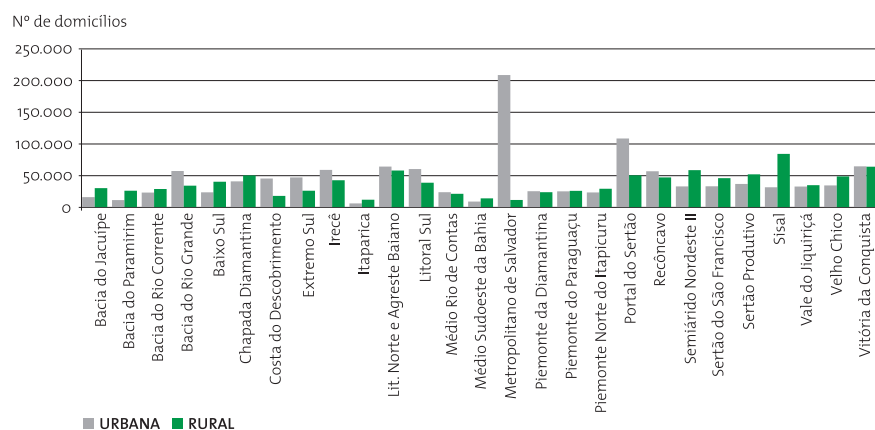


FIGURA 2
DEFICIT TOTAL DO ESTADO DA BAHIA
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013.

FIGURA 3
DEFICIT HABITACIONAL POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

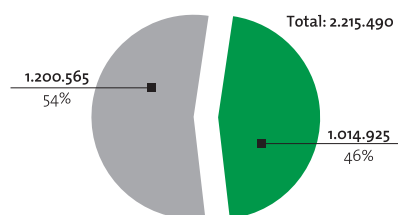


FIGURA 4
INADEQUAÇÃO TOTAL DO ESTADO DA BAHIA
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

FIGURA 5
INADEQUAÇÃO HABITACIONAL POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013.

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BACIA DO JACUIPE (TI 15)



FIGURA 1 – Localização TI Bacia do Jacuípe no estado da Bahia
Fonte: www.seplan.ba.gov.br/territorios-de-identidade/mapa

Território de Identidade (15) Bacia do Jacuípe	População (IBGE, 2010)		
	Total	Urbana	Rural
Baixa Grande	20.060	8.338	11.722
Capela do Alto Alegre	11.527	5.595	5.932
Gavião	4.561	2.538	2.023
Ipirá	59.343	29.009	30.334
Mairi	19.326	11.115	8.211
Nova Fátima	7.602	5.074	2.528
Pé de Serra	13.752	5.174	8.578
Pintadas	10.342	5.840	4.502
Quixabeira	9.554	3.663	5.891
Riachão do Jacuípe	33.172	19.860	13.312
São José do Jacuípe	10.180	6.991	3.189
Serra Preta	15.401	6.920	8.481
Várzea da Roça	13.786	6.481	7.305
Várzea do Poço	8.661	5.789	2.872
Total	237.267	122.387	114.880

DEFICIT HABITACIONAL

Fazem parte do *deficit* habitacional, tanto as moradias precárias ou as que sofreram desgaste pelo tempo, como as densamente ocupadas, improvisadas ou as situadas em locais não destinados à função residencial.

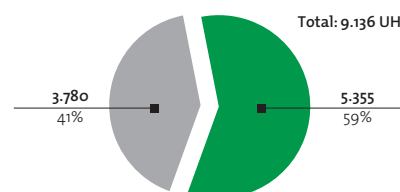


FIGURA 2 – DEFICIT TOTAL – TI BACIA DO JACUIPE
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

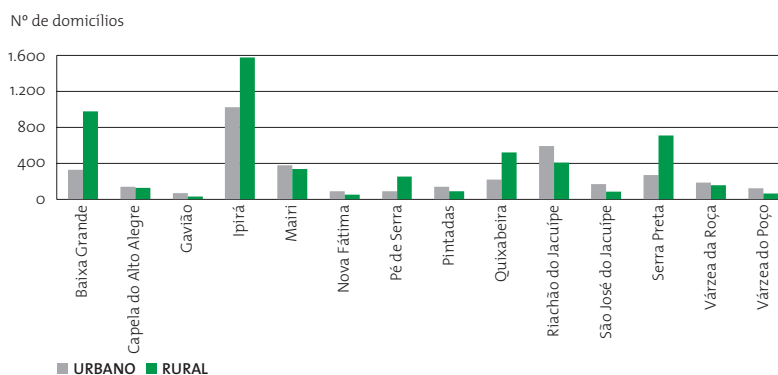


FIGURA 3 – DEFICIT HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI BACIA DO JACUIPE
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

INADEQUAÇÃO HABITACIONAL

A inadequação habitacional diz respeito à precariedade ou à inexistência de um ou mais itens de infraestrutura básica nos domicílios particulares permanentes.

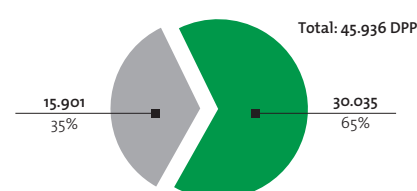


FIGURA 4 – INADEQUAÇÃO TOTAL – TI BACIA DO JACUIPE
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

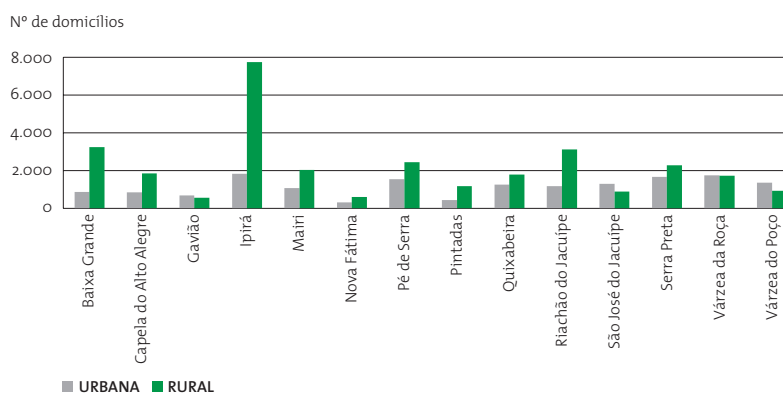


FIGURA 5 – INADEQUAÇÃO HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI BACIA DO JACUIPE
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013.

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BACIA DO PARAMIRIM (TI 12)



FIGURA 1 – Localização TI Bacia do Paramirim no estado da Bahia
Fonte: www.seplan.ba.gov.br/territorios-de-identidade/mapa

Território de Identidade (12) Bacia do Paramirim	População (IBGE, 2010)		
	Total	Urbana	Rural
Boquira	22.037	7.364	14.673
Botuporã	11.154	4.076	7.078
Caturama	8.843	2.374	6.469
Érico Cardoso	10.859	2.016	8.843
Ibipitanga	14.171	5.155	9.016
Macaúbas	47.051	15.411	31.640
Paramirim	21.001	10.029	10.972
Rio do Pires	11.918	5.267	6.651
Tanque Novo	16.128	7.317	8.811
Total	163.162	59.009	104.153

DEFICIT HABITACIONAL

Fazem parte do *deficit* habitacional, tanto as moradias precárias ou as que sofreram desgaste pelo tempo, como as densamente ocupadas, improvisadas ou as situadas em locais não destinados à função residencial.

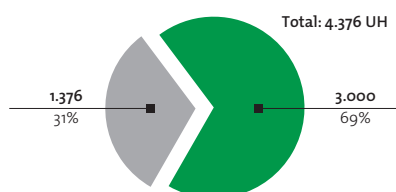


FIGURA 2 – DEFICIT TOTAL – TI BACIA DO PARAMIRIM
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

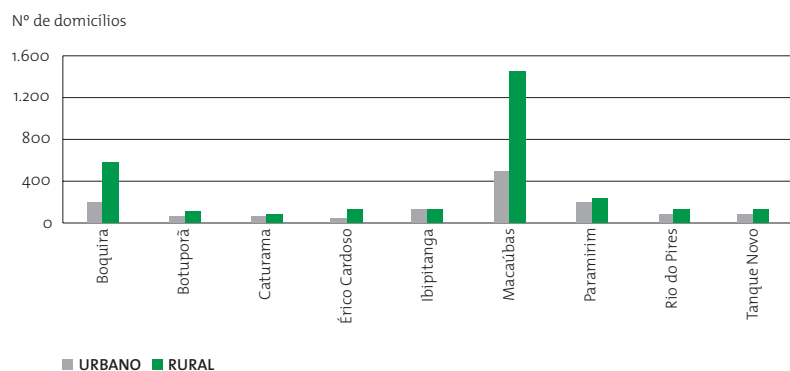


FIGURA 3 – DEFICIT HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI BACIA DO PARAMIRIM
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

INADEQUAÇÃO HABITACIONAL

A inadequação habitacional diz respeito à precariedade ou à inexistência de um ou mais itens de infraestrutura básica nos domicílios particulares permanentes.

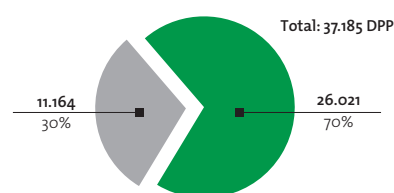


FIGURA 4 – INADEQUAÇÃO TOTAL – TI BACIA DO PARAMIRIM
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

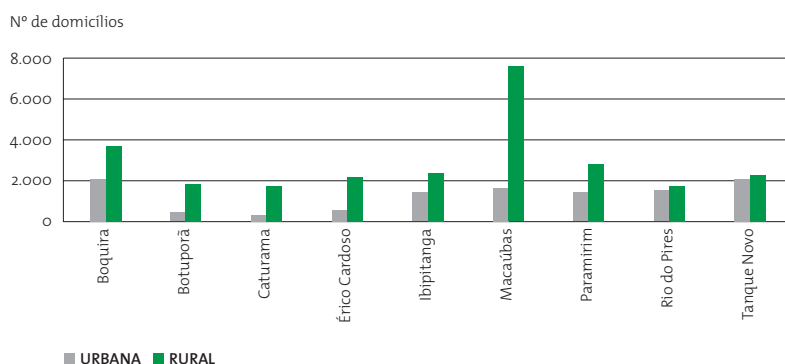


FIGURA 5 – INADEQUAÇÃO HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI BACIA DO PARAMIRIM
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BACIA DO RIO CORRENTE (TI 23)



Território de Identidade (23) Bacia do Rio Corrente	População (IBGE, 2010)		
	Total	Urbana	Rural
Brejolândia	11.077	1.984	9.093
Canápolis	9.410	3.225	6.185
Cocos	18.153	8.572	9.581
Coribe	14.307	6.141	8.166
Correntina	31.249	12.604	18.645
Jaborandi	8.973	3.040	5.933
Santa Maria da Vitória	40.309	23.816	16.493
Santana	24.750	13.483	11.267
São Félix do Coribe	13.048	10.587	2.461
Serra Dourada	18.112	6.002	12.110
Tabocas do Brejo Velho	11.431	3.932	7.499
Total	200.819	93.386	107.433

DEFICIT HABITACIONAL

Fazem parte do *deficit* habitacional, tanto as moradias precárias ou as que sofreram desgaste pelo tempo, como as densamente ocupadas, improvisadas ou as situadas em locais não destinados à função residencial.

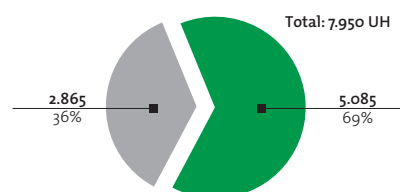


FIGURA 2 – DEFICIT TOTAL – TI BACIA DO RIO CORRENTE
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

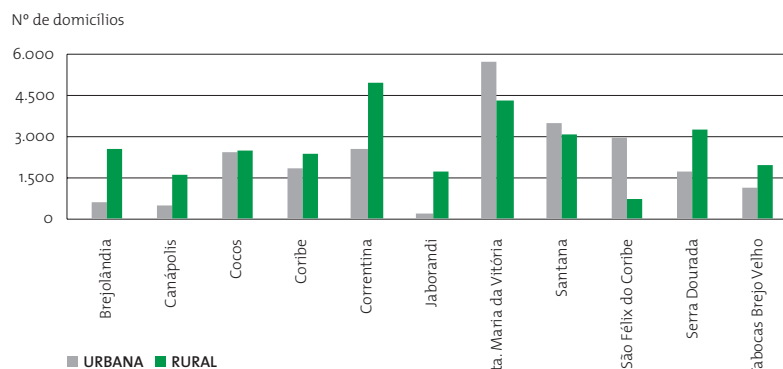


FIGURA 3 – DEFICIT HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI BACIA DO RIO CORRENTE
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

INADEQUAÇÃO HABITACIONAL

A inadequação habitacional diz respeito à precariedade ou à inexistência de um ou mais itens de infraestrutura básica nos domicílios particulares permanentes.

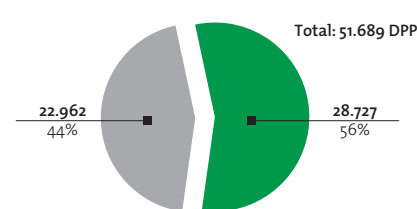


FIGURA 4 – INADEQUAÇÃO TOTAL – TI BACIA DO RIO CORRENTE
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

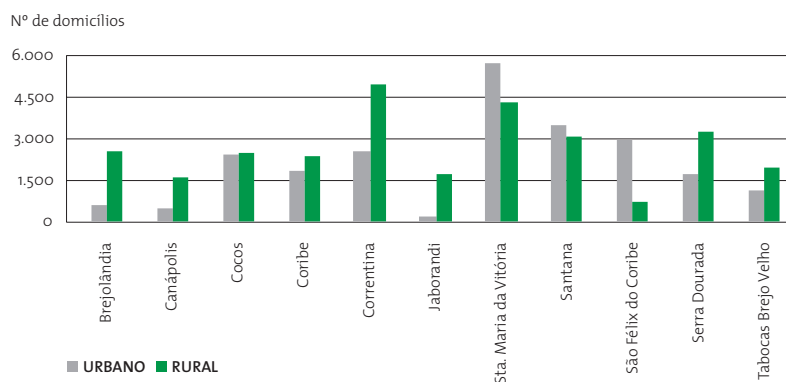


FIGURA 5 – INADEQUAÇÃO HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI BACIA DO RIO CORRENTE
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013.

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BACIA DO RIO GRANDE (TI 11)



Território de Identidade (11) Bacia do Rio Grande	População (IBGE, 2010)		
	Total	Urbana	Rural
Angical	14.073	6.531	7.542
Baianópolis	13.850	3.482	10.368
Barreiras	137.427	123.741	13.686
Buritirama	19.600	7.905	11.695
Catolândia	2.612	967	1.645
Cotegipe	13.636	6.648	6.988
Cristópolis	13.280	3.133	10.147
Formosa do Rio Preto	22.528	13.647	8.881
Luís Eduardo Magalhães	60.105	54.881	5.224
Mansidão	12.592	4.782	7.810
Riachão das Neves	21.937	10.744	11.193
Santa Rita de Cássia	26.250	14.907	11.343
São Desidério	27.659	8.633	19.026
Wanderley	12.485	5.878	6.607
Total	398.034	265.879	132.155

DEFICIT HABITACIONAL

Fazem parte do *deficit* habitacional, tanto as moradias precárias ou as que sofreram desgaste pelo tempo, como as densamente ocupadas, improvisadas ou as situadas em locais não destinados à função residencial.

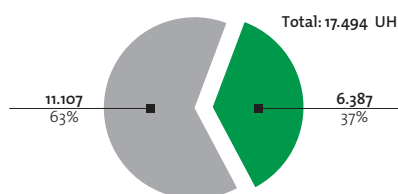


FIGURA 2 – DEFICIT TOTAL – TI BACIA DO RIO GRANDE
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

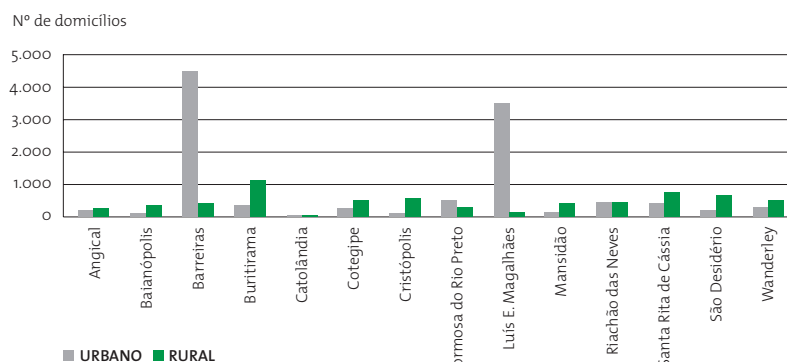


FIGURA 3 – DEFICIT HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI BACIA DO RIO GRANDE
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

INADEQUAÇÃO HABITACIONAL

A inadequação habitacional diz respeito à precariedade ou à inexistência de um ou mais itens de infraestrutura básica nos domicílios particulares permanentes.

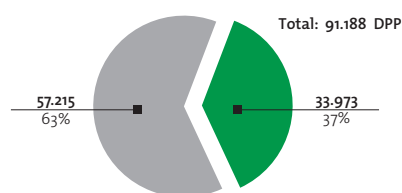


FIGURA 4 – INADEQUAÇÃO TOTAL – TI BACIA DO RIO GRANDE
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

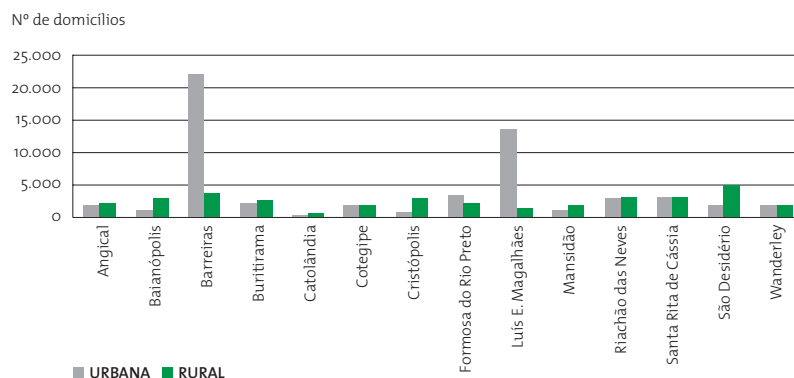


FIGURA 5 – INADEQUAÇÃO HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI BACIA DO RIO GRANDE
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BAIXO SUL (TI o6)



FIGURA 1 – Localização TI Baixo Sul no estado da Bahia
Fonte: www.seplan.ba.gov.br/territorios-de-identidade/mapa

Território de Identidade (o6)	População (IBGE, 2010)			
	Baixo Sul	Total	Urbana	Rural
Aratuípe		8.599	5.513	3.086
Cairu		15.374	8.147	7.227
Camamu		35.180	15.618	19.562
Gandu		30.336	24.848	5.488
Ibirapitanga		22.598	6.163	16.435
Igrapiúna		13.343	4.275	9.068
Ituberá		26.591	19.252	7.339
Jaguaripe		16.467	5.298	11.169
Nilo Peçanha		12.530	3.105	9.425
Pirai do Norte		9.799	3.689	6.110
Presidente Tancredo Neves		23.846	9.569	14.277
Taperoá		18.748	8.725	10.023
Teolândia		14.836	5.068	9.768
Valença		88.673	64.368	24.305
Wenceslau Guimarães		22.189	7.511	14.678
Total		359.109	191.149	167.960

DEFICIT HABITACIONAL

Fazem parte do *deficit* habitacional, tanto as moradias precárias ou as que sofreram desgaste pelo tempo, como as densamente ocupadas, improvisadas ou as situadas em locais não destinados à função residencial.

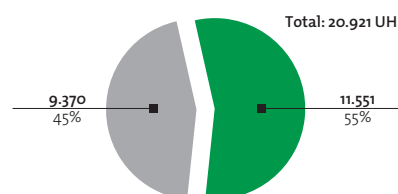


FIGURA 2 – DEFICIT TOTAL – TI BAIXO SUL
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

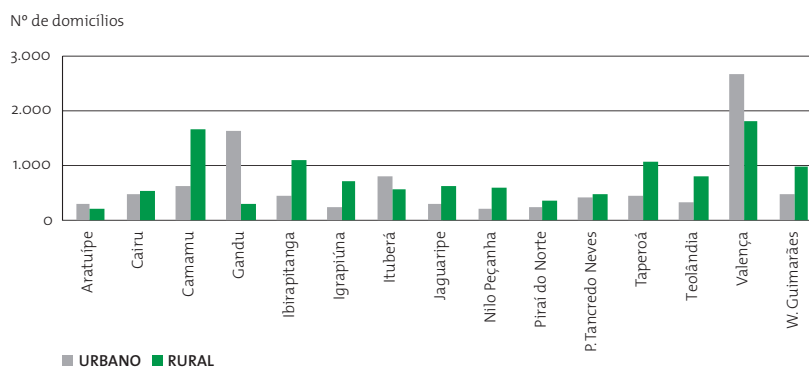


FIGURA 3 – DEFICIT HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI BAIXO SUL
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

INADEQUAÇÃO HABITACIONAL

A inadequação habitacional diz respeito à precariedade ou à inexistência de um ou mais itens de infraestrutura básica nos domicílios particulares permanentes.

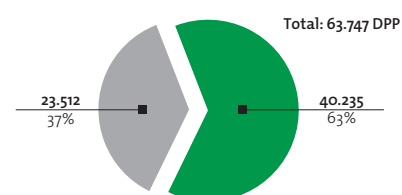


FIGURA 4 – INADEQUAÇÃO TOTAL – TI BAIXO SUL
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

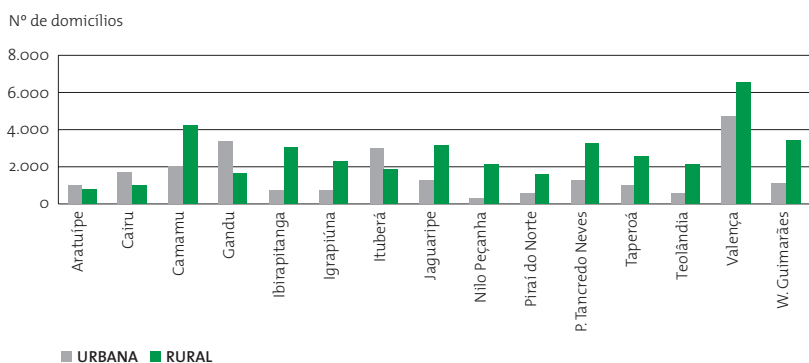


FIGURA 5 – INADEQUAÇÃO HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI BAIXO SUL
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013.

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE CHAPADA DIAMANTINA (TI 03)



Território de Identidade (03) Chapada Diamantina	População (IBGE, 2010)		
	Total	Urbana	Rural
Abaíra	8.316	3.736	4.580
Andaraí	13.960	7.773	6.187
Barra da Estiva	21.187	10.404	10.783
Boninal	13.695	4.607	9.088
Bonito	14.834	6.232	8.602
Ibicoara	17.282	10.961	6.321
Ibitiara	15.508	3.437	12.071
Iramaia	11.990	5.404	6.586
Iraquara	22.601	6.757	15.844
Itaeté	14.924	6.209	8.715
Jussiapé	8.031	3.068	4.963
Lençóis	10.368	8.037	2.331
Marcionílio Souza	10.500	5.312	5.188
Morro do Chapéu	35.164	20.267	14.897
Mucugê	10.545	4.180	6.365
Nova Redenção	8.034	5.237	2.797
Novo Horizonte	10.673	3.505	7.168
Palmeiras	8.410	5.239	3.171
Piatã	17.982	7.612	10.370
Rio de Contas	13.007	6.309	6.698
Seabra	41.798	20.277	21.521
Souto Soares	15.899	6.039	9.860
Utinga	18.173	12.810	5.363
Wagner	8.983	6.482	2.501
Total	371.864	179.894	191.970

DEFICIT HABITACIONAL

Fazem parte do *deficit* habitacional, tanto as moradias precárias ou as que sofreram desgaste pelo tempo, como as densamente ocupadas, improvisadas ou as situadas em locais não destinados à função residencial.

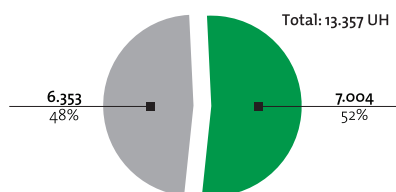


FIGURA 2 – DEFICIT TOTAL – TI CHAPADA DIAMANTINA
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

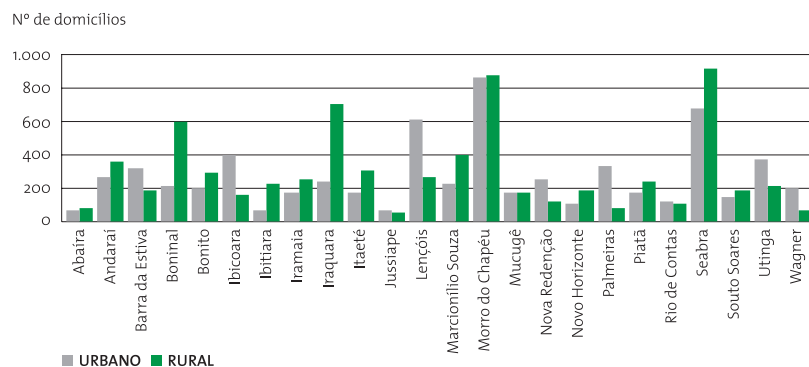


FIGURA 3 – DEFICIT HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI CHAPADA DIAMANTINA
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

INADEQUAÇÃO HABITACIONAL

A inadequação habitacional diz respeito à precariedade ou à inexistência de um ou mais itens de infraestrutura básica nos domicílios particulares permanentes.

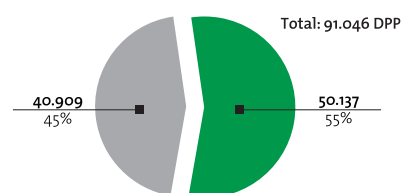


FIGURA 4 – INADEQUAÇÃO TOTAL – TI CHAPADA DIAMANTINA
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

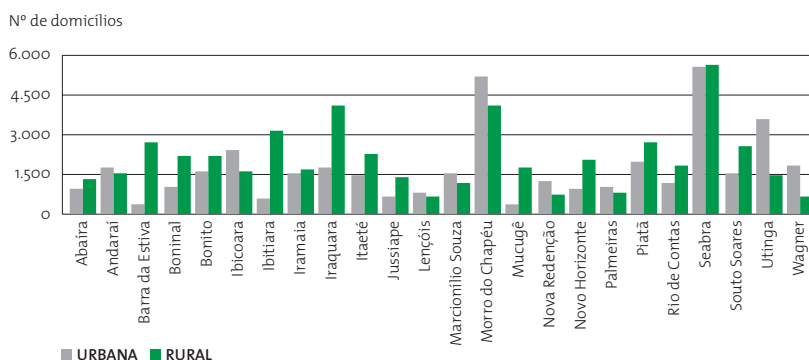


FIGURA 5 – INADEQUAÇÃO HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI CHAPADA DIAMANTINA
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE COSTA DO DESCOBRIMENTO (TI 27)



FIGURA 1 – Localização TI Costa do Descobrimento no estado da Bahia
Fonte: www.seplan.ba.gov.br/territorios-de-identidade/mapa

Território de Identidade (27) Costa do Descobrimento	População (IBGE, 2010)		
	Total	Urbana	Rural
Belmonte	21.798	11.420	10.378
Eunápolis	100.196	93.413	6.783
Guaratinga	22.165	10.425	11.740
Itabela	28.390	21.384	7.006
Itagimirim	7.110	5.649	1.461
Itapebi	10.495	8.268	2.227
Porto Seguro	126.929	104.078	22.851
Santa Cruz Cabralia	26.264	19.002	7.262
Total	343.347	273.639	69.708

DEFICIT HABITACIONAL

Fazem parte do *deficit* habitacional, tanto as moradias precárias ou as que sofreram desgaste pelo tempo, como as densamente ocupadas, improvisadas ou as situadas em locais não destinados à função residencial.

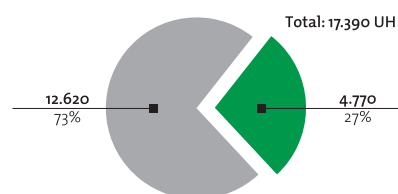


FIGURA 2 – DEFICIT TOTAL – TI COSTA DO DESCOBRIMENTO
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

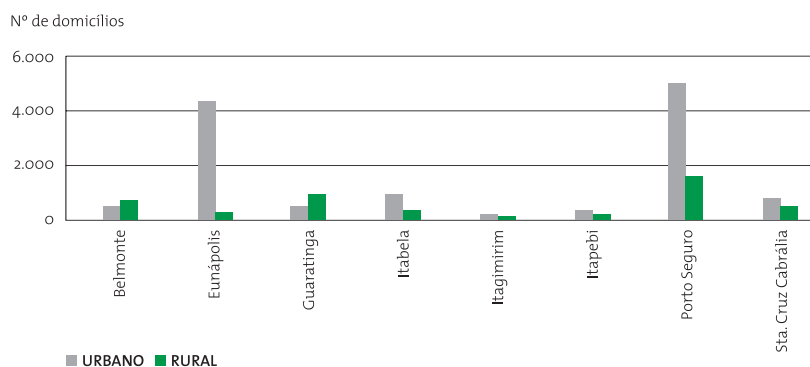


FIGURA 3 – DEFICIT HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI COSTA DO DESCOBRIMENTO
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

INADEQUAÇÃO HABITACIONAL

A inadequação habitacional diz respeito à precariedade ou à inexistência de um ou mais itens de infraestrutura básica nos domicílios particulares permanentes.

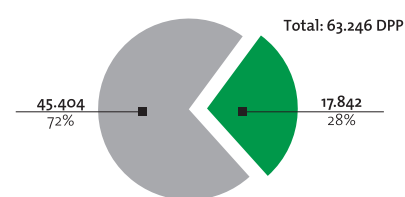


FIGURA 4 – INADEQUAÇÃO TOTAL – TI COSTA DO DESCOBRIMENTO
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

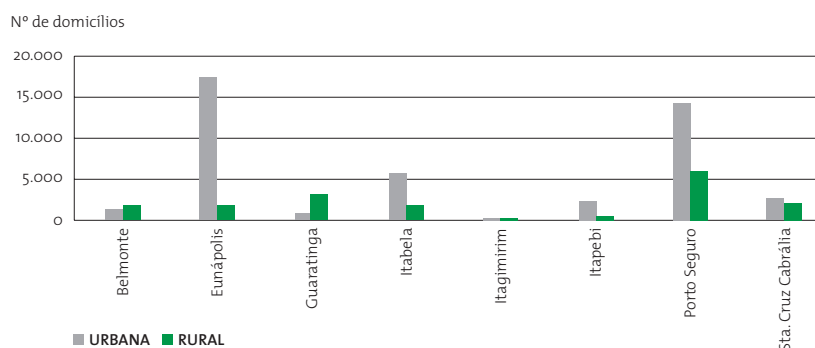


FIGURA 5 – INADEQUAÇÃO HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI COSTA DO DESCOBRIMENTO
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013.

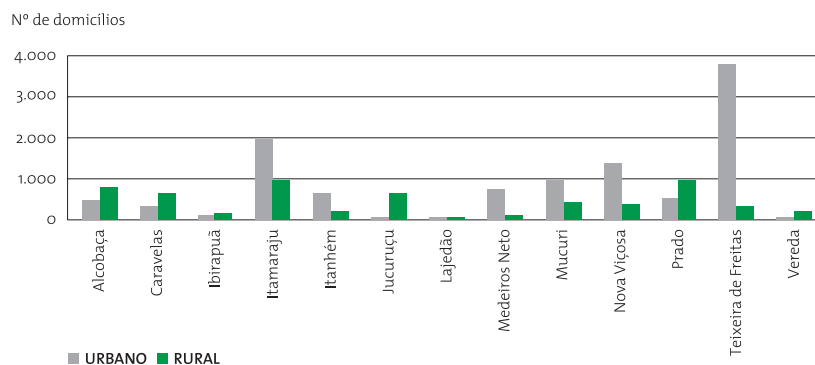
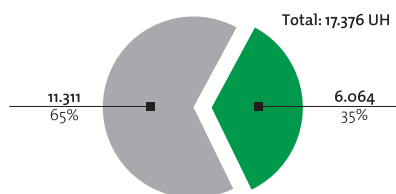
TERRITÓRIO DE IDENTIDADE EXTREMO SUL (TI 07)



Território de Identidade (07) Extremo Sul	População (IBGE, 2010)		
	Total	Urbana	Rural
Alcobaça	21.271	11.085	10.186
Caravelas	21.414	11.309	10.105
Ibirapua	7.956	4.532	3.424
Itamaraju	63.069	49.785	13.284
Itanhém	20.216	14.206	6.010
Jucuruçu	10.290	2.292	7.998
Lajedão	3.733	2.076	1.657
Medeiros Neto	21.560	17.064	4.496
Mucuri	36.026	27.492	8.534
Nova Viçosa	38.556	33.526	5.030
Prado	27.627	15.474	12.153
Teixeira de Freitas	138.341	129.263	9.078
Vereda	6.800	1.379	5.421
Total	416.859	319.483	97.376

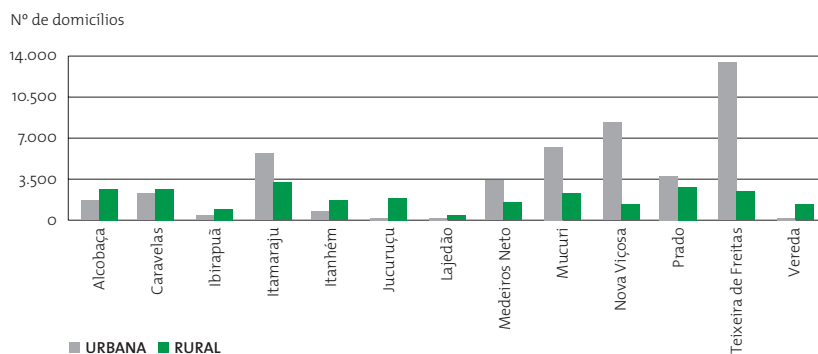
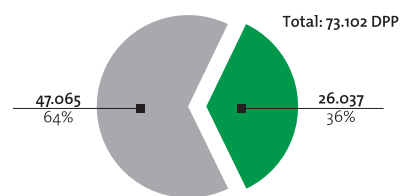
DEFICIT HABITACIONAL

Fazem parte do *deficit* habitacional, tanto as moradias precárias ou as que sofreram desgaste pelo tempo, como as densamente ocupadas, improvisadas ou as situadas em locais não destinados à função residencial.



INADEQUAÇÃO HABITACIONAL

A inadequação habitacional diz respeito à precariedade ou à inexistência de um ou mais itens de infraestrutura básica nos domicílios particulares permanentes.



TERRITÓRIO DE IDENTIDADE IRECÊ (TI 01)



Território de Identidade (01) Irecê	População (IBGE, 2010)		
	Total	Urbana	Rural
América Dourada	15.961	10.832	5.129
Barra do Mendes	13.987	6.256	7.731
Barro Alto	13.612	6.712	6.900
Cafarnaum	17.209	10.563	6.646
Canarana	24.067	11.455	12.612
Central	17.013	8.157	8.856
Gentio do Ouro	10.622	5.350	5.272
Ibipeba	17.008	10.049	6.959
Ibititá	17.840	8.338	9.502
Ipupiara	9.285	5.979	3.306
Irecê	66.181	61.019	5.162
Itaguaçu da Bahia	13.209	2.598	10.611
João Dourado	22.549	13.569	8.980
Jussara	15.052	10.052	5.000
Lapão	25.646	10.050	15.596
Mulungu do Morro	12.249	5.919	6.330
Presidente Dutra	13.750	9.056	4.694
São Gabriel	18.427	10.494	7.933
Uibaí	13.625	8.311	5.314
Xique-Xique	45.536	32.541	12.995
Total	402.828	247.300	155.528

DEFICIT HABITACIONAL

Fazem parte do *deficit* habitacional, tanto as moradias precárias ou as que sofreram desgaste pelo tempo, como as densamente ocupadas, improvisadas ou as situadas em locais não destinados à função residencial.

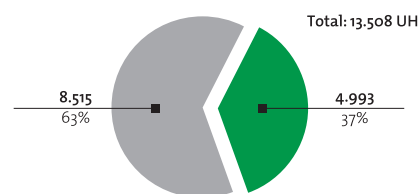


FIGURA 2 – DEFICIT TOTAL – TI IRECÊ
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

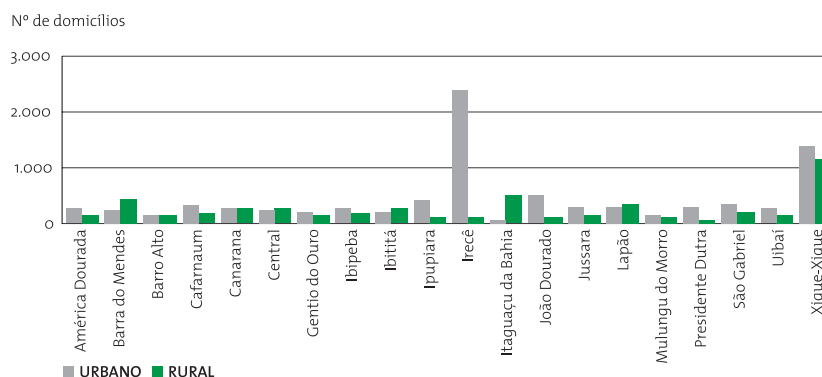


FIGURA 3 – DEFICIT HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI IRECÊ
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

INADEQUAÇÃO HABITACIONAL

A inadequação habitacional diz respeito à precariedade ou à inexistência de um ou mais itens de infraestrutura básica nos domicílios particulares permanentes.

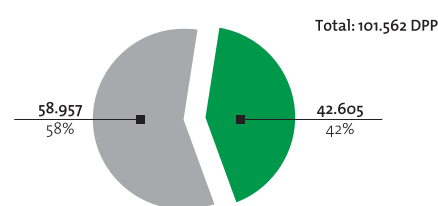


FIGURA 4 – INADEQUAÇÃO TOTAL – TI IRECÊ
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

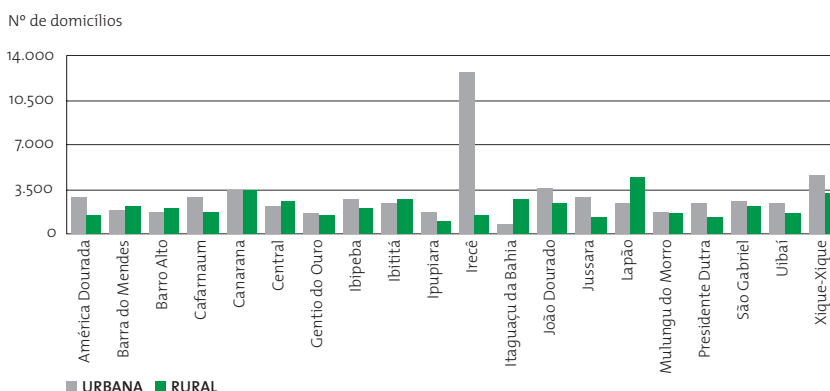


FIGURA 5 – INADEQUAÇÃO HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI IRECÊ
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013.

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE ITAPARICA (TI 24)



FIGURA 1 – Localização TI Itaparica no estado da Bahia
Fonte: www.seplan.ba.gov.br/territorios-de-identidade/mapa

Território de Identidade (21)	População (IBGE, 2010)		
	Total	Urbana	Rural
Itaparica			
Abaré	17.064	9.029	8.035
Chorrochó	10.734	2.631	8.103
Glória	15.076	2.827	12.249
Macururé	8.073	2.860	5.213
Paulo Afonso	108.396	93.404	14.992
Rodelas	7.775	6.540	1.235
Total	167.118	117.291	49.827

DEFICIT HABITACIONAL

Fazem parte do *deficit* habitacional, tanto as moradias precárias ou as que sofreram desgaste pelo tempo, como as densamente ocupadas, improvisadas ou as situadas em locais não destinados à função residencial.

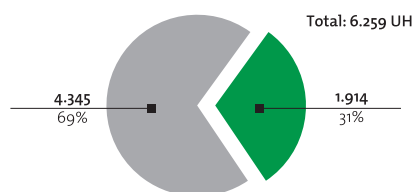


FIGURA 2 – DEFICIT TOTAL – TI ITAPARICA
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

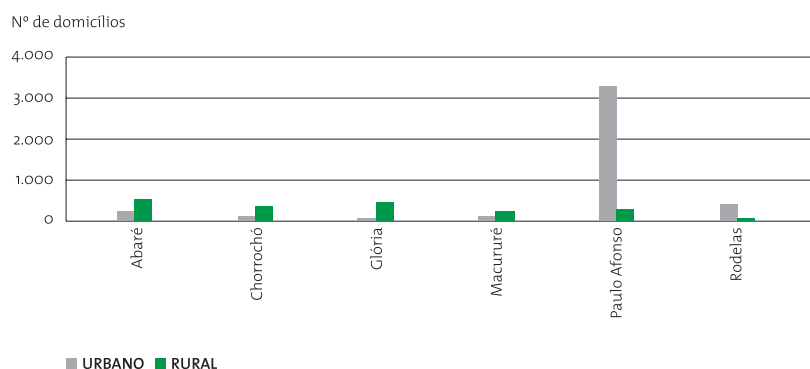


FIGURA 3 – DEFICIT HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI ITAPARICA
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

INADEQUAÇÃO HABITACIONAL

A inadequação habitacional diz respeito à precariedade ou à inexistência de um ou mais itens de infraestrutura básica nos domicílios particulares permanentes.

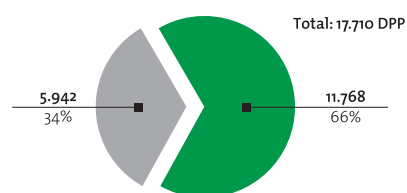


FIGURA 4 – INADEQUAÇÃO TOTAL – TI ITAPARICA
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

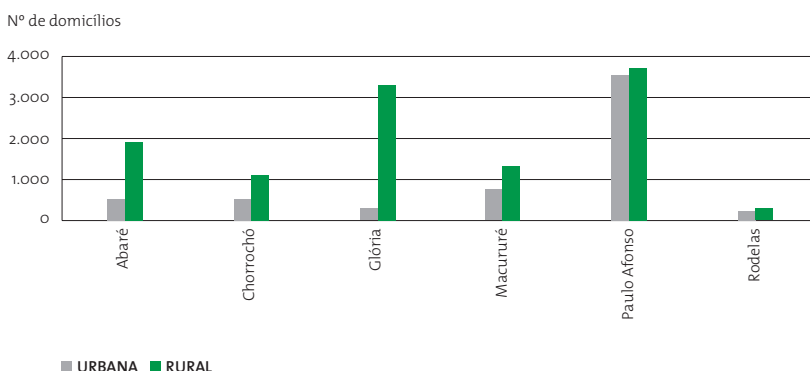


FIGURA 5 – INADEQUAÇÃO HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI ITAPARICA
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

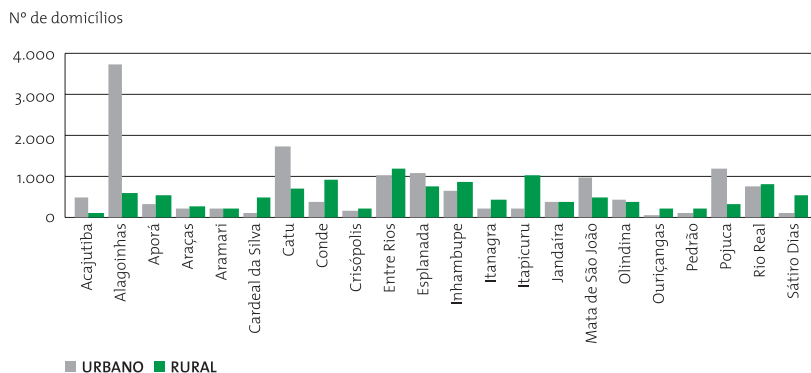
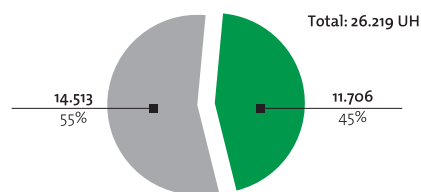
TERRITÓRIO DE IDENTIDADE LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO (TI 18)



Território de Identidade (18) Litoral Norte e Agreste Baiano	População (IBGE, 2010)		
	Total	Urbana	Rural
Acajutiba	14.653	12.774	1.879
Alagoinhas	141.949	124.042	17.907
Aporá	17.731	8.505	9.226
Araças	11.561	5.807	5.754
Aramari	10.036	5.125	4.911
Cardeal da Silva	8.899	2.901	5.998
Catu	51.077	42.755	8.322
Conde	23.620	12.129	11.491
Crisópolis	20.046	8.612	11.434
Entre Rios	39.872	23.840	16.032
Esplanada	32.802	20.822	11.980
Inhambupe	36.306	15.635	20.671
Itanagra	7.598	2.327	5.271
Itapicuru	32.261	6.675	25.586
Jandaira	10.331	6.147	4.184
Mata de São João	40.183	29.825	10.358
Olindina	24.943	12.773	12.170
Ouriçangas	8.298	2.762	5.536
Pedrao	6.876	1.716	5.160
Pojuca	33.066	28.378	4.688
Rio Real	37.164	23.310	13.854
Sátiro Dias	18.964	4.332	14.632
Total	628.236	401.192	227.044

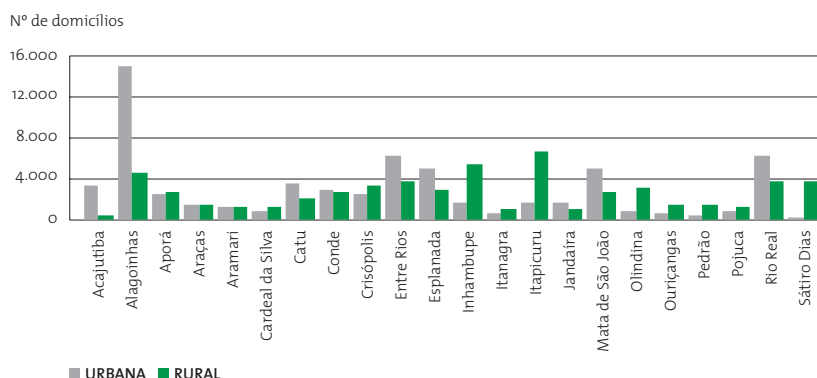
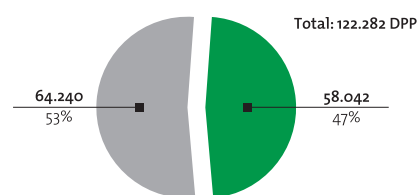
DEFICIT HABITACIONAL

Fazem parte do *deficit* habitacional, tanto as moradias precárias ou as que sofreram desgaste pelo tempo, como as densamente ocupadas, improvisadas ou as situadas em locais não destinados à função residencial.



INADEQUAÇÃO HABITACIONAL

A inadequação habitacional diz respeito à precariedade ou à inexistência de um ou mais itens de infraestrutura básica nos domicílios particulares permanentes.



TERRITÓRIO DE IDENTIDADE LITORAL SUL (TI 05)



FIGURA 1 – Localização TI Litoral Sul no estado da Bahia
Fonte: www.seplan.ba.gov.br/territorios-de-identidade/mapa

Território de Identidade (05) Litoral Sul	População (IBGE, 2010)		
	Total	Urbana	Rural
Almadina	6.357	5.080	1.277
Arataca	10.392	5.588	4.804
Aurelino Leal	13.595	11.426	2.169
Barro Preto	6.453	5.295	1.158
Buerarema	18.605	15.277	3.328
Camacan	31.472	24.685	6.787
Canavieiras	32.336	25.903	6.433
Coaraci	20.964	19.130	1.834
Floresta Azul	10.660	7.343	3.317
Ibicarai	24.272	17.885	6.387
Ilhéus	184.236	155.281	28.955
Itabuna	204.667	199.643	5.024
Itacaré	24.318	13.642	10.676
Itaju do Colônia	7.309	5.860	1.449
Itajuípe	21.081	16.839	4.242
Itapé	10.995	7.180	3.815
Itapitanga	10.207	7.591	2.616
Jussari	6.474	4.876	1.598
Maraú	19.101	3.561	15.540
Mascote	14.640	11.679	2.961
Pau Brasil	10.852	7.382	3.470
Santa Luzia	13.344	8.072	5.272
São José da Vitória	5.715	5.162	553
Ubaitaba	20.691	17.598	3.093
Uma	24.110	15.030	9.080
Uruçuca	19.837	15.779	4.058
Total	772.683	632.787	139.896

DEFICIT HABITACIONAL

Fazem parte do *deficit* habitacional, tanto as moradias precárias ou as que sofreram desgaste pelo tempo, como as densamente ocupadas, improvisadas ou as situadas em locais não destinados à função residencial.

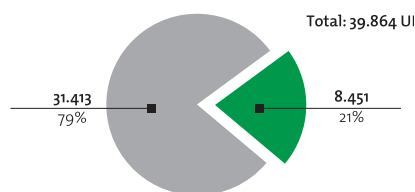


FIGURA 2 – DEFICIT TOTAL – TI LITORAL SUL
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

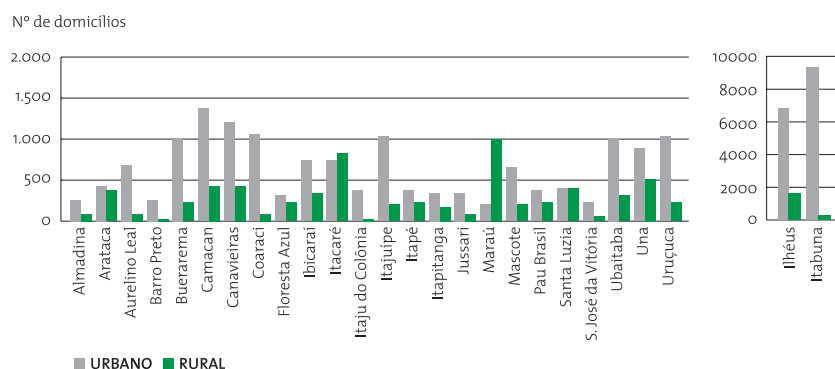


FIGURA 3 – DEFICIT HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI LITORAL SUL
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

INADEQUAÇÃO HABITACIONAL

A inadequação habitacional diz respeito à precariedade ou à inexistência de um ou mais itens de infraestrutura básica nos domicílios particulares permanentes.

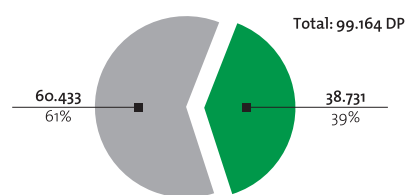


FIGURA 4 – INADEQUAÇÃO TOTAL – TI LITORAL SUL
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

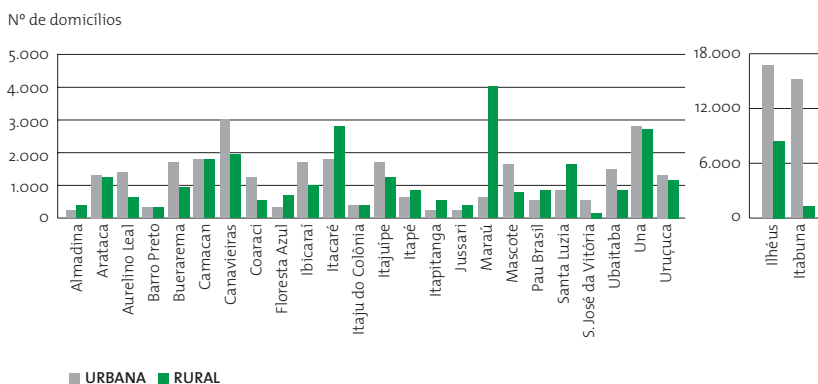


FIGURA 5 – INADEQUAÇÃO HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI LITORAL SUL
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE MÉDIO RIO DE CONTAS (TI 22)



Território de Identidade (22) Médio Rio de Contas	População (IBGE, 2010)		
	Total	Urbana	Rural
Aiquara	4.602	2.680	1.922
Apuarema	7.459	5.117	2.342
Barra do Rocha	6.313	3.806	2.507
Boa Nova	15.411	5.804	9.607
Dário Meira	12.836	5.090	7.746
Gongogi	8.357	5.358	2.999
Ibirataia	18.943	15.742	3.201
Ipiaú	44.390	40.384	4.006
Itagi	13.051	10.210	2.841
Itagibá	15.193	9.572	5.621
Itamari	7.903	5.839	2.064
Jequié	151.895	139.426	12.469
Jitaúna	14.115	9.260	4.855
Manoel Vitorino	14.387	7.359	7.028
Nova Ibiá	6.648	2.807	3.841
Ubatã	25.004	17.951	7.053
Total	366.507	286.405	80.102

DEFICIT HABITACIONAL

Fazem parte do *deficit* habitacional, tanto as moradias precárias ou as que sofreram desgaste pelo tempo, como as densamente ocupadas, improvisadas ou as situadas em locais não destinados à função residencial.

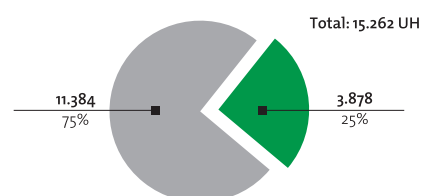


FIGURA 2 – DEFICIT TOTAL – TI MÉDIO RIO DE CONTAS
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

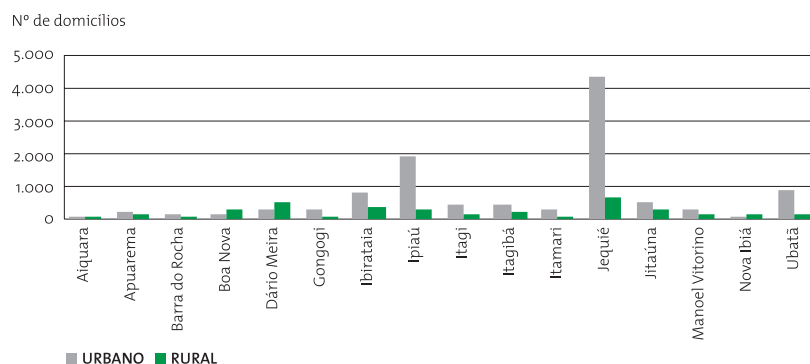


FIGURA 3 – DEFICIT HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI MÉDIO RIO DE CONTAS
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

INADEQUAÇÃO HABITACIONAL

A inadequação habitacional diz respeito à precariedade ou à inexistência de um ou mais itens de infraestrutura básica nos domicílios particulares permanentes.

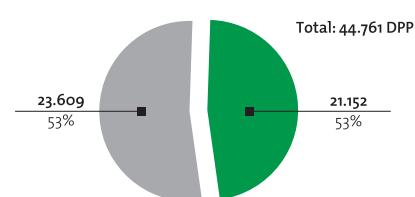


FIGURA 4 – INADEQUAÇÃO TOTAL – TI MÉDIO RIO DE CONTAS
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

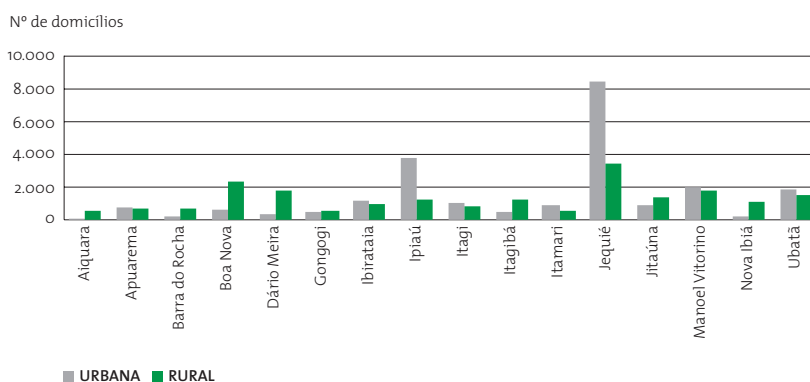


FIGURA 5 – INADEQUAÇÃO HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI MÉDIO RIO DE CONTAS
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA (TI o8)

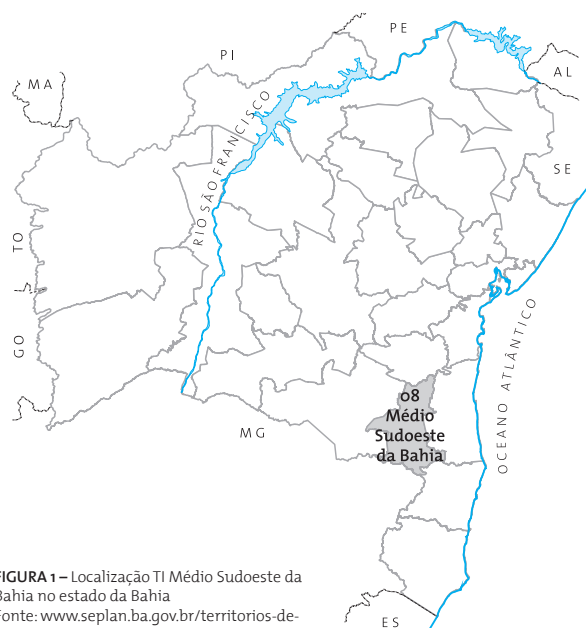


FIGURA 1 – Localização TI Médio Sudoeste da Bahia no estado da Bahia
Fonte: www.seplan.ba.gov.br/territorios-de-identidade/mapa

Território de Identidade (o8) Médio Sudoeste da Bahia	População (IBGE, 2010)		
	Total	Urbana	Rural
Caatiba	11.420	5.398	6.022
Firmino Alves	5.384	4.337	1.047
Ibicuí	15.785	11.964	3.821
Iguai	25.705	14.580	11.125
Itambé	23.089	19.698	3.391
Itapetinga	68.273	66.276	1.997
Itarantim	18.539	15.302	3.237
Itororó	19.914	18.100	1.814
Macarani	17.093	13.639	3.454
Maiquinique	8.782	6.916	1.866
Nova Canaã	16.713	6.852	9.861
Potiraguá	9.810	6.604	3.206
Santa Cruz da Vitória	6.673	5.076	1.597
Total	247.180	194.742	52.438

DEFICIT HABITACIONAL

Fazem parte do *deficit* habitacional, tanto as moradias precárias ou as que sofreram desgaste pelo tempo, como as densamente ocupadas, improvisadas ou as situadas em locais não destinados à função residencial.

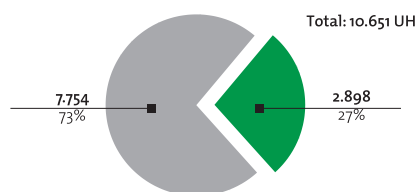


FIGURA 2 – DEFICIT TOTAL – TI MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

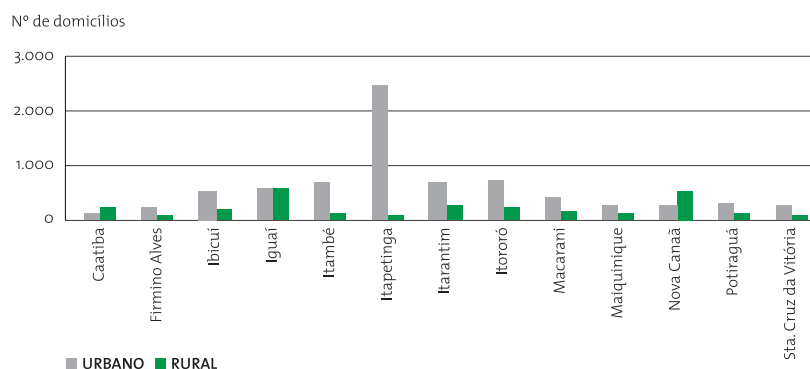


FIGURA 3 – DEFICIT HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

INADEQUAÇÃO HABITACIONAL

A inadequação habitacional diz respeito à precariedade ou à inexistência de um ou mais itens de infraestrutura básica nos domicílios particulares permanentes.

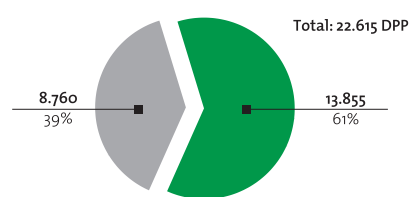


FIGURA 4 – INADEQUAÇÃO TOTAL – TI MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

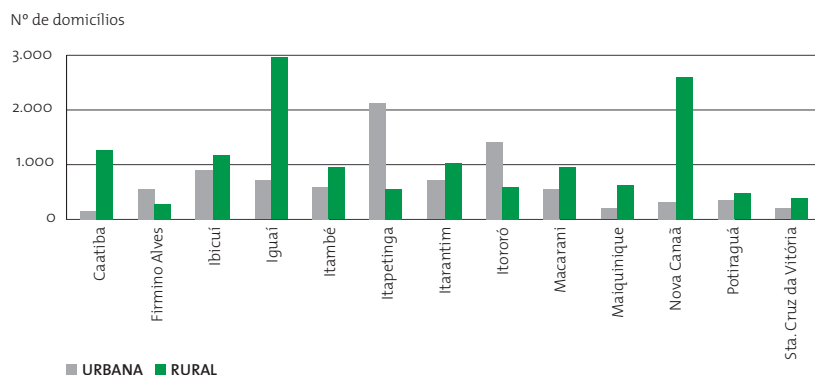


FIGURA 5 – INADEQUAÇÃO HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE METROPOLITANO DE SALVADOR (TI 26)

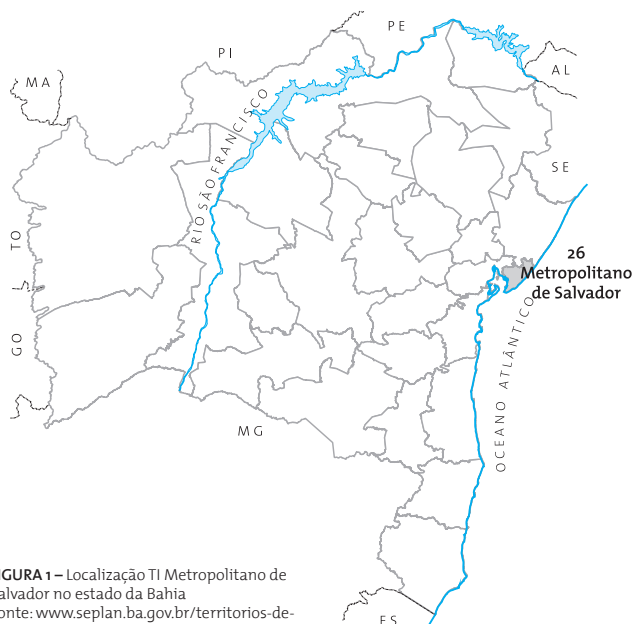


FIGURA 1 – Localização TI Metropolitano de Salvador no estado da Bahia
Fonte: www.seplan.ba.gov.br/territorios-de-identidade/mapa

Território de Identidade (26) Metropolitano de Salvador	População (IBGE, 2010)		
	Total	Urbana	Rural
Camaçari	242.970	231.973	10.997
Candeias	83.158	75.994	7.164
Dias d'Ávila	66.440	62.473	3.967
Itaparica	20.725	20.725	-
Lauro de Freitas	163.449	163.449	-
Madre de Deus	17.376	16.854	522
Salinas da Margarida	13.456	5.960	7.496
Salvador	2.675.656	2.674.923	733
Simões Filho	118.047	105.811	12.236
Vera Cruz	37.567	35.244	2.323
Total	3.438.844	3.393.406	45.438

DEFICIT HABITACIONAL

Fazem parte do *deficit* habitacional, tanto as moradias precárias ou as que sofreram desgaste pelo tempo, como as densamente ocupadas, improvisadas ou as situadas em locais não destinados à função residencial.

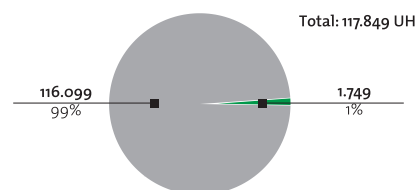


FIGURA 2 – DEFICIT TOTAL – TI METROPOLITANO DE SALVADOR
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

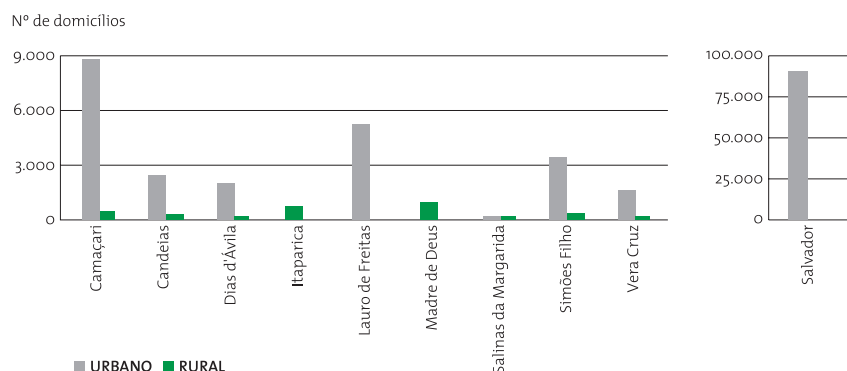


FIGURA 3 – DEFICIT HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI METROPOLITANO DE SALVADOR
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

INADEQUAÇÃO HABITACIONAL

A inadequação habitacional diz respeito à precariedade ou à inexistência de um ou mais itens de infraestrutura básica nos domicílios particulares permanentes.

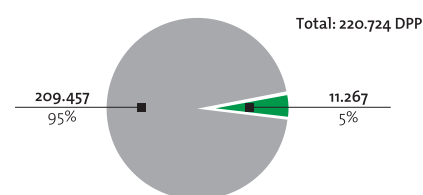


FIGURA 4 – INADEQUAÇÃO TOTAL – TI METROPOLITANO DE SALVADOR
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

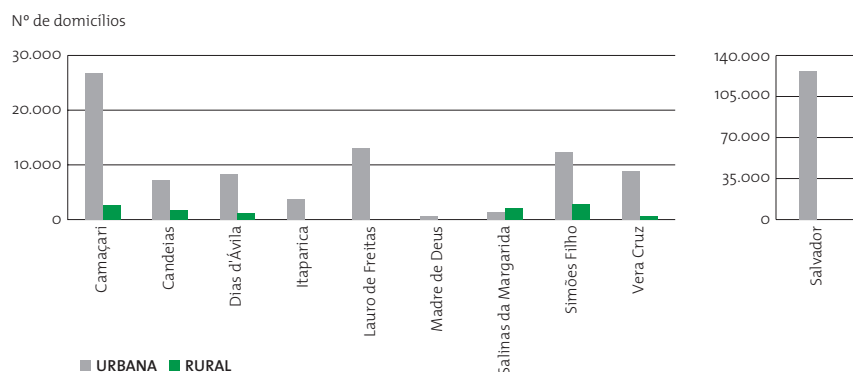


FIGURA 5 – INADEQUAÇÃO HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI METROPOLITANO DE SALVADOR
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013.

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE PIEMONTE DA DIAMANTINA (TI 16)

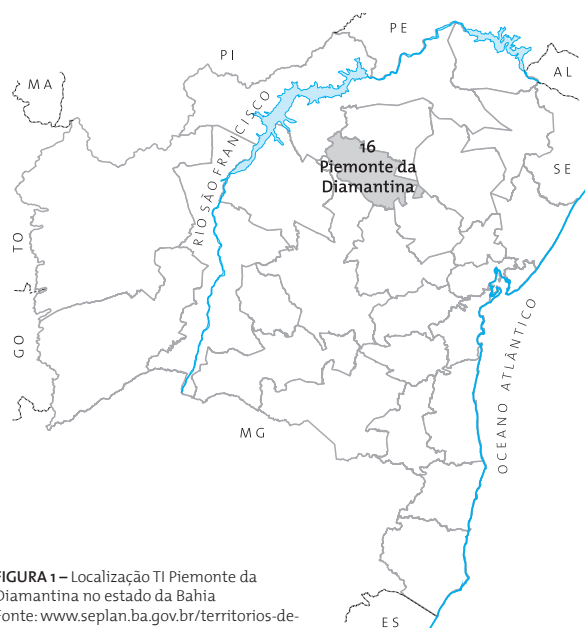


FIGURA 1 – Localização TI Piemonte da Diamantina no estado da Bahia
Fonte: www.seplan.ba.gov.br/territorios-de-identidade/mapa

Território de Identidade (16) Piemonte da Diamantina	População (IBGE, 2010)		
	Total	Urbana	Rural
Caém	10.368	3.655	6.713
Capim Grosso	26.577	21.762	4.815
Jacobina	79.247	55.868	23.379
Miguel Calmon	26.475	16.066	10.409
Mirangaba	16.279	7.879	8.400
Ourolândia	16.425	6.341	10.084
Saúde	11.845	6.646	5.199
Serrolândia	12.344	7.279	5.065
Umburanas	17.000	7.510	9.490
Várzea Nova	13.073	8.553	4.520
Total	229.633	141.559	88.074

DEFICIT HABITACIONAL

Fazem parte do *deficit* habitacional, tanto as moradias precárias ou as que sofreram desgaste pelo tempo, como as densamente ocupadas, improvisadas ou as situadas em locais não destinados à função residencial.

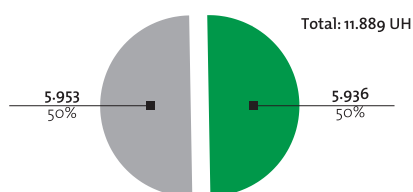


FIGURA 2 – DEFICIT TOTAL – TI PIEMONTE DA DIAMANTINA
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

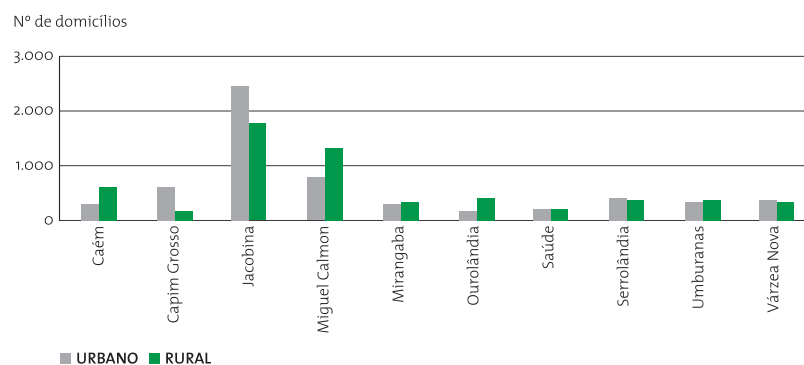


FIGURA 3 – DEFICIT HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI PIEMONTE DA DIAMANTINA
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

INADEQUAÇÃO HABITACIONAL

A inadequação habitacional diz respeito à precariedade ou à inexistência de um ou mais itens de infraestrutura básica nos domicílios particulares permanentes.

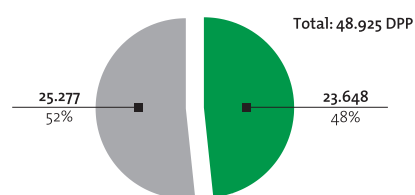


FIGURA 4 – INADEQUAÇÃO TOTAL – TI PIEMONTE DA DIAMANTINA
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

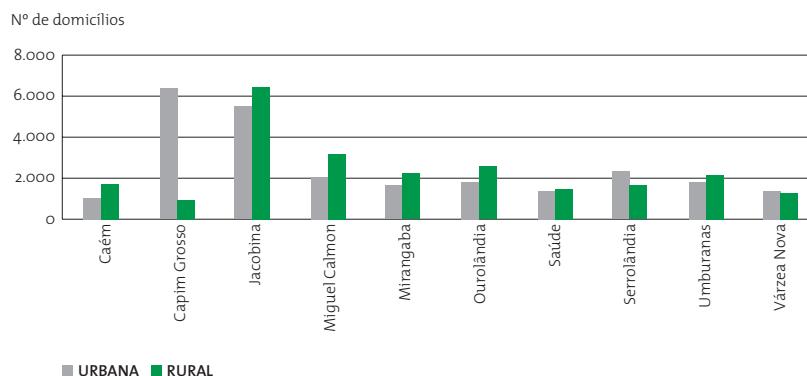


FIGURA 5 – INADEQUAÇÃO HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI PIEMONTE DA DIAMANTINA
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE PIEMONTE DO PARAGUAÇU (TI 14)



Território de Identidade (14) Piemonte do Paraguaçu	População (IBGE, 2010)		
	Total	Urbana	Rural
Boa Vista do Tupim	17.991	6.593	11.398
Iaçu	25.736	20.168	5.568
Ibiquera	4.866	2.461	2.405
Itaberaba	61.631	48.485	13.146
Itatim	14.522	10.112	4.410
Lajedinho	3.936	1.245	2.691
Macajuba	11.229	6.871	4.358
Mundo Novo	24.395	13.564	10.831
Piritiba	22.399	15.162	7.237
Rafael Jambeiro	22.874	6.850	16.024
Ruy Barbosa	29.887	22.093	7.794
Santa Teresinha	9.648	2.334	7.314
Tapiramutá	16.516	12.784	3.732
Total	265.630	168.722	96.908

DEFICIT HABITACIONAL

Fazem parte do *deficit* habitacional, tanto as moradias precárias ou as que sofreram desgaste pelo tempo, como as densamente ocupadas, improvisadas ou as situadas em locais não destinados à função residencial.

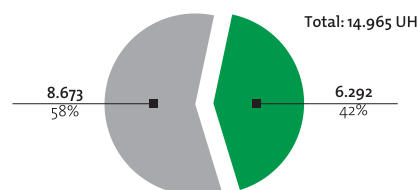


FIGURA 2 – DEFICIT TOTAL – TI PIEMONTE DO PARAGUAÇU
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

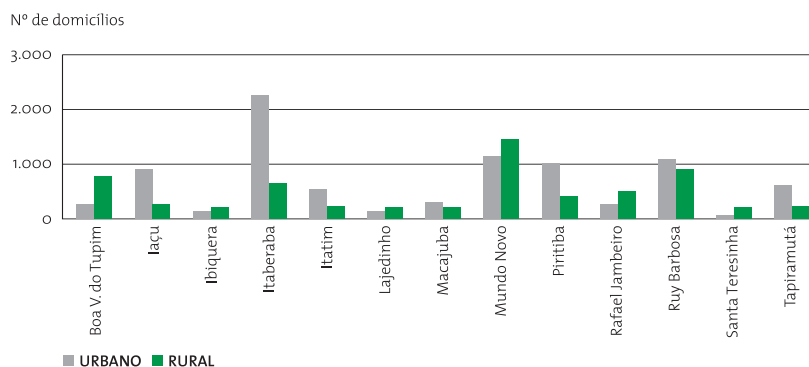


FIGURA 3 – DEFICIT HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI PIEMONTE DO PARAGUAÇU
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

INADEQUAÇÃO HABITACIONAL

A inadequação habitacional diz respeito à precariedade ou à inexistência de um ou mais itens de infraestrutura básica nos domicílios particulares permanentes.

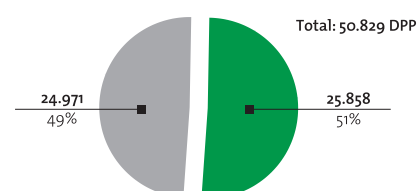


FIGURA 4 – INADEQUAÇÃO TOTAL – TI PIEMONTE DO PARAGUAÇU
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

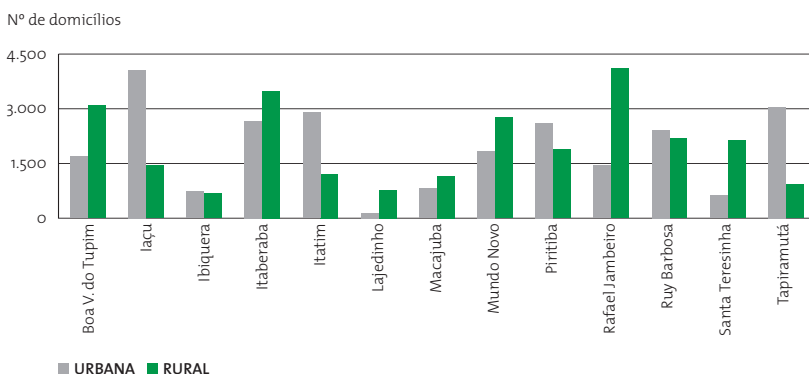


FIGURA 5 – INADEQUAÇÃO HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI PIEMONTE DO PARAGUAÇU
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013.

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU (TI 25)

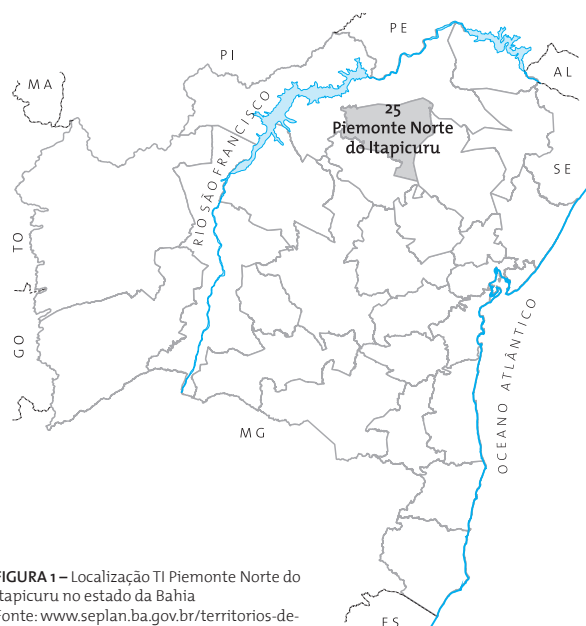


FIGURA 1 – Localização TI Piemonte Norte do Itapicuru no estado da Bahia
Fonte: www.seplan.ba.gov.br/territorios-de-identidade/mapa

Território de Identidade (25) Piemonte Norte do Itapicuru	População (IBGE, 2010)		
	Total	Urbana	Rural
Andorinha	14.414	6.208	8.206
Antônio Gonçalves	11.015	5.783	5.232
Caldeirão Grande	12.491	4.558	7.933
Campo Formoso	66.616	24.863	41.753
Filadélfia	16.740	9.022	7.718
Jaguarari	30.343	16.612	13.731
Pindobaçu	20.121	11.237	8.884
Ponto Novo	15.742	8.405	7.337
Senhor do Bonfim	74.419	57.566	16.853
Total	261.901	144.254	117.647

DEFICIT HABITACIONAL

Fazem parte do *deficit* habitacional, tanto as moradias precárias ou as que sofreram desgaste pelo tempo, como as densamente ocupadas, improvisadas ou as situadas em locais não destinados à função residencial.

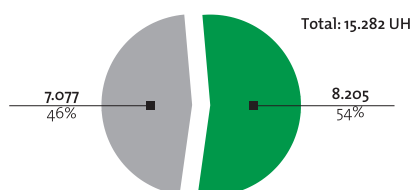


FIGURA 2 – DEFICIT TOTAL – TI PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

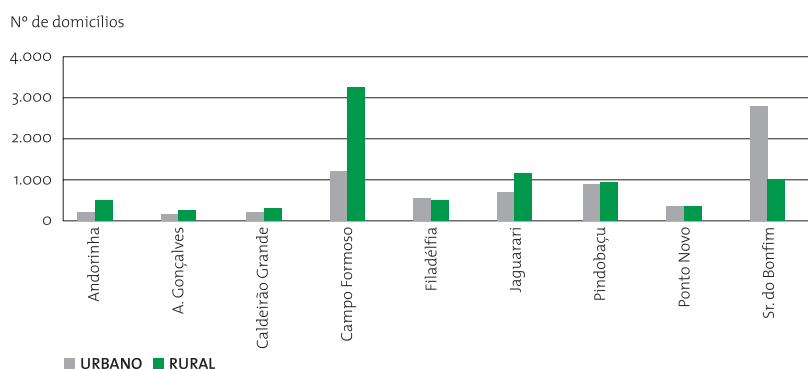


FIGURA 3 – DEFICIT HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

INADEQUAÇÃO HABITACIONAL

A inadequação habitacional diz respeito à precariedade ou à inexistência de um ou mais itens de infraestrutura básica nos domicílios particulares permanentes.

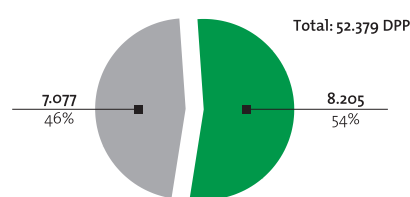


FIGURA 4 – INADEQUAÇÃO TOTAL – TI PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

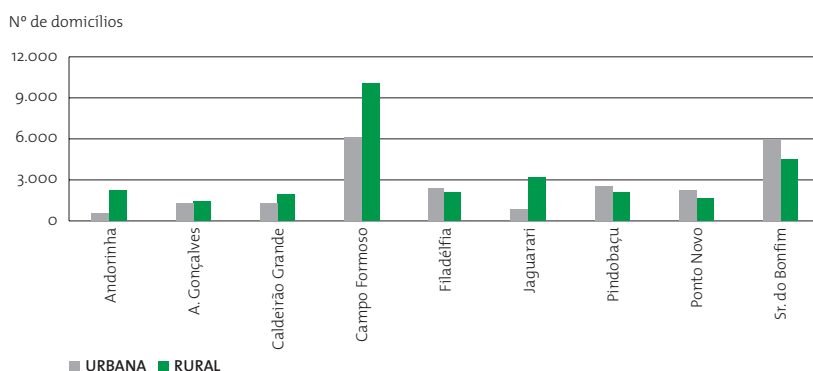


FIGURA 5 – INADEQUAÇÃO HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013.

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE PORTAL DO SERTÃO (TI 19)



Território de Identidade (19) Portal do Sertão	População (IBGE, 2010)		
	Total	Urbana	Rural
Água Fria	15.731	5.777	9.954
Amélia Rodrigues	25.190	19.957	5.233
Anguera	10.242	4.326	5.916
Antônio Cardoso	11.554	3.225	8.329
Conceição da Feira	20.391	13.137	7.254
Conceição do Jacuípe	30.123	23.539	6.584
Coração de Maria	22.401	9.400	13.001
Feira de Santana	556.642	510.635	46.007
Ipecaetã	15.331	2.637	12.694
Irará	27.466	11.246	16.220
Santa Bárbara	19.064	8.669	10.395
Santanópolis	8.776	1.684	7.092
Santo Estêvão	47.880	27.690	20.190
São Gonçalo dos Campos	33.283	16.505	16.778
Tanquinho	8.008	5.711	2.297
Teodoro Sampaio	7.895	6.341	1.554
Terra Nova	12.803	11.488	1.315
Total	872.780	681.967	190.813

DEFICIT HABITACIONAL

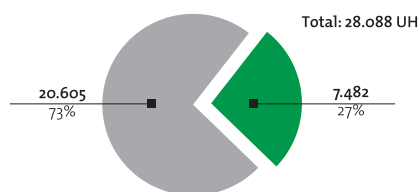


FIGURA 2 – DEFICIT TOTAL – TI PORTAL DO SERTÃO
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

Fazem parte do *deficit* habitacional, tanto as moradias precárias ou as que sofreram desgaste pelo tempo, como as densamente ocupadas, improvisadas ou as situadas em locais não destinados à função residencial.

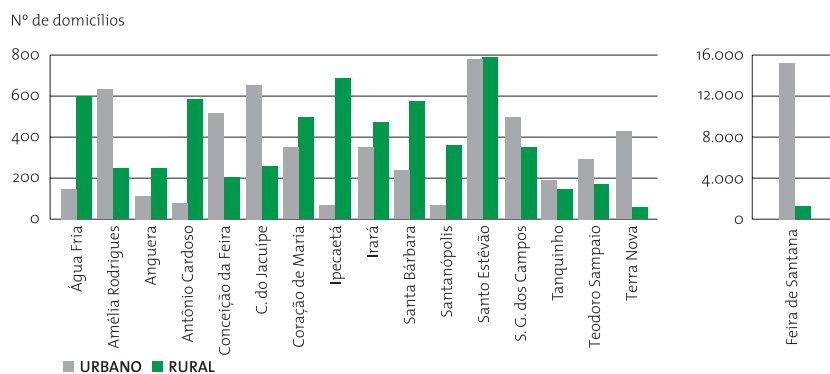


FIGURA 3 – DEFICIT HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI PORTAL DO SERTÃO
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

INADEQUAÇÃO HABITACIONAL

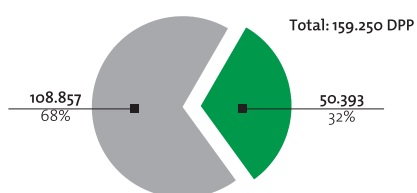


FIGURA 4 – INADEQUAÇÃO TOTAL – TI PORTAL DO SERTÃO
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

A inadequação habitacional diz respeito à precariedade ou à inexistência de um ou mais itens de infraestrutura básica nos domicílios particulares permanentes.

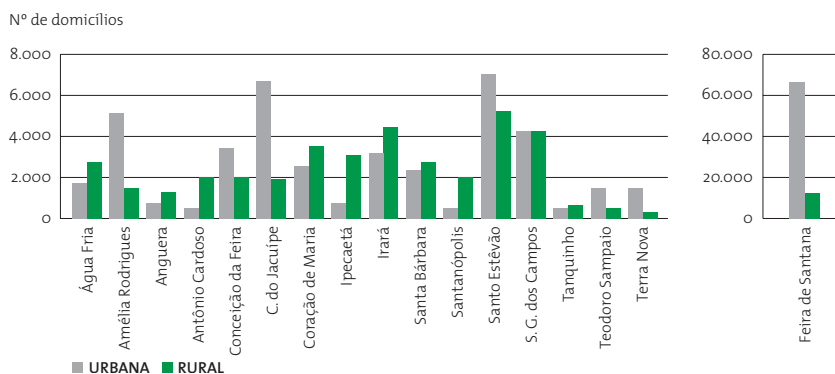


FIGURA 5 – INADEQUAÇÃO HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI PORTAL DO SERTÃO
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013.

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE RECÔNCAVO (TI 21)



FIGURA 1 – Localização TI Recôncavo no estado da Bahia
Fonte: www.seplan.ba.gov.br/territorios-de-identidade/mapa

Território de Identidade (21) Recôncavo	População (IBGE, 2010)		
	Total	Urbana	Rural
Cabaceiras do Paraguaçu	17.327	4.644	12.683
Cachoeira	32.026	16.387	15.639
Castro Alves	25.408	15.686	9.722
Conceição do Almeida	17.889	7.926	9.963
Cruz das Almas	58.606	49.885	8.721
Dom Macedo Costa	3.874	1.761	2.113
Governador Mangabeira	19.818	7.417	12.401
Maragogipe	42.815	25.093	17.722
Muniz Ferreira	7.317	3.394	3.923
Muritiba	28.899	18.040	10.859
Nazaré	27.274	22.864	4.410
Santo Amaro	57.800	44.766	13.034
Santo Antônio de Jesus	90.985	79.299	11.686
São Felipe	20.305	9.820	10.485
São Félix	14.098	9.265	4.833
São Francisco do Conde	33.183	27.391	5.792
São Sebastião do Passé	42.153	33.112	9.041
Sapeaçu	16.585	8.084	8.501
Saubara	11.201	10.948	253
Varzedo	9.109	3.364	5.745
Total	576.672	399.146	177.526

DEFICIT HABITACIONAL

Fazem parte do *deficit* habitacional, tanto as moradias precárias ou as que sofreram desgaste pelo tempo, como as densamente ocupadas, improvisadas ou as situadas em locais não destinados à função residencial.

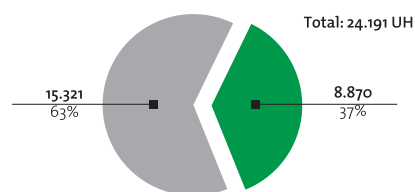


FIGURA 2 – DEFICIT TOTAL – TI RECÔNCAVO
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

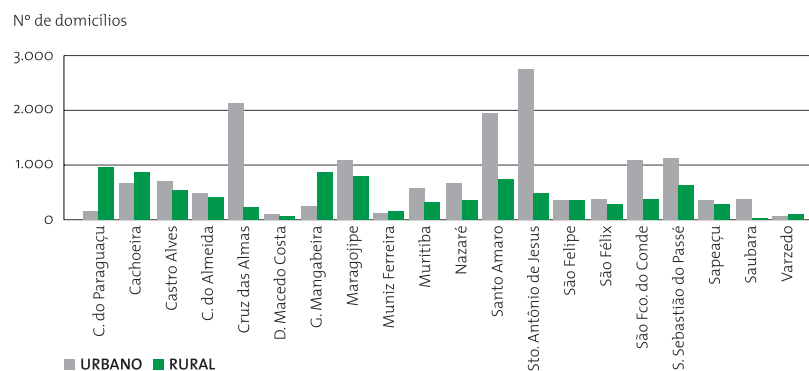


FIGURA 3 – DEFICIT HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI RECÔNCAVO
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

INADEQUAÇÃO HABITACIONAL

A inadequação habitacional diz respeito à precariedade ou à inexistência de um ou mais itens de infraestrutura básica nos domicílios particulares permanentes.

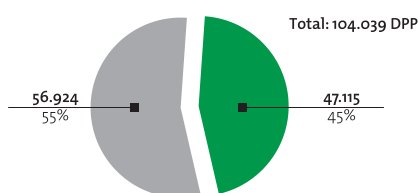


FIGURA 4 – INADEQUAÇÃO TOTAL – TI RECÔNCAVO
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

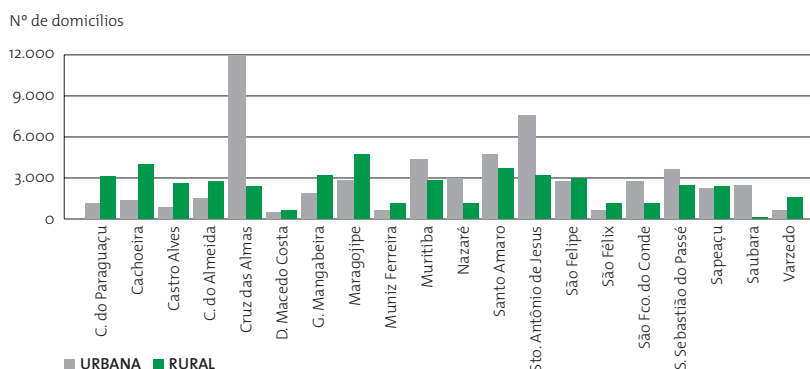
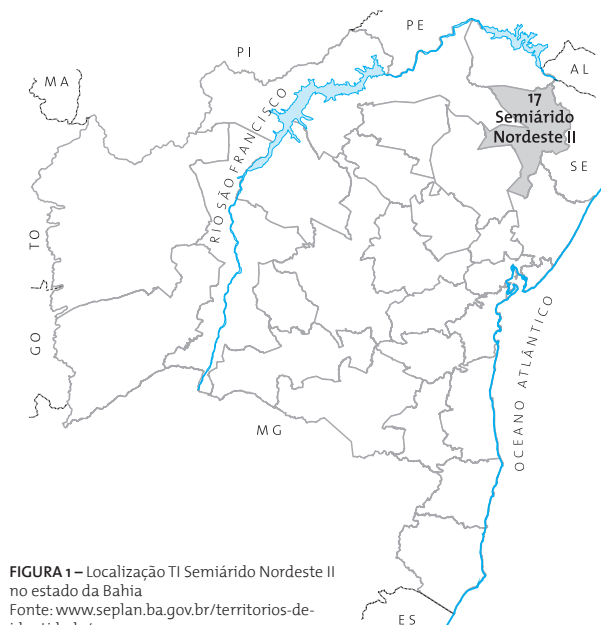


FIGURA 5 – INADEQUAÇÃO HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI RECÔNCAVO
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE SEMIÁRIDO NORDESTE II (TI 17)



Território de Identidade (17) Semiárido Nordeste II	População (IBGE, 2010)		
	Total	Urbana	Rural
Adustina	15.702	5.572	10.130
Antas	17.072	6.360	10.712
Banzaê	11.814	4.042	7.772
Cícero Dantas	32.300	17.726	14.574
Cipó	15.755	11.287	4.468
Coronel João Sá	17.066	7.043	10.023
Euclides da Cunha	56.289	27.416	28.873
Fátima	17.652	6.916	10.736
Heliópolis	13.192	5.428	7.764
Jeremoabo	37.680	17.437	20.243
Nova Soure	24.136	11.730	12.406
Novo Triunfo	15.051	7.503	7.548
Paripiranga	27.778	9.533	18.245
Pedro Alexandre	16.995	2.786	14.209
Ribeira do Amparo	14.276	1.921	12.355
Ribeira do Pombal	47.518	29.756	17.762
Santa Brígida	15.060	5.611	9.449
Sítio do Quinto	12.592	5.172	7.420
Total	407.928	183.239	224.689

DEFICIT HABITACIONAL

Fazem parte do *deficit* habitacional, tanto as moradias precárias ou as que sofreram desgaste pelo tempo, como as densamente ocupadas, improvisadas ou as situadas em locais não destinados à função residencial.

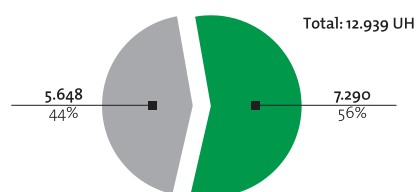


FIGURA 2 – DEFICIT TOTAL – TI SEMIÁRIDO NORDESTE II
 Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

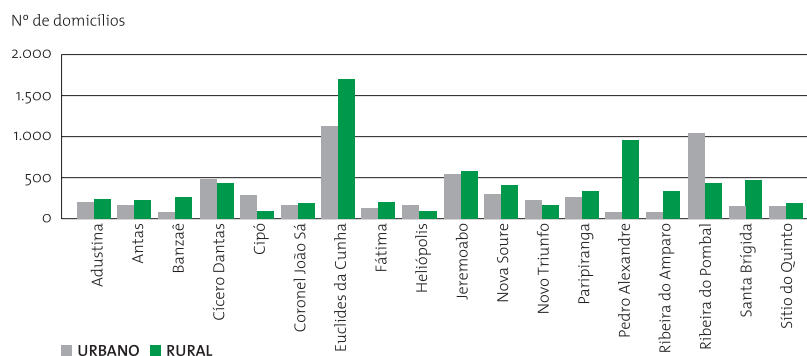


FIGURA 3 – DEFICIT HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI SEMIÁRIDO NORDESTE II
 Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

INADEQUAÇÃO HABITACIONAL

A inadequação habitacional diz respeito à precariedade ou à inexistência de um ou mais itens de infraestrutura básica nos domicílios particulares permanentes.

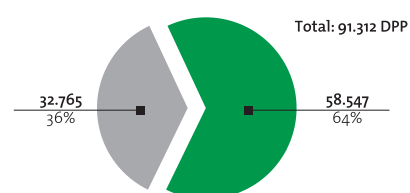


FIGURA 4 – INADEQUAÇÃO TOTAL – TI SEMIÁRIDO NORDESTE II
 Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

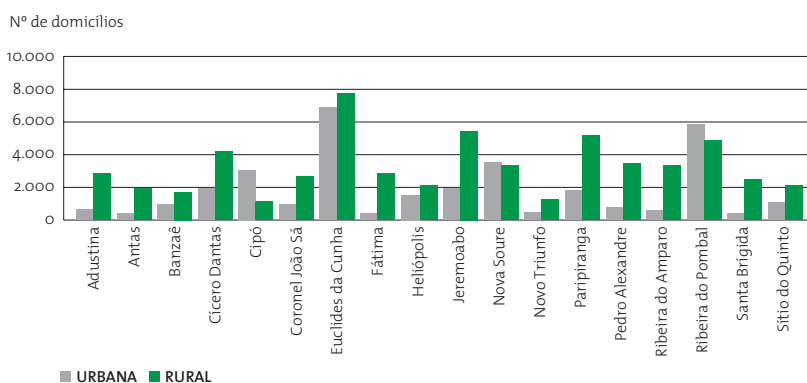


FIGURA 5 – INADEQUAÇÃO HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI SEMIÁRIDO NORDESTE II
 Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013.

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE SERTÃO DO SÃO FRANCISCO (TI 10)



FIGURA 1 – Localização TI Sertão do São Francisco no estado da Bahia
Fonte: www.seplan.ba.gov.br/territorios-de-identidade/mapa

Território de Identidade (10) Sertão do São Francisco	População (IBGE, 2010)		
	Total	Urbana	Rural
Campo Alegre de Lourdes	28.090	8.126	19.964
Canudos	15.732	8.698	7.034
Casa Nova	64.940	37.543	27.397
Curaçá	32.168	13.719	18.449
Juazeiro	197.965	160.775	37.190
Pilão Arcado	32.860	11.027	21.833
Remanso	38.957	23.470	15.487
Sento Sé	37.425	21.676	15.749
Sobradinho	22.000	20.002	1.998
Uauá	24.294	10.761	13.533
Total	494.431	315.797	178.634

DEFICIT HABITACIONAL

Fazem parte do *deficit* habitacional, tanto as moradias precárias ou as que sofreram desgaste pelo tempo, como as densamente ocupadas, improvisadas ou as situadas em locais não destinados à função residencial.

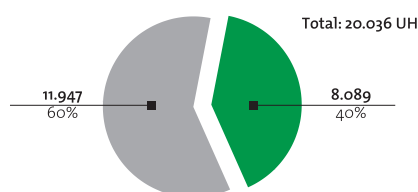


FIGURA 2 – DEFICIT TOTAL – TI SERTÃO DO SÃO FRANCISCO
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

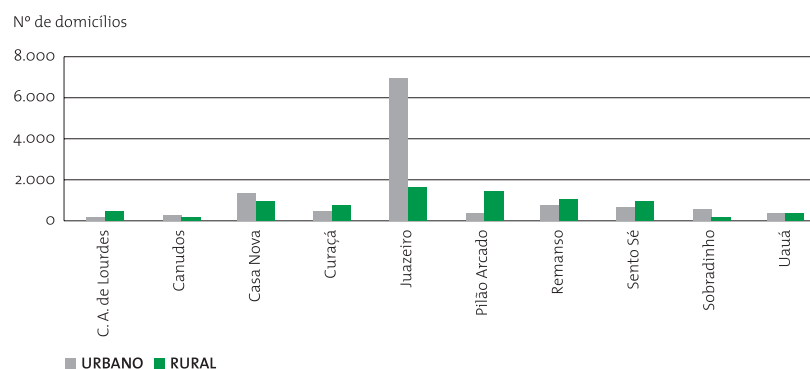


FIGURA 3 – DEFICIT HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI SERTÃO DO SÃO FRANCISCO
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

INADEQUAÇÃO HABITACIONAL

A inadequação habitacional diz respeito à precariedade ou à inexistência de um ou mais itens de infraestrutura básica nos domicílios particulares permanentes.

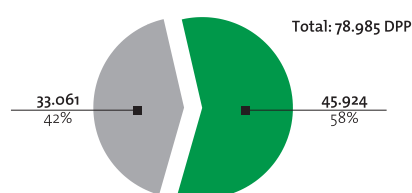


FIGURA 4 – INADEQUAÇÃO TOTAL – TI SERTÃO DO SÃO FRANCISCO
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

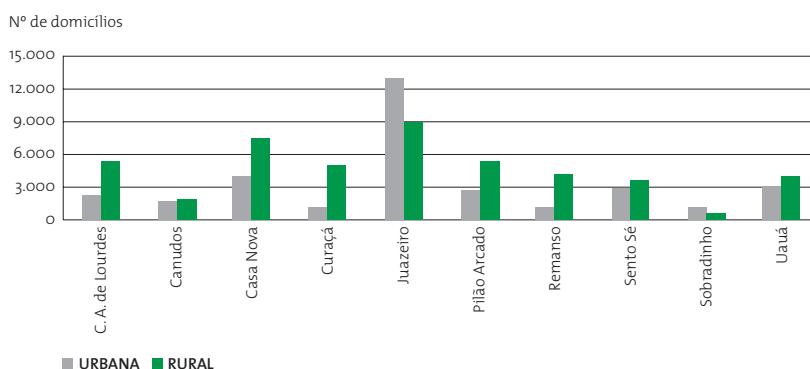


FIGURA 5 – INADEQUAÇÃO HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI SERTÃO DO SÃO FRANCISCO
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013.

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE SERTÃO PRODUTIVO (TI 13)



Território de Identidade (13) Sertão Produtivo	População (IBGE, 2010)		
	Total	Urbana	Rural
Brumado	64.602	45.131	19.471
Caculé	22.236	13.309	8.927
Caetité	47.515	28.447	19.068
Candiba	13.210	7.725	5.485
Contendas do Sincorá	4.663	2.297	2.366
Dom Basílio	11.355	2.241	9.114
Guanambi	78.833	62.565	16.268
Ibiassucê	10.062	4.706	5.356
Ituaçu	18.127	6.569	11.558
Iuiú	10.900	5.284	5.616
Lagoa Real	13.934	2.808	11.126
Livramento de N. Senhora	42.693	20.530	22.163
Malhada de Pedras	8.468	3.234	5.234
Palmas de Monte Alto	20.775	9.832	10.943
Pindai	15.628	4.319	11.309
Rio do Antônio	14.815	5.993	8.822
Sebastião Laranjeiras	10.371	4.084	6.287
Tanhaçu	20.013	8.290	11.723
Urundi	16.466	5.939	10.527
Total	444.666	243.303	201.363

DEFICIT HABITACIONAL

Fazem parte do *deficit* habitacional, tanto as moradias precárias ou as que sofreram desgaste pelo tempo, como as densamente ocupadas, improvisadas ou as situadas em locais não destinados à função residencial.

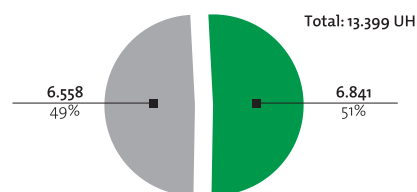


FIGURA 2 – DEFICIT TOTAL – TI SERTÃO PRODUTIVO
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

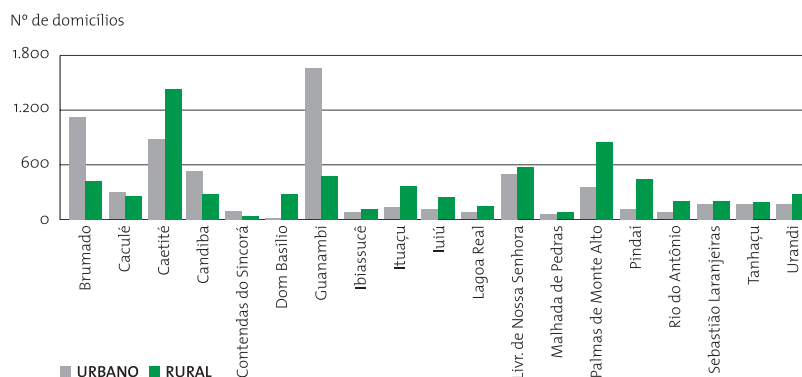


FIGURA 3 – DEFICIT HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI SERTÃO PRODUTIVO
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

INADEQUAÇÃO HABITACIONAL

A inadequação habitacional diz respeito à precariedade ou à inexistência de um ou mais itens de infraestrutura básica nos domicílios particulares permanentes.

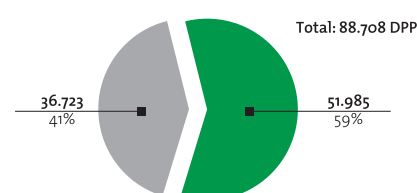


FIGURA 4 – INADEQUAÇÃO TOTAL – TI SERTÃO PRODUTIVO
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

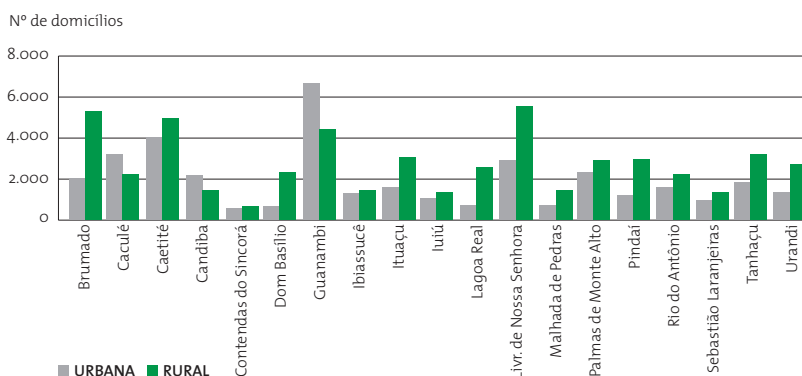


FIGURA 5 – INADEQUAÇÃO HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI SERTÃO PRODUTIVO
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013.

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE SISAL (TI 4)

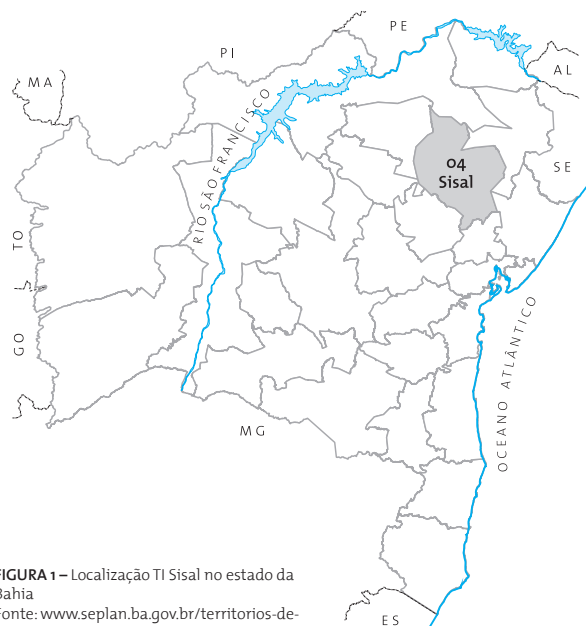


FIGURA 1 – Localização TI Sisal no estado da Bahia
Fonte: www.seplan.ba.gov.br/territorios-de-identidade/mapa

Território de Identidade (04) Sisal	População (IBGE, 2010)		
	Total	Urbana	Rural
Araci	51.651	19.638	32.013
Barrocas	14.191	5.695	8.496
Biritinga	14.836	3.517	11.319
Candeal	8.895	3.476	5.419
Cansanção	32.908	11.021	21.887
Conceição do Coité	62.040	36.278	25.762
Ichu	5.255	3.365	1.890
Itiúba	36.113	9.699	26.414
Lamarão	9.560	2.085	7.475
Monte Santo	52.338	8.845	43.493
Nordestina	12.371	3.921	8.450
Queimadas	24.602	12.492	12.110
Quijingue	27.228	6.377	20.851
Retirolândia	12.055	6.722	5.333
Santaluz	33.838	20.795	13.043
São Domingos	9.226	5.916	3.310
Serrinha	76.762	47.188	29.574
Teofilândia	21.482	6.692	14.790
Tucano	52.418	21.958	30.460
Valente	24.560	13.487	11.073
Total	582.329	249.167	333.162

DEFICIT HABITACIONAL

Fazem parte do *deficit* habitacional, tanto as moradias precárias ou as que sofreram desgaste pelo tempo, como as densamente ocupadas, improvisadas ou as situadas em locais não destinados à função residencial.

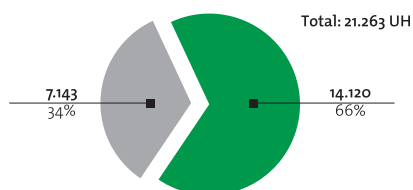


FIGURA 2 – DEFICIT TOTAL – TI SISAL
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

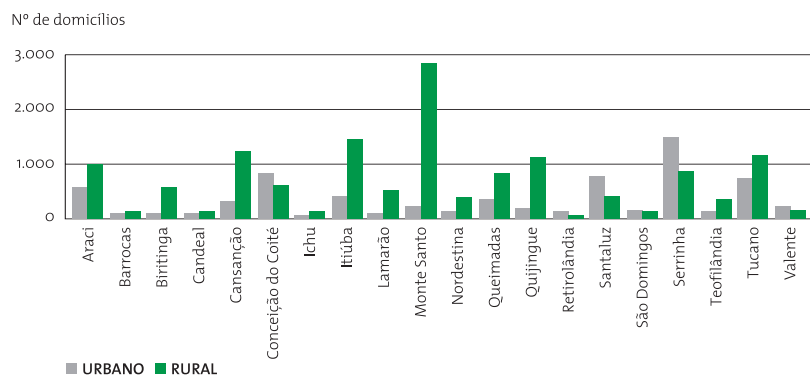


FIGURA 3 – DEFICIT HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI SISAL
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

INADEQUAÇÃO HABITACIONAL

A inadequação habitacional diz respeito à precariedade ou à inexistência de um ou mais itens de infraestrutura básica nos domicílios particulares permanentes.

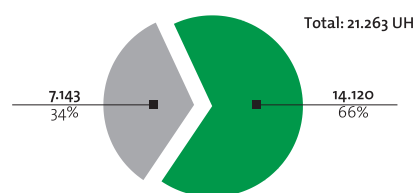


FIGURA 4 – INADEQUAÇÃO TOTAL – TI SISAL
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

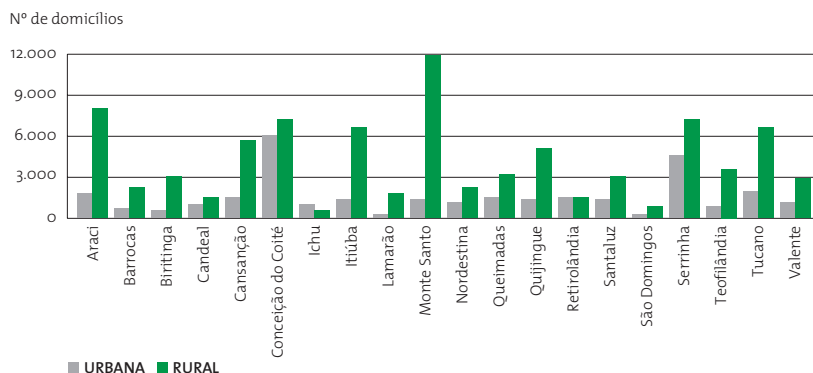


FIGURA 5 – INADEQUAÇÃO HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI SISAL
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE VALE DO JQUIRIÇÁ (TI 09)



Território de Identidade (09) Vale do Jiquiriçá	População (IBGE, 2010)		
	Total	Urbana	Rural
Amargosa	34.351	24.891	9.460
Brejões	14.282	4.937	9.345
Cravolândia	5.041	3.180	1.861
Elísio Medrado	7.947	3.248	4.699
Irajuba	7.002	3.273	3.729
Itaquara	7.678	4.608	3.070
Itiruçu	12.693	9.526	3.167
Jaguaquara	51.011	38.850	12.161
Jiquiriçá	14.118	5.581	8.537
Lafaiete Coutinho	3.901	2.104	1.797
Laje	22.201	6.080	16.121
Lajedo do Tabocal	8.305	5.149	3.156
Maracás	24.613	17.707	6.906
Milagres	10.306	7.789	2.517
Mutuípe	21.449	9.659	11.790
Nova Itarana	7.435	2.715	4.720
Planaltino	8.822	3.640	5.182
Santa Inês	10.363	9.514	849
São Miguel das Matas	10.414	3.360	7.054
Ubaíra	19.750	8.822	10.928
Total	301.682	174.633	127.049

DEFICIT HABITACIONAL

Fazem parte do *deficit* habitacional, tanto as moradias precárias ou as que sofreram desgaste pelo tempo, como as densamente ocupadas, improvisadas ou as situadas em locais não destinados à função residencial.

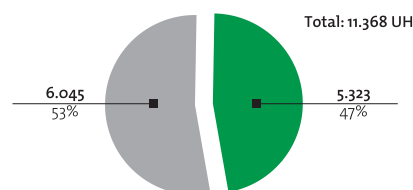


FIGURA 2 – DEFICIT TOTAL – TI VALE DO JIQUIRIÇÁ
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

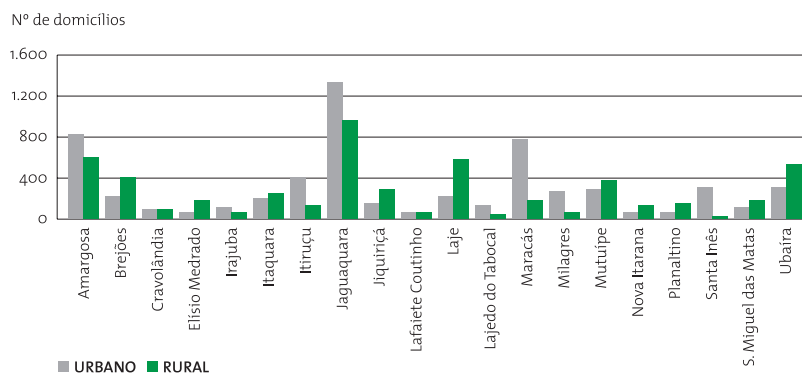


FIGURA 3 – DEFICIT HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI VALE DO JIQUIRIÇÁ
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

INADEQUAÇÃO HABITACIONAL

A inadequação habitacional diz respeito à precariedade ou à inexistência de um ou mais itens de infraestrutura básica nos domicílios particulares permanentes.

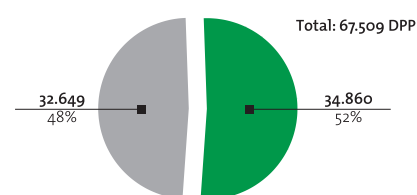


FIGURA 4 – INADEQUAÇÃO TOTAL – TI VALE DO JIQUIRIÇÁ
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

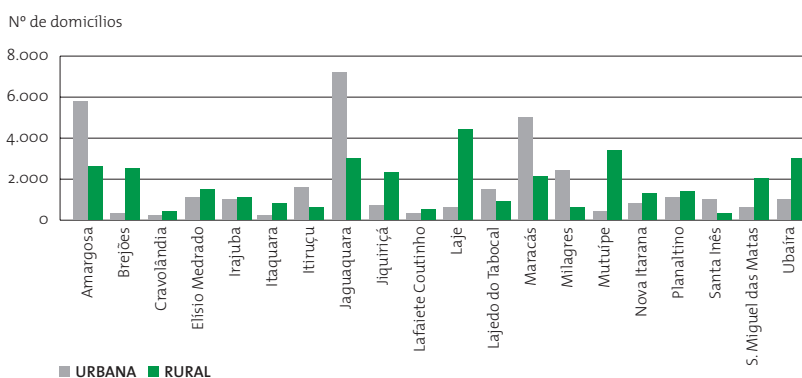


FIGURA 5 – INADEQUAÇÃO HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI VALE DO JIQUIRIÇÁ
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013.

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE VELHO CHICO (TI 02)



FIGURA 1 – Localização TI Velho Chico no estado da Bahia
Fonte: www.seplan.ba.gov.br/territorios-de-identidade/mapa

Território de Identidade (02) Velho Chico	População (IBGE, 2010)		
	Total	Urbana	Rural
Barra	49.325	22.446	26.879
Bom Jesus da Lapa	63.480	43.099	20.381
Brotas de Macaúbas	10.717	3.118	7.599
Carinhanha	28.380	12.585	15.795
Feira da Mata	6.184	3.243	2.941
Ibotirama	25.424	19.501	5.923
Igaporã	15.205	7.864	7.341
Malhada	16.014	6.559	9.455
Matina	11.145	3.473	7.672
Morpará	8.280	5.538	2.742
Muquém de São Francisco	10.272	1.283	8.989
Oliveira dos Brejinhos	21.831	6.584	15.247
Paratinga	29.504	10.905	18.599
Riacho de Santana	30.646	13.091	17.555
Serra do Ramalho	31.638	6.274	25.364
Sítio do Mato	12.050	6.866	5.184
Total	370.095	172.429	197.666

DEFICIT HABITACIONAL

Fazem parte do *deficit* habitacional, tanto as moradias precárias ou as que sofreram desgaste pelo tempo, como as densamente ocupadas, improvisadas ou as situadas em locais não destinados à função residencial.

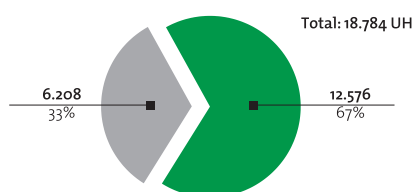


FIGURA 2 – DEFICIT TOTAL – TI VELHO CHICO
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

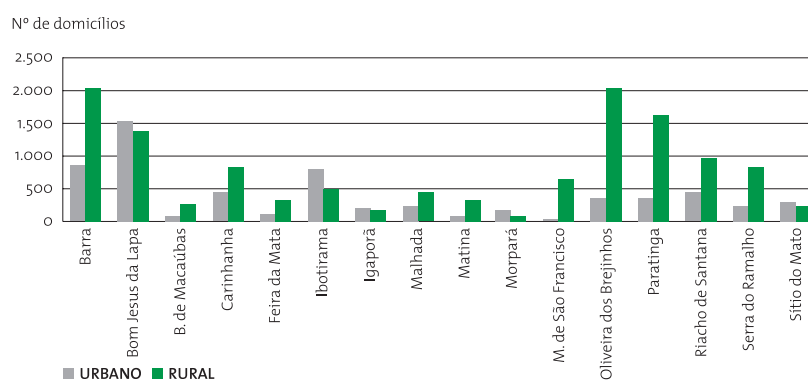


FIGURA 3 – DEFICIT HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI VELHO CHICO
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

INADEQUAÇÃO HABITACIONAL

A inadequação habitacional diz respeito à precariedade ou à inexistência de um ou mais itens de infraestrutura básica nos domicílios particulares permanentes.

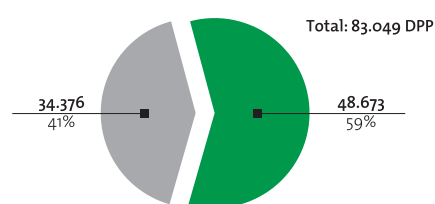


FIGURA 4 – INADEQUAÇÃO TOTAL – TI VELHO CHICO
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

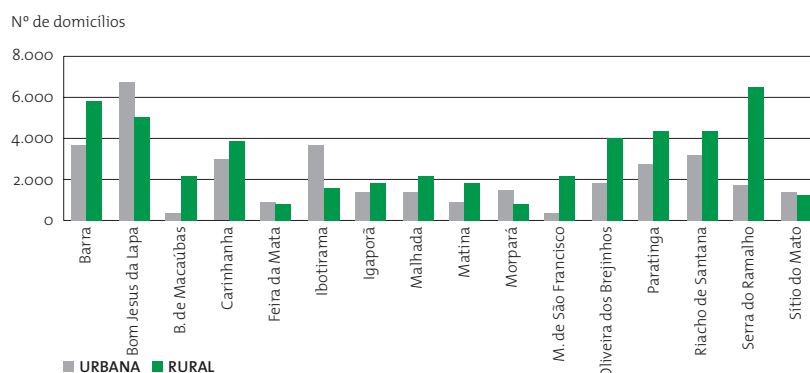
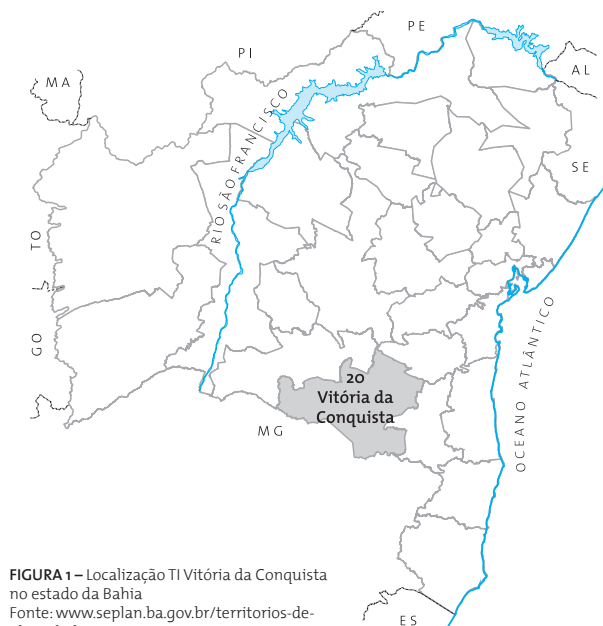


FIGURA 5 – INADEQUAÇÃO HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI VELHO CHICO
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE VITÓRIA DA CONQUISTA (TI 20)



Território de Identidade (20) Vitória da Conquista	População (IBGE, 2010)		
	Total	Urbana	Rural
Anagé	25.516	4.924	20.592
Aracatu	13.743	3.938	9.805
Barra do Choça	34.788	22.407	12.381
Belo Campo	16.021	9.029	6.992
Bom Jesus da Serra	10.113	2.768	7.345
Caetanos	13.639	3.291	10.348
Cândido Sales	27.918	19.286	8.632
Caraibas	10.222	2.513	7.709
Condeúba	16.898	7.462	9.436
Cordeiros	8.168	2.551	5.617
Encruzilhada	23.766	5.130	18.636
Guajeru	10.412	2.077	8.335
Jacaraci	13.651	4.923	8.728
Licínio de Almeida	12.311	6.253	6.058
Maetinga	7.038	2.817	4.221
Mirante	10.507	1.809	8.698
Mortugaba	12.477	5.887	6.590
Piripá	12.783	6.195	6.588
Planalto	24.481	14.869	9.612
Poções	44.701	34.659	10.042
Presidente Jânio Quadros	13.652	4.198	9.454
Ribeirão do Largo	8.602	4.647	3.955
Tremedal	17.029	3.939	13.090
Vitória da Conquista	306.866	274.739	32.127
Total	695.302	450.311	244.991

DEFICIT HABITACIONAL

Fazem parte do *deficit* habitacional, tanto as moradias precárias ou as que sofreram desgaste pelo tempo, como as densamente ocupadas, improvisadas ou as situadas em locais não destinados à função residencial.

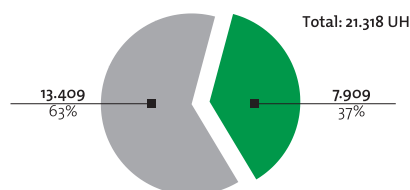


FIGURA 2 – DEFICIT TOTAL – TI VITÓRIA DA CONQUISTA
 Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

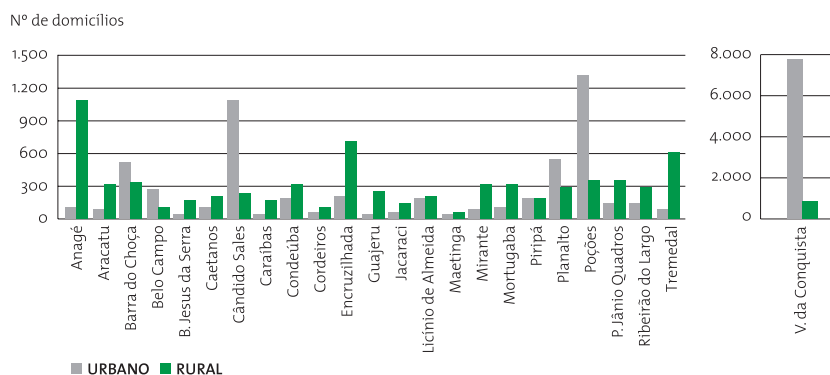


FIGURA 3 – DEFICIT HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI VITÓRIA DA CONQUISTA
 Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

INADEQUAÇÃO HABITACIONAL

A inadequação habitacional diz respeito à precariedade ou à inexistência de um ou mais itens de infraestrutura básica nos domicílios particulares permanentes.

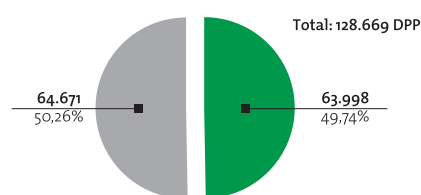


FIGURA 4 – INADEQUAÇÃO TOTAL – TI VITÓRIA DA CONQUISTA
 Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

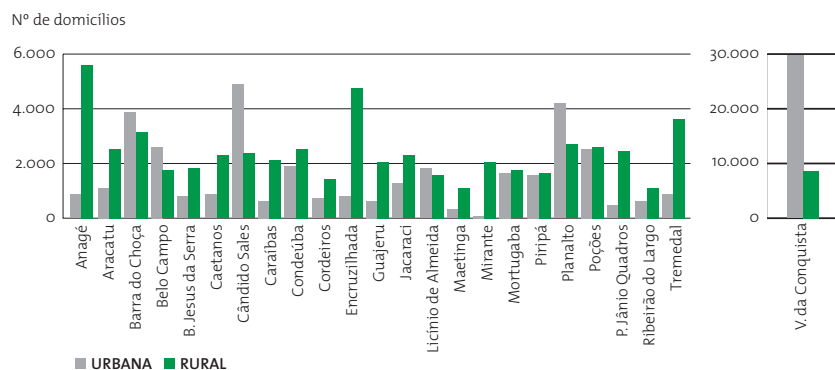


FIGURA 5 – INADEQUAÇÃO HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI VITÓRIA DA CONQUISTA
 Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013.



III – SUBSÍDIOS PARA A ELABORAÇÃO DE PLANOS TERRITORIAIS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL



1. TERRITÓRIO DE IDENTIDADE VELHO CHICO

1.1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

O Território de Identidade Velho Chico (TI 02) é formado por 16 municípios e sua principal atividade econômica é a agricultura (algodão, mamona e mandioca), o que lhe confere uma significativa atividade rural. O que une os municípios desse Território é o fato desses situarem-se às margens do Rio São Francisco, cuja presença influencia a configuração agrícola da região, garantindo terras férteis e irrigadas. A diversidade de ocupação no Território é grande, com forte presença de comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas); apresenta grande carência na infraestrutura urbana; mão de obra pouco qualificada e PIB reduzido, dada a baixa rentabilidade das atividades atualmente desenvolvidas (BAHIA, 2012). Em termos de potencial ambiental existem duas unidades de conservação, na categoria de APA¹, que devem ser respeitadas.

O município polo regional é Bom Jesus da Lapa, sendo Barra e Ibotirama considerados subpolos. Os demais municípios que integram a região são: Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato.

A população do TI Velho Chico é de 370.095 habitantes (IBGE, 2010), que corresponde a 2,64% da população estadual, não sendo, portanto um Território com população expressiva em termos numéricos (Apêndice 1²). No grupo destacam-se os municípios de Bom Jesus da Lapa e Barra, com 63.480 e 49.325 habitantes respectivamente, apresentando uma distribuição equilibrada entre população rural e urbana (Figura 1).

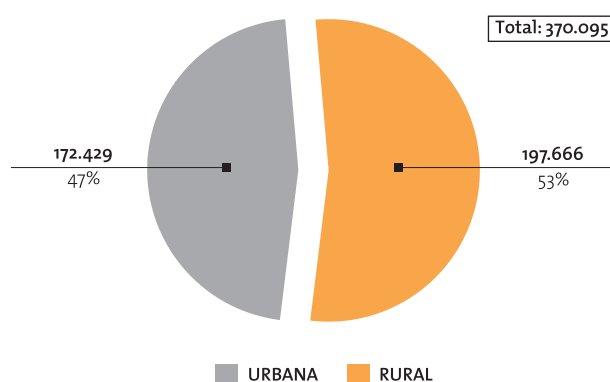


FIGURA 1
POPULAÇÃO DO
TERRITÓRIO POR
SITUAÇÃO DO
DOMICÍLIO.

Fonte: IBGE, 2010.

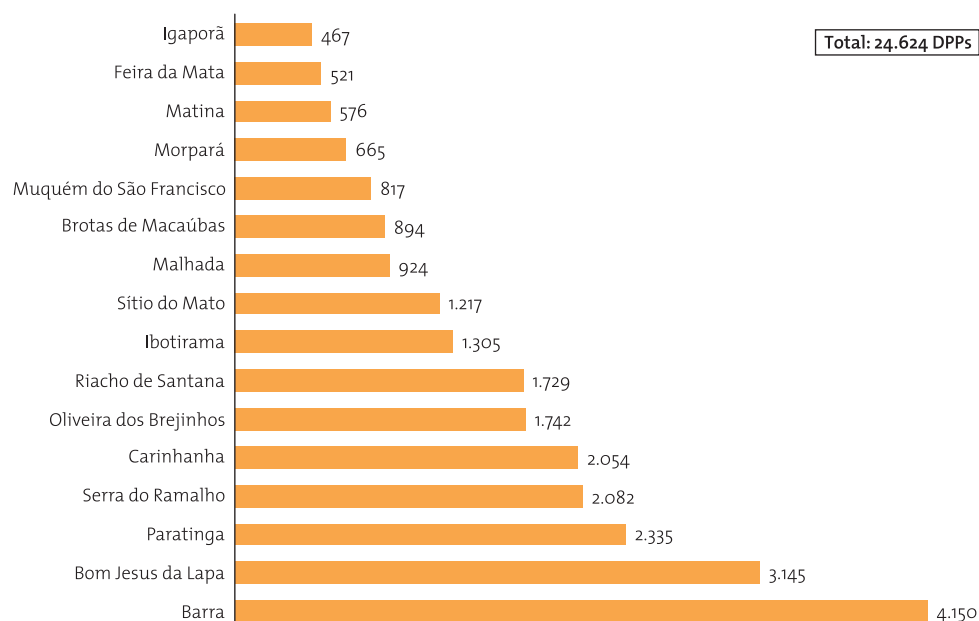
¹ Área de Proteção Ambiental.

² Com o objetivo de permitir uma análise comparativa entre o Território de Identidade e o estado da Bahia, apresenta-se, como Apêndice 1, a relação das variáveis consideradas neste trabalho e seus respectivos valores. (IBGE, 2010).

O Território de Identidade possui 95.337 Domicílios Particulares Permanentes – DPPs, entre rurais e urbanos, com uma densidade média domiciliar de 3,86 pessoas por domicílio, considerada acima da média estadual de 3,42 (IBGE, 2010). Observa-se um índice considerável de domicílios em situação de extrema pobreza, representado por 26% do total de domicílios existentes no TI. Em termos absolutos, os domicílios nessa situação se concentram no polo e subpolo regional, Bom Jesus da Lapa e Barra (Figura 2).

FIGURA 2
TOTAL DE
DOMICÍLIOS EM
EXTREMA POBREZA,
POR MUNICÍPIO.

Fonte: IBGE, 2010.



Em termos relativos, observa-se que 15 dos 16 municípios superam a média estadual de domicílios em extrema pobreza, que é de 14,3% em relação ao total de domicílios particulares. Ou seja, 94% dos municípios do Território apresentam índices de domicílios em extrema pobreza superiores àquela média, ressaltando-se o alto índice de Sítio do Mato com 41,14% dos DPPs nesta situação. O município de Igaporã se encontra em melhor situação, tanto em termos absolutos, quanto relativos (Figura 3).

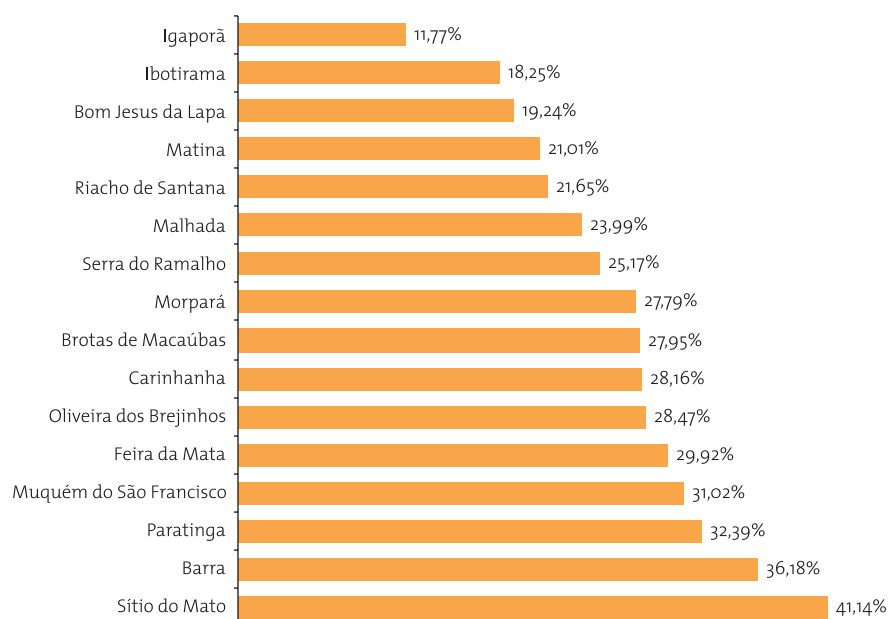


FIGURA 3
PROPORÇÃO DE
DOMICÍLIOS EM
EXTREMA POBREZA,
POR MUNICÍPIO.

Fonte: IBGE, 2010.

1.2. NECESSIDADES HABITACIONAIS

O conceito de necessidades habitacionais apresenta duas dimensões: a quantitativa, que se reporta ao *deficit*, e a qualitativa, que se refere à inadequação habitacional. As figuras a seguir (Figuras 4 a 13) sintetizam os resultados do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social e de Regularização Fundiária – PLANEHAB (BAHIA, 2013), para esse Território de Identidade, considerando os seus respectivos municípios. Foram trabalhadas as informações relativas às necessidades habitacionais desse Território, bem como os componentes do *deficit* e da inadequação. Oportunamente esse material será utilizado para a elaboração de planos regionais de habitação de interesse social, visando apoiar municípios e conselhos de habitação na gestão da política habitacional.

1.2.1. Deficit total básico

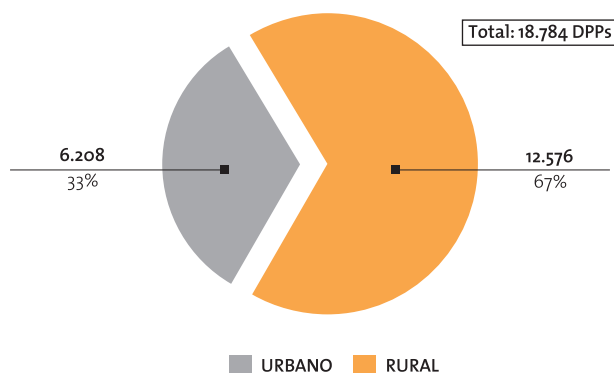


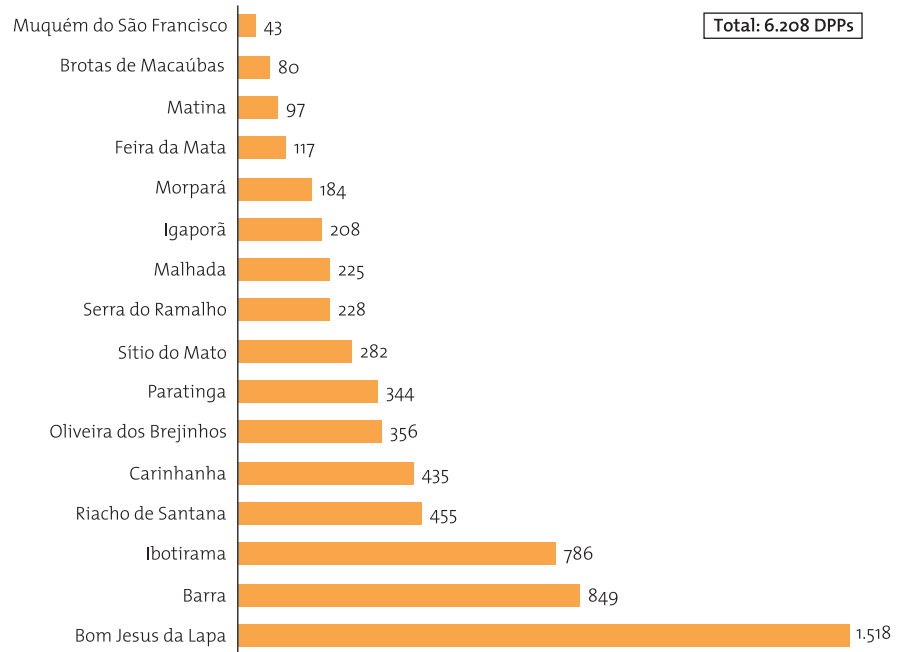
FIGURA 4
DISTRIBUIÇÃO DO
DEFICIT TOTAL, POR
CONDIÇÃO DO
DOMICÍLIO.

Fonte: IBGE, 2010.

1.2.2. Deficit urbano básico

FIGURA 5
DEFICIT URBANO, POR
MUNICÍPIO.

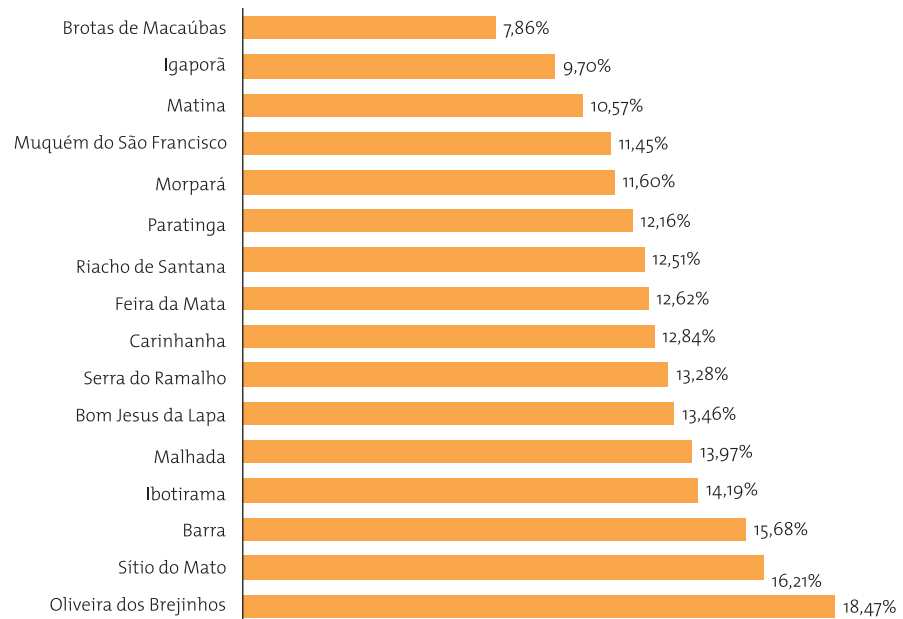
Fonte: IBGE, 2010.



1.2.3. Deficit urbano relativo³

FIGURA 6
PROPORÇÃO DO
DEFICIT URBANO EM
RELAÇÃO AO TOTAL
DE DOMICÍLIOS, POR
MUNICÍPIO.

Fonte: IBGE, 2010.



³ O *deficit* habitacional relativo corresponde à proporção do *deficit* existente (total, urbano ou rural) em relação ao número de domicílios existentes (total, urbanos ou rurais).

1.2.4. Componentes do *deficit* urbano

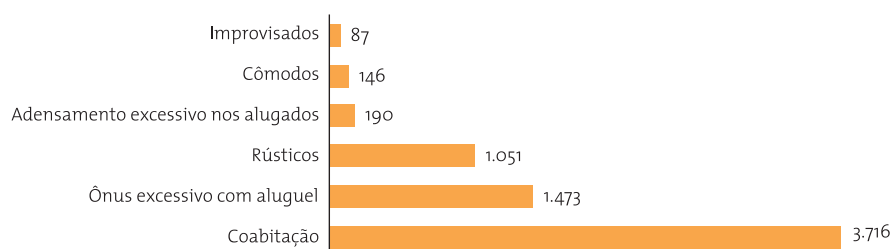


FIGURA 7
NÚMERO DE
DOMICÍLIOS POR
COMPONENTE DO
DEFICIT URBANO.

Fonte: IBGE, 2010.

1.2.5. *Deficit* rural básico

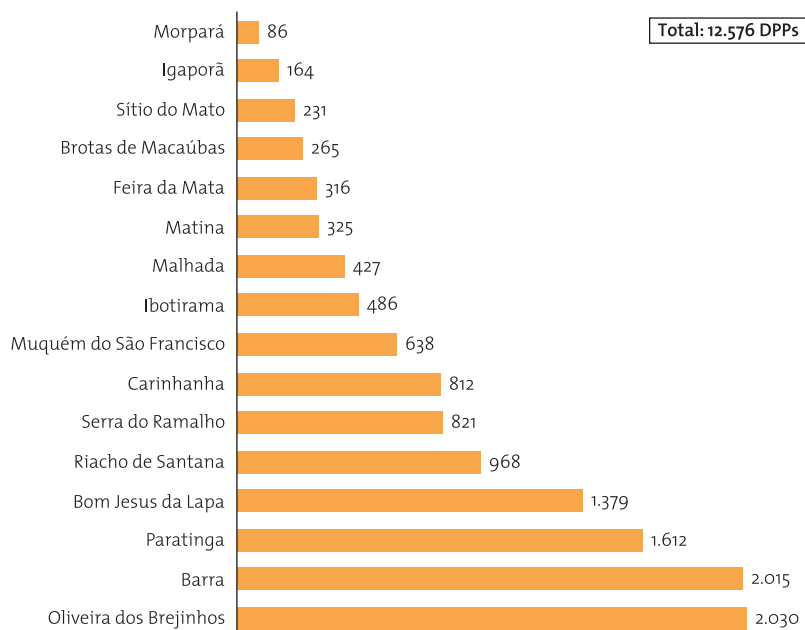


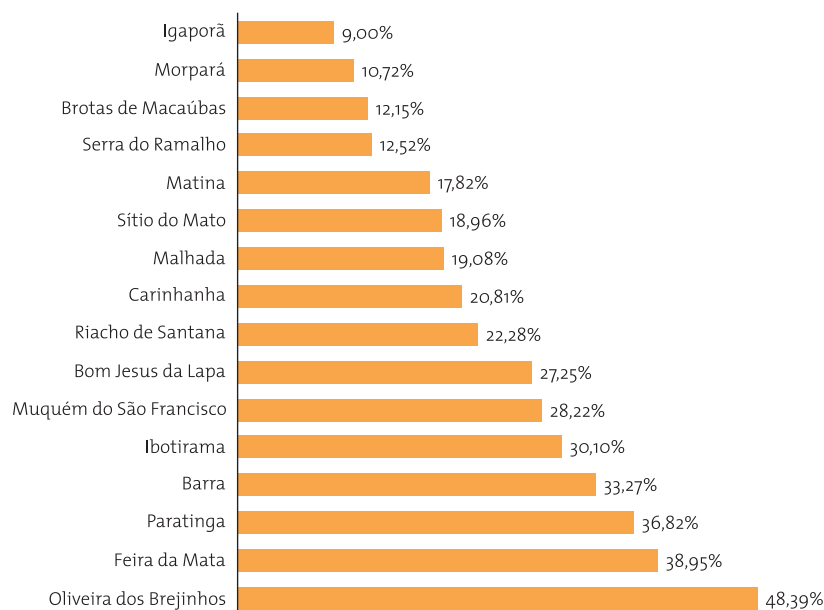
FIGURA 8
DEFICIT RURAL, POR
MUNICÍPIO.

Fonte: IBGE, 2010.

FIGURA 9
PROPORÇÃO DO
DEFICIT RURAL EM
RELAÇÃO AO TOTAL
DE DOMICÍLIOS, POR
MUNICÍPIO.

Fonte: IBGE, 2010.

1.2.6. Deficit rural relativo



1.2.7. Componentes de deficit rural

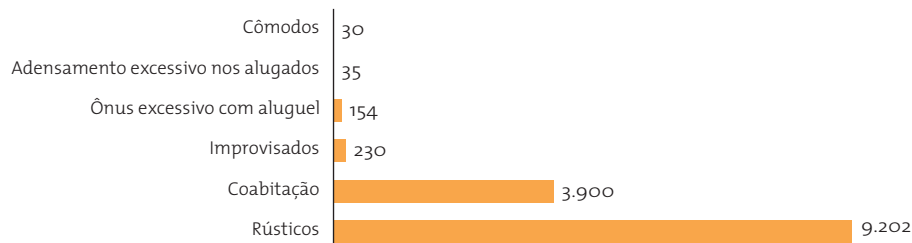


FIGURA 10
NÚMERO DE
DOMICÍLIOS POR
COMPONENTE DO
DEFICIT RURAL.

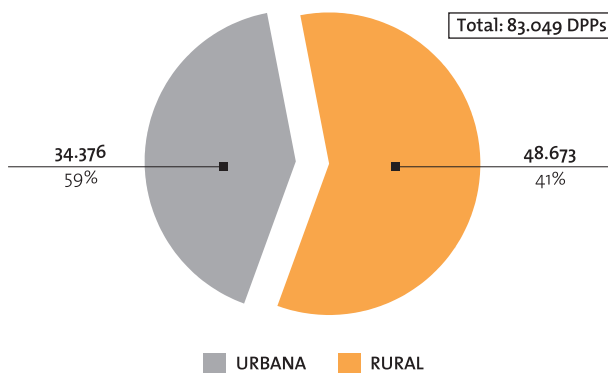
Fonte: IBGE, 2010.

1.3. INADEQUAÇÃO HABITACIONAL

1.3.1. Inadequação total

FIGURA 11
NÚMERO DE
DOMICÍLIOS
INADEQUADOS,
POR CONDIÇÃO DO
DOMICÍLIO.

Fonte: IBGE, 2010.



1.3.2. Componentes da inadequação urbana

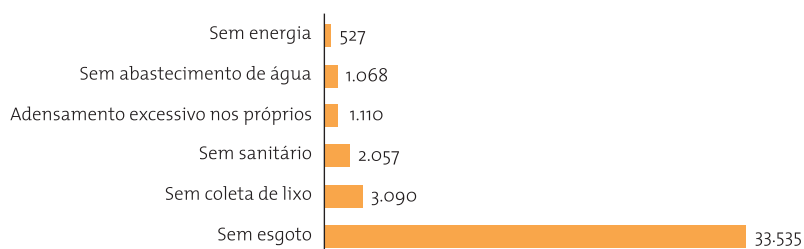


FIGURA 12
NÚMERO DE
DOMICÍLIOS POR
COMPONENTE DA
INADEQUAÇÃO
URBANA.

Fonte: IBGE, 2010.

1.3.3. Componentes da inadequação rural

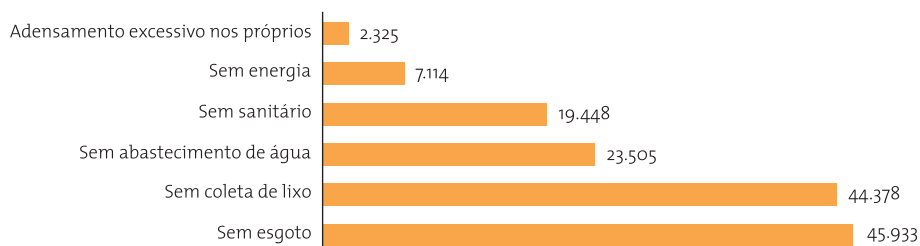


FIGURA 13
NÚMERO DE
DOMICÍLIOS POR
COMPONENTE DA
INADEQUAÇÃO
RURAL.

Fonte: IBGE, 2010.

1.4. QUESTÕES TERRITORIAIS PRIORITÁRIAS

Os municípios participantes das oficinas realizadas para a elaboração do PLANEHAB priorizaram questões comuns ao seu respectivo Território de Identidade. Foram consideradas as questões relacionadas aos aspectos habitacionais propriamente ditos, mas também aquelas relacionadas ao desenvolvimento urbano e rural. As principais questões levantadas foram consolidadas sob a forma de diretrizes correlatas da Política Estadual de Habitação de Interesse Social – PEHIS (BAHIA, 2008).

Prioridades	Questões do TI 02	Diretrizes correlatas da PEHIS
1	Apoio técnico para o fortalecimento da gestão pública por meio do conhecimento dos instrumentos legais, com participação das equipes da prefeitura e de representantes do município, das universidades e consórcios.	Desconcentração de poderes, descentralização de operações e apoio às iniciativas de entidades sem fins lucrativos, tais como, cooperativas, associações, entre outros.
2	Democratização do acesso à terra e aplicação dos instrumentos de regularização fundiária nos loteamento irregulares e antigos conjuntos da URBIS.	Utilização prioritária dos terrenos de propriedade do poder público para a implantação de projetos habitacionais de interesse social e regularização fundiária; incentivo à implementação dos institutos jurídicos que regulamentam o acesso à moradia e garantam a segurança da posse.

QUADRO 1
QUESTÕES
PRIORIZADAS
PELOS GRUPOS
DE TRABALHO DA
OFICINA TERRITORIAL
DO VELHO CHICO,
2012.
(continua)

QUADRO 1
QUESTÕES
PRIORIZADAS
PELOS GRUPOS
DE TRABALHO DA
OFICINA TERRITORIAL
DO VELHO CHICO,
2012.
(conclusão)

Prioridades	Questões do TI 02	Diretrizes correlatas da PEHIS
3	Elevado índice de concentração de terras.	Garantia da utilização e aproveitamento prioritário de áreas dotadas de infraestrutura não utilizadas ou subutilizadas, inseridas nas áreas urbanas, conforme disposto nos planos diretores municipais.
4	Os perfis dos projetos habitacionais não consideram características regionais e étnicas; é preciso assegurar espaços e equipamentos de convivência coletiva nos novos empreendimentos habitacionais.	Respeito e incorporação, nos projetos habitacionais de interesse social e na regularização fundiária, dos padrões de moradia e das formas de parcelamento, uso e ocupação do solo, oriundos da realidade cultural da população atendida, particularmente das populações tradicionais. Integração dos projetos habitacionais com os investimentos em saneamento básico, infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos coletivos relacionados à habitação, na área urbana e rural.
5	Prioridade para a significativa demanda por habitação da zona rural e da população ribeirinha.	Definição das prioridades e ações da PEHIS, com ênfase para as áreas de risco, insalubres e de preservação permanente, bem como as áreas sujeitas a deslocamentos e despejos em razão da execução de obras e empreendimentos promovidos com recursos públicos.
6	Necessidade de desburocratização e simplificação de processos vinculados à CAIXA, CODEVASF, CONDER.	Adoção de mecanismos transparentes e democráticos de acompanhamento e avaliação e de indicadores de impacto social das políticas, planos e programas de habitação de interesse social; tornar público os procedimentos, processos decisórios e normas de contratação de agentes operadores, para permitir o controle social.
7	Gestão dos planos locais de saneamento para revitalização do Rio São Francisco.	Integração dos projetos habitacionais com os investimentos em saneamento básico, infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos coletivos, relacionados à habitação na área urbana e rural.

Fonte: elaboração SEDUR/SH. Julho, 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos demográficos, observa-se no Território considerado, o predomínio de municípios de pequeno porte. Apenas Bom Jesus da Lapa se destaca como o único município com população superior a 50 mil habitantes, configurando-se como polo regional. Os índices de pobreza são bastante elevados e, pelas características essencialmente rurais do Território, infere-se que boa parte da vulnerabilidade socioeconômica se encontra na zona rural. Também em termos habitacionais, tanto o *deficit* quanto a inadequação rurais, são maiores do que na zona urbana.

Do que emana da comunidade, podem ser apontadas a elevada concentração fundiária e a falta de democratização do acesso à terra, obviamente relacionadas com o perfil agrícola dos municípios. A comunidade demanda por gestão, por instrumentos de gestão, por planejamento e suas respectivas estruturas (habitacional, saneamento, instituição de consórcios, ações de regularização fundiária) e solicita maior presença do governo, nas suas respectivas instâncias, apontando, prioritariamente, o respeito às suas etnias, a valorização da regionalização nas soluções técnicas adotadas, além do necessário apoio institucional para alavancar o desenvolvimento do potencial existente do Território.

APÊNDICE 1

QUADRO

COMPARATIVO ENTRE

O TI VELHO CHICO

(TI o2) E O ESTADO DA

BAHIA.

(continua)

APÊNDICE 1
QUADRO
COMPARATIVO ENTRE
O TI VELHO CHICO
(TI 02) E O ESTADO DA
BAHIA
(continuação)

Variáveis	TI 02	Bahia	% (TI/BA)
% no <i>deficit</i> urbano	55,77%	41,63%	
Adensamento excessivo nos alugados	190	22.702	0,84%
% no <i>deficit</i> urbano	2,86%	5,65%	
Componentes do <i>deficit</i> rural			
Ônus excessivo com aluguel	154	4.218	3,65%
% no <i>deficit</i> rural	1,14%	2,12%	
Rústicos	9.202	111.239	8,27%
% no <i>deficit</i> rural	67,90%	55,91%	
Improvisados	230	4.500	5,11%
% no <i>deficit</i> rural	1,70%	2,26%	
Cômodos	30	1.397	2,15%
% no <i>deficit</i> urbano	0,22%	0,70%	
Coabitação	3.900	76.409	5,10%
% no <i>deficit</i> rural	28,78%	38,40%	
Adensamento excessivo nos alugados	35	1.199	2,92%
% no <i>deficit</i> rural	0,26%	0,60%	
Inadequação total	83.049	2.215.490	3,75%
Inadequação urbana	34.376	1.200.565	2,86%
% inadequação	74,63%	39,56%	
Inadequação por infraestrutura (água, esgoto e energia elétrica)	34.162	1.136.509	3,01%
% inadequação por infraestrutura (água, esgoto e energia elétrica)	74,16%	37,45%	
Domicílios sem água	1.068	157.709	0,68%
% sem água	2,32%	5,20%	
Domicílios sem esgotamento sanitário	33.535	1.021.876	3,28%
% sem esgoto	72,80%	33,67%	
Domicílios sem coleta de lixo	3.090	135.120	2,29%
% sem coleta de lixo	6,71%	4,45%	
Domicílios sem energia	527	21.384	2,46%
% sem energia	1,14%	0,70%	
Domicílios sem sanitário	2.057	138.337	1,49%
% sem sanitário	4,47%	4,56%	
Adensamento excessivo em domicílio próprio	1.110	98.972	1,12%
% adensamento excessivo em domicílio próprio	2,25%	9,34%	
Inadequação rural	48.673	1.014.925	4,80%
% inadequação	98,78%	95,81%	
Inadequação por infraestrutura (água, esgoto e energia elétrica)	48.673	1.013.135	4,80%
% inadequação por infraestrutura (água, esgoto e energia elétrica)	98,78%	95,64%	
Domicílios sem água	23.505	496.891	4,73%
% sem água	47,70%	46,91%	
Domicílios sem esgotamento sanitário	45.933	949.973	4,84%

Variáveis	TI o2	Bahia	% (TI/BA)
% sem esgoto	93,22%	89,68%	
Domicílios sem coleta de lixo	44.378	835.798	5,31%
% sem coleta de lixo	90,07%	78,90%	
Domicílio sem energia	7.114	123.956	5,74%
% sem energia	14,44%	11,70%	
Domicílio sem sanitário	19.448	385.434	5,05%
% sem sanitário	39,47%	36,38%	
Adensamento excessivo em domicílio próprio	2.325	49.250	4,72%
% adensamento excessivo em domicílio próprio	4,72%	4,65%	

Fonte: SEDUR/SH, PLANEHAB. Julho, 2012.



APÊNDICE 1
 QUADRO
 COMPARATIVO ENTRE
 O TI VELHO CHICO
 (TI o2) E O ESTADO DA
 BAHIA.
 (conclusão)



2. TERRITÓRIO DE IDENTIDADE PIEMONTE DO PARAGUAÇU

2.1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

O Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu (TI 14) é formado por 13 municípios: Boa Vista do Tupim, Iaçú, Ibiquera, Itaberaba, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Mundo Novo, Piritiba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa, Santa Terezinha e Tapiramutá.

O polo regional do Território é o município de Itaberaba, que atrai cinco municípios do próprio TI, Lajedinho, Iaçú, Boa Vista do Tupim, Ibiquera e Ruy Barbosa, além de três municípios do Território da Chapada Diamantina, Itaetê, Marcionílio Souza e Nova Redenção. O cenário produtivo se caracteriza, principalmente, pela pequena agricultura e a esparsa criação animal, inexistindo atividades econômicas de maior porte (BAHIA, 2010).

A população do TI Piemonte do Paraguaçu é de 265.630 habitantes e vem decaindo, progressivamente, ao longo de décadas, correspondendo em 2010, a 1,90% da população do Estado (Apêndice 1¹). Essa população se distribui em 75.351 Domicílios Particulares Permanentes – DPPs, sendo 64% urbanos e 36% rurais (Figura 1).

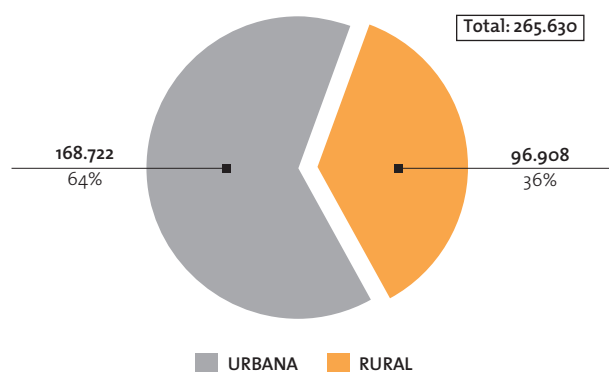


FIGURA 1
POPULAÇÃO DO
TERRITÓRIO, POR
SITUAÇÃO DO
DOMICÍLIO.

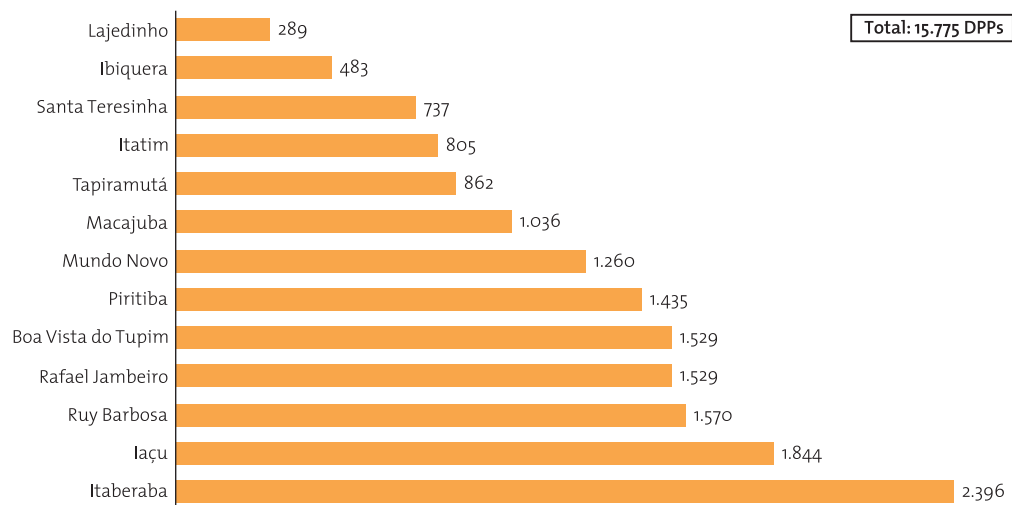
Fonte: IBGE, 2010.

A região apresenta um índice considerável de domicílios em extrema pobreza (15.775 DPPs), aproximadamente 20% do total de domicílios existentes (IBGE, 2010). Em termos absolutos, os domicílios nessa situação distribuem-se entre os municípios da região, conforme segue (Figura 2).

¹ Com o objetivo de permitir uma análise comparativa entre o Território de Identidade e o estado da Bahia, apresenta-se, como Apêndice 1, relação das variáveis consideradas neste trabalho e seus respectivos valores (IBGE, 2010).

FIGURA 2
TOTAL DE
DOMICÍLIOS EM
EXTREMA POBREZA,
POR MUNICÍPIO.

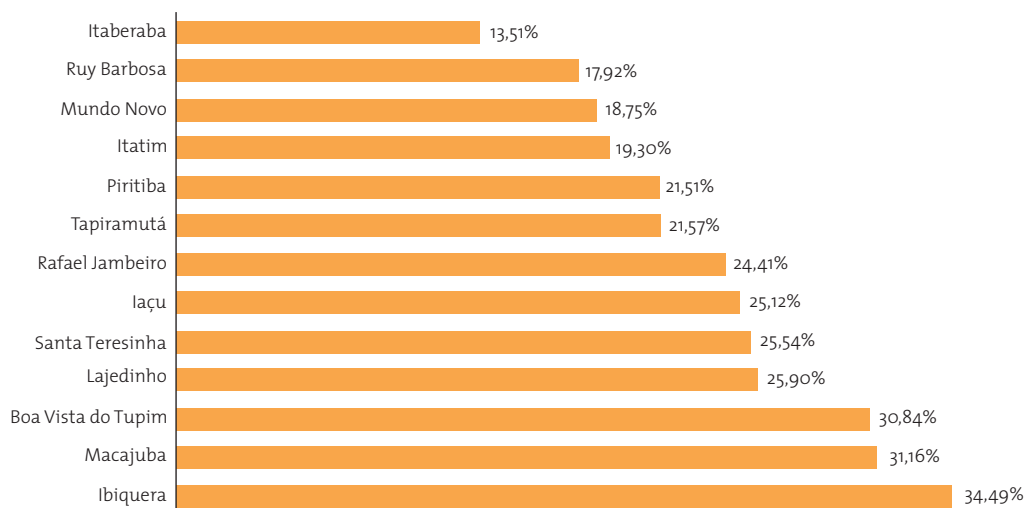
Fonte: IBGE, 2010.



Em termos relativos, apenas o município de Itaberaba apresenta a média de domicílios em extrema pobreza abaixo da média estadual, que é de 14,30%, e a situação é mais aguda em Boa Vista do Tupim, Ibiquera e Macajuba, nas quais mais de 30% das famílias se encontram nessa condição (Figura 3).

FIGURA 3
PROPORÇÃO DE
DOMICÍLIOS EM
EXTREMA POBREZA,
POR MUNICÍPIO.

Fonte: IBGE, 2010.



2.2. NECESSIDADES HABITACIONAIS

O conceito de necessidades habitacionais apresenta duas dimensões: a quantitativa, que se reporta ao *deficit* e a qualitativa, que se refere à inadequação habitacional. As figuras a seguir (Figuras 4 a 13) sintetizam os resultados do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social e de Regularização Fundiária – PLANEHAB (BAHIA, 2013), para esse Território de Identidade, considerando os seus respectivos municípios. Foram trabalhadas as informações relativas às necessidades habitacionais desse Território, bem como os componentes do *deficit* e da inadequação. Oportunamente esse material será utilizado para a elaboração de planos regionais de habitação de interesse social, visando apoiar os municípios e os seus conselhos de habitação na gestão da política habitacional.

2.2.1. Deficit total básico

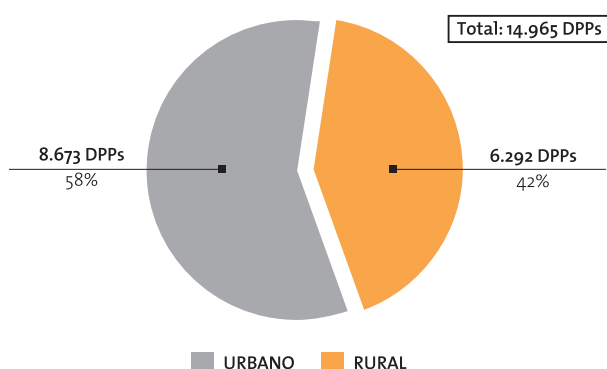


FIGURA 4
DISTRIBUIÇÃO DO
DEFICIT TOTAL, POR
CONDIÇÃO DO
DOMICÍLIO.

Fonte: IBGE, 2010.

2.2.2. Deficit urbano básico

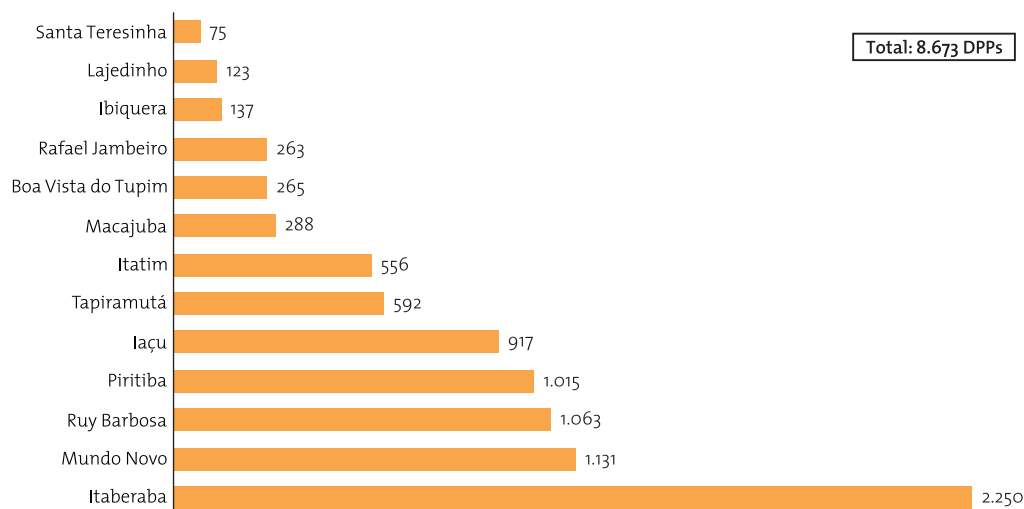


FIGURA 5
DEFICIT URBANO, POR
MUNICÍPIO.

Fonte: IBGE, 2010.

FIGURA 6
PROPORÇÃO DO
DEFICIT URBANO EM
RELAÇÃO AO TOTAL
DE DOMICÍLIOS, POR
MUNICÍPIO.

Fonte: IBGE, 2010.

2.2.3. Deficit urbano relativo²

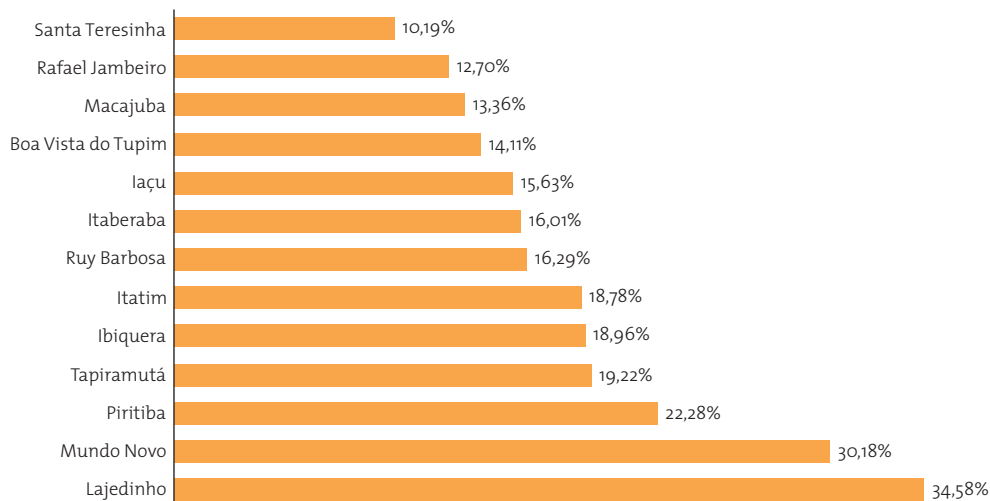


FIGURA 7
NÚMERO DE
DOMICÍLIOS POR
COMPONENTE DO
DEFICIT URBANO.

Fonte: IBGE, 2010.

2.2.4. Componentes do deficit urbano

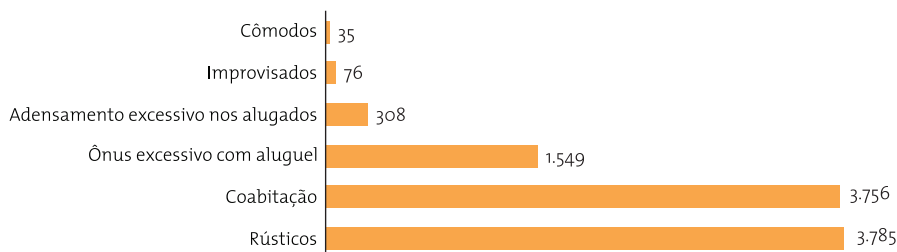
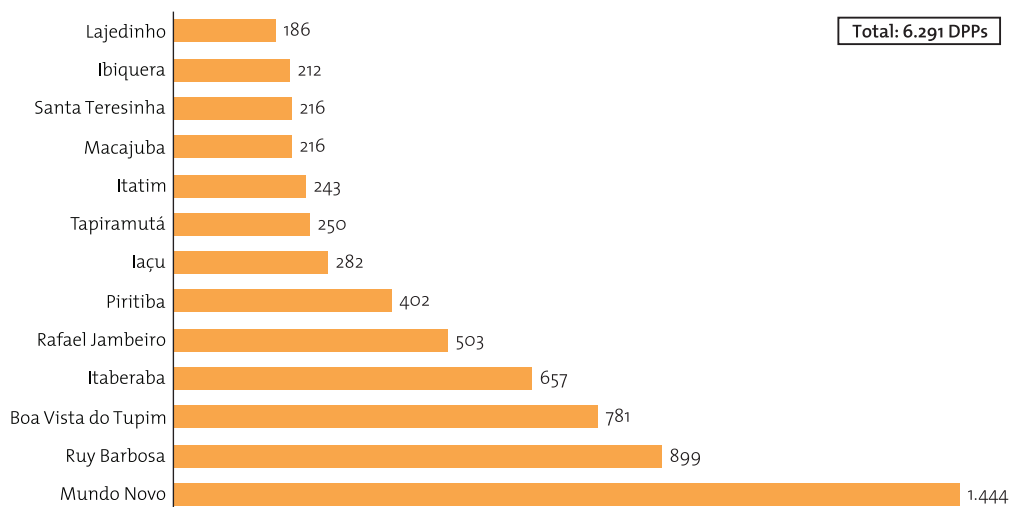


FIGURA 8
DEFICIT RURAL, POR
MUNICÍPIO.

Fonte: IBGE, 2010.

2.2.5. Deficit rural básico



² O deficit habitacional relativo corresponde à proporção do deficit existente (total, urbano ou rural) em relação ao número de domicílios existentes (total, urbanos ou rurais).

2.2.6. Deficit rural relativo

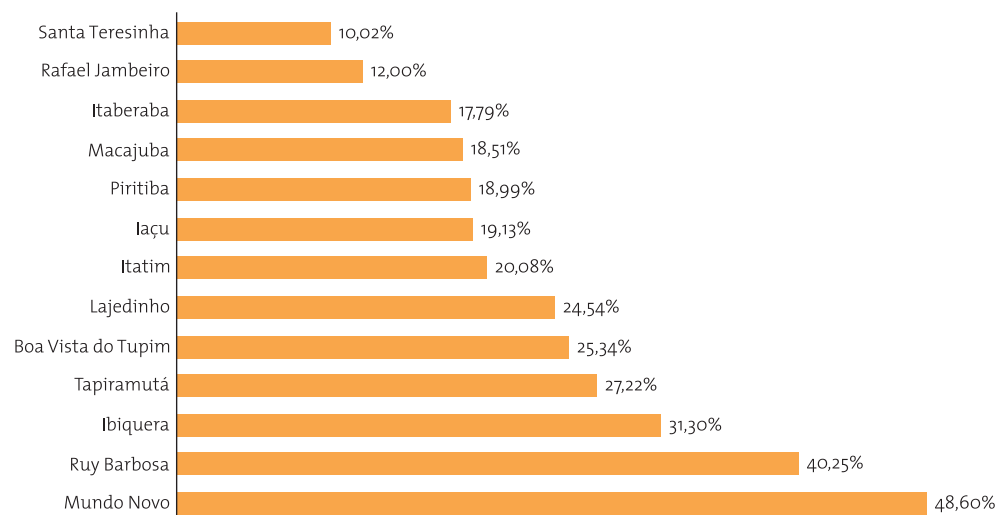


FIGURA 9
PROPORÇÃO DO
DEFICIT RURAL EM
RELAÇÃO AO TOTAL
DE DOMICÍLIOS, POR
MUNICÍPIO.

Fonte: IBGE, 2010.

2.2.7 Componentes do deficit rural

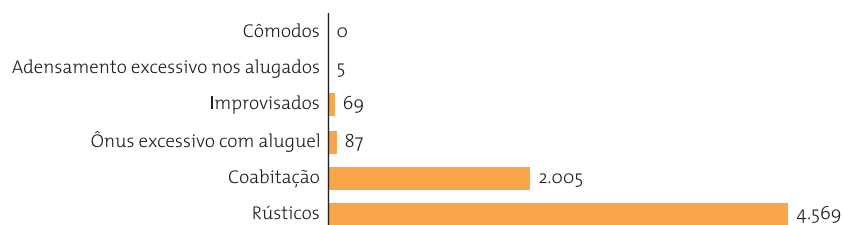


FIGURA 10
NÚMERO DE
DOMICÍLIOS POR
COMPONENTE DO
DEFICIT RURAL.

Fonte: IBGE, 2010.

2.3. INADEQUAÇÃO HABITACIONAL

2.3.1. Inadequação total

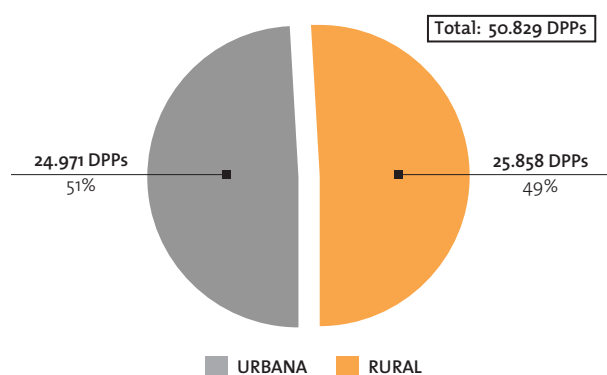


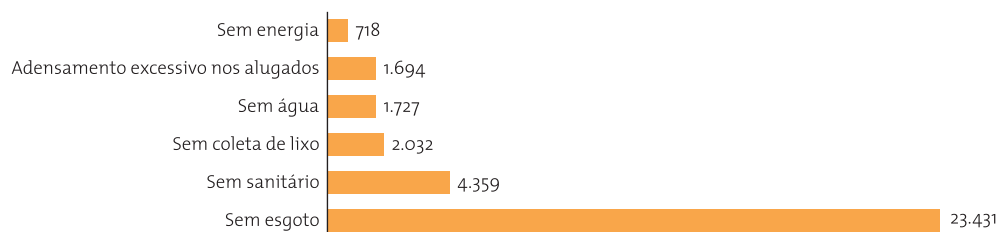
FIGURA 11
NÚMERO DE
DOMICÍLIOS
INADEQUADOS,
POR CONDIÇÃO DO
DOMICÍLIO.

Fonte: IBGE, 2010.

FIGURA 12
NÚMERO DE
DOMICÍLIOS POR
COMPONENTE DA
INADEQUAÇÃO
URBANA.

Fonte: IBGE, 2010.

2.3.2. Componentes da inadequação urbana



2.3.3. Componentes da inadequação rural

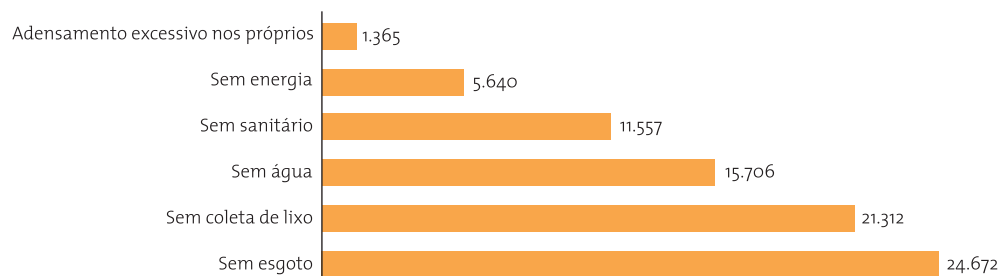


FIGURA 13
NÚMERO DE
DOMICÍLIOS POR
COMPONENTE DA
INADEQUAÇÃO
RURAL.

Fonte: IBGE, 2010.

2.4. QUESTÕES TERRITORIAIS PRIORITÁRIAS

Os municípios participantes das oficinas realizadas para a elaboração do PLANEHAB (2012) priorizaram questões comuns ao seu respectivo Território de Identidade. Foram consideradas questões relacionadas aos aspectos habitacionais propriamente ditos, mas também aquelas relacionadas ao desenvolvimento urbano e rural. As principais questões levantadas foram consolidadas sob a forma de diretrizes correlatas da PEHIS (BAHIA, 2008).

QUADRO 1
QUESTÕES
PRIORIZADAS
PELOS GRUPOS
DE TRABALHO DA
OFICINA TERRITORIAL
DO PIEMONTE DO
PARAGUAÇU, 2012.
(continua)

Prioridades	Questões do TI 14	Diretrizes correlatas da PEHIS
1	Dificuldade de acesso à terra, com concentração em poder do privado; são requeridas ações de regularização fundiária para garantia das titularidades.	Incentivo à implementação dos institutos jurídicos voltados para a regulamentação do acesso à moradia, com segurança da posse. Utilização prioritária dos terrenos de propriedade do poder público para a implantação de projetos habitacionais de interesse social e regularização fundiária. Garantia da utilização e aproveitamento prioritário de áreas dotadas de infraestrutura não utilizadas ou subutilizadas, inseridas nas áreas urbanas, conforme disposto nos planos diretores municipais.

Prioridades	Questões do TI 14	Diretrizes correlatas da PEHIS
2	Municípios com saneamento e abastecimento de água inadequados e/ou insuficientes, principalmente na zona rural.	Integração dos projetos habitacionais com os investimentos em saneamento básico, infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos coletivos, relacionados à habitação na área urbana e rural.
3	Deficit habitacional urbano e rural elevado; ocupações em área de risco.	Implementação de planos, programas e projetos habitacionais para a população de baixa renda, articulados nos âmbitos federal, estadual, municipal e territorial. Definição das prioridades e ações da PEHIS, com ênfase em áreas de risco, insalubres e de preservação permanente, bem como em áreas sujeitas a deslocamentos e despejos em razão da execução de obras e empreendimentos promovidos com recursos públicos. Adoção de mecanismos transparentes e democráticos de acompanhamento e avaliação e de indicadores de impacto social das políticas, planos e programas de habitação de interesse social; tornar público os procedimentos, processos decisórios e normas de contratação de agentes operadores, para permitir o controle social.
4	Ausência de infraestrutura no assentamento do INCRA/CDA.	Integração dos projetos habitacionais com os investimentos em saneamento básico, infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos coletivos, relacionados à habitação na área urbana e rural.
5	Deficiência na distribuição dos equipamentos públicos e comunitários.	
6	Êxodo rural e desemprego junto à população de baixa renda.	Políticas e programas de habitação articulados com outras políticas públicas: agricultura, meio ambiente, mobilidade e segurança pública. Execução dos projetos de habitação de interesse social em áreas que possibilitem o acesso às opções de trabalho e renda, transporte público, serviços de saúde, escola, cultura e lazer.
7	Conflitos fundiários nos acampamentos do MST/CETRA.	Adoção de institutos jurídicos e procedimentos voltados para a prevenção, mediação e conciliação nas situações de conflitos fundiários.

Fonte: elaboração SEDUR/SH. Julho, 2012

QUADRO 1
QUESTÕES
PRIORIZADAS
PELOS GRUPOS
DE TRABALHO DA
OFICINA TERRITORIAL
DO PIEMONTE DO
PARAGUAÇU, 2012.
(conclusão)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados mais significativos do TI Piemonte do Paraguaçu indicam que o índice de exclusão social é mais elevado do que a média estadual. Na consulta à comunidade, observou-se que a principal questão territorial refere-se à concentração de terras, dificultando o acesso dos pequenos produtores e acarretando o êxodo rural. São demandadas ações de regularização fundiária para garantia de titularidade das propriedades.

Caracteriza essa demanda a existência de ocupações irregulares em áreas de risco, loteamentos clandestinos e vários acampamentos em beira de estradas, ocorrências estas distribuídas em quatro municípios desse TI, e que resultam em conflitos fundiários e ambientais.

Analizando as necessidades habitacionais, o TI apresenta ausência de infraestrutura e elevado número de imóveis vagos e/ou subutilizados.

Em termos de *deficit*, o polo regional de Itaberaba lidera a demanda na área urbana, onde a oferta de serviços e de infraestrutura, por mais deficitários que se apresentem, ainda atraem pessoas relegadas a situações ainda piores em seus municípios. Estas vêm em busca de oportunidades, o que acaba pressionando demograficamente esse polo regional.

Apesar disto, verifica-se que na zona rural de Itaberaba a situação não se apresenta tão grave; relativamente, o município de Mundo Novo apresenta uma situação pior quanto ao *deficit*, bastante elevado em relação ao seu porte, tanto na zona urbana quanto na rural. Assim, recomenda-se observar que as ações de governo não devem ser unicamente concentradas na zona urbana dos polos regionais, mas melhor distribuídas entre os municípios de menor porte, como estratégia de prevenção do êxodo.

Com relação ao *deficit* e considerando a tipologia dos empreendimentos habitacionais mais adequados às necessidades habitacionais, tanto da zona urbana e rural dos municípios desse TI, recomendam-se programas de reposição de estoque, destinados à substituição da maioria de domicílios rústicos e em coabitação.

Os dados revelam um percentual de 67% de domicílios inadequados nesse TI, onde serão necessários programas de melhorias habitacionais e de infraestrutura voltada para o saneamento básico. Desde algumas correções extremas em comunidades que se encontram sem abastecimento regular de água, até a grande demanda por construção de banheiros e por serviço de coleta de lixo. A comunidade consultada prioriza essa demanda pela qualificação urbana e saneamento, embora não descarte programas para produção de novas casas.

A compatibilização das recomendações dos PLHIS e dos planos diretores municipais com os resultados do diagnóstico habitacional da região contido no

PLANEHAB, pode representar um efetivo instrumento de planejamento territorial, podendo orientar a captação de recursos para projetos e ações, buscando melhorar a qualidade de vida da população ali residente.

Variáveis	TI 14	Bahia	% (TI/BA)
População total (IBGE, 2010)	265.630	14.016.906	1,90%
Urbana	168.722	10.102.476	1,67%
Rural	96.908	3.914.430	2,48%
Domicílios Particulares Permanentes (DPP) - total	75.351	4.094.405	1,84%
DPP urbano	48.700	3.035.107	1,60%
DPP rural	26.651	1.059.298	2,52%
Extrema pobreza	15.775	585.658	2,69%
% extrema pobreza	20,94%	14,30%	
Deficit total	14.965	551.133	2,72%
% deficit total/total DPPs	19,86%	13,46%	
Deficit urbano	8.673	367.395	2,36%
% deficit urbano/DPPs urbanos	17,81%	12,10%	
Deficit rural	6.292	183.737	3,42%
% deficit rural/DPPs rurais	23,61%	17,35%	
Componentes do deficit urbano			
Ônus excessivo com aluguel	1.549	136.608	1,13%
% no deficit urbano	16,29%	34,00%	
Rústicos	3.785	51.079	7,41%
% no deficit urbano	39,80%	12,71%	
Improvisados	76	8.382	0,90%
% no deficit urbano	0,80%	2,09%	
Cômodos	35	15.782	0,22%
% no deficit urbano	0,37%	3,93%	
Coabitação	3.756	167.274	2,25%
% no deficit urbano	39,50%	41,63%	
Adensamento excessivo nos alugados	308	22.702	1,36%
% no deficit urbano	3,24%	5,65%	
Componentes do deficit rural			
Ônus excessivo com aluguel	87	4.218	2,05%
% no deficit rural	1,28%	2,12%	
Rústicos	4.569	111.239	4,11%
% no deficit rural	67,84%	55,91%	
Improvisados	69	4.500	1,54%
% no deficit rural	1,03%	2,26%	
Cômodos	0	1.397	0,00%

APÊNDICE 1

QUADRO
COMPARATIVO ENTRE
O TI PIEMONTE DO
PARAGUAÇU (TI 14) E
O ESTADO DA BAHIA
(continua)

APÊNDICE 1
QUADRO
COMPARATIVO ENTRE
O TI PIEMONTE DO
PARAGUAÇU (TI 14) E
O ESTADO DA BAHIA
(continua)

Variáveis	TI 14	Bahia	% (TI/BA)
% no <i>deficit</i> urbano	0,00%	0,70%	
Rural coabitação	2.005	76.409	2,62%
% no <i>deficit</i> rural	29,77%	38,40%	
Adensamento excessivo nos alugados	5	1.199	0,44%
% no <i>deficit</i> rural	0,08%	0,60%	
Inadequação total	50.829	2.215.490	2,30%
Inadequação urbana	24.971	1.200.565	2,08%
% inadequação	51,27%	39,56%	
Inadequação por infraestrutura (água, esgoto e energia elétrica)	24.442	1.136.509	2,15%
% inadequação por infraestrutura (água, esgoto e energia elétrica)	50,19%	37,45%	
Domicílios sem água	1.727	157.709	1,10%
% sem água	3,55%	5,20%	
Domicílios sem esgoto	23.431	1.021.876	2,29%
% sem esgoto	48,11%	33,67%	
Domicílios sem coleta de lixo	2.032	135.120	1,50%
% sem coleta de lixo	4,17%	4,45%	
Domicílios sem energia	718	21.384	3,36%
% sem energia	1,47%	0,70%	
Domicílios sem sanitário	4.359	138.337	3,15%
% sem sanitário	8,95%	4,56%	
Adensamento excessivo em domicílio próprio	1.694	98.972	1,71%
% adensamento excessivo em domicílio próprio	6,36%	9,34%	
Inadequação rural	25.858	1.014.925	2,55%
% inadequação	97,03%	95,81%	
Inadequação por infraestrutura (água, esgoto e energia elétrica)	25.858	1.013.135	2,55%
% inadequação por infraestrutura (água, esgoto e energia elétrica)	97,03%	95,64%	
Domicílios sem água	15.706	496.891	3,16%
% sem água	58,93%	46,91%	
Domicílios sem esgoto	24.672	949.973	2,60%
% sem esgoto	92,57%	89,68%	
Domicílios sem coleta de lixo	21.312	835.798	2,55%
% sem coleta de lixo	79,97%	78,90%	
Domicílios sem energia	5.640	123.956	4,55%
% sem energia	21,16%	11,70%	

Variáveis	TI 14	Bahia	% (TI/BA)
Domicílios sem sanitário	11.557	385.434	3,00%
% sem sanitário	43,35%	36,38%	4,07%
Adensamento excessivo em domicílio próprio	1.365	49.250	2,77%
% adensamento excessivo em domicílio próprio	5,12%	4,65%	3,74%

Fonte: SEDUR/SH, PLANEHAB. Julho, 2012.



APÊNDICE 1
 QUADRO
 COMPARATIVO ENTRE
 O TI PIEMONTE DO
 PARAGUAÇU (TI 14) E
 O ESTADO DA BAHIA
 (conclusão)



3. TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO BAIXO SUL

3.1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

O Território de Identidade do Baixo Sul (TI 6) é formado por 15 municípios e sua atividade econômica preponderante é a pesca e a pequena agricultura. Trata-se de uma região de grande valor e fragilidade ambiental, que detém o maior remanescente de Mata Atlântica do nordeste brasileiro, possuindo 11 (onze) Unidades de Conservação (BAHIA, 2012). A diversidade social do Território também é significativa, abrigando 68 comunidades quilombolas distribuídas em 8 municípios. Além disso, 9 municípios têm entidades representativas de pescadores, 8 têm projetos de assentamentos rurais e 6 abrigam acampamentos de trabalhadores rurais sem terra.

O polo regional do território é o município de Valença, sendo Gandu e Camamu seus subpolos. Os demais municípios que integram a região são: Aratuípe, Cairu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia e Wenceslau Guimarães, totalizando uma população de 359.109 habitantes (Figura 1).

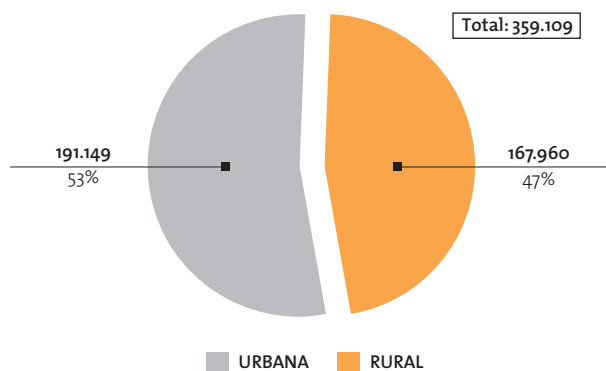


FIGURA 1
POPULAÇÃO DO
TERRITÓRIO, POR
SITUAÇÃO DO
DOMICÍLIO.

Fonte: IBGE, 2010.

A população do TI do Baixo Sul corresponde a 2,5% da população estadual, que é de 14.016.906 (Apêndice 1¹). São 101.430 Domicílios Particulares Permanentes – DPPs, entre rurais e urbanos, com uma densidade média domiciliar de 3,52 pessoas por domicílio, pouco acima da média estadual de 3,42 (IBGE, 2010).

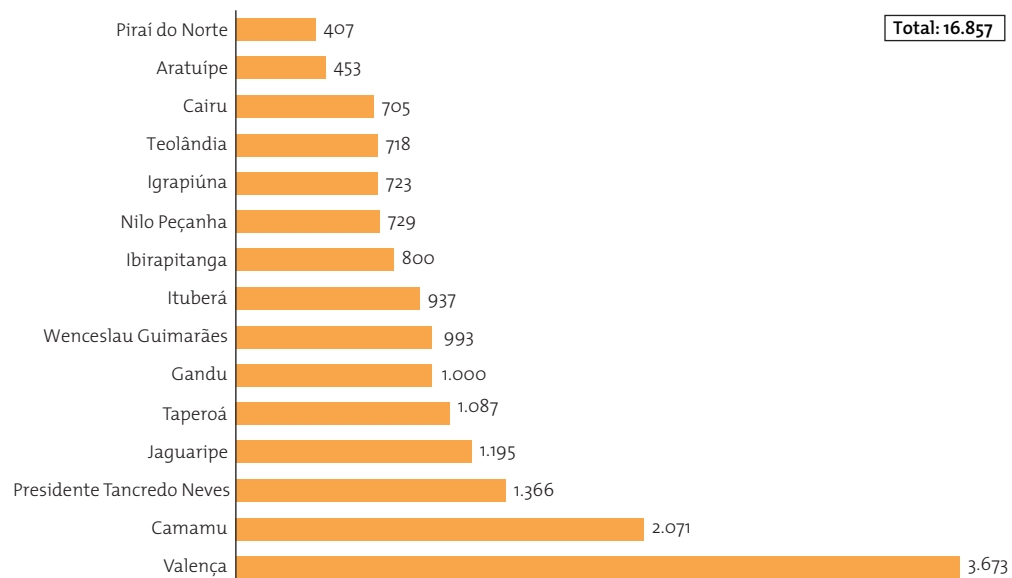
A região apresenta um índice considerável de domicílios em extrema pobreza, representado por 16,62% do total de domicílios existentes. Em termos absolutos,

¹ Com o objetivo de permitir uma análise comparativa entre o Território de Identidade e o estado da Bahia, apresenta-se, como Apêndice 1, a relação das variáveis consideradas neste trabalho e seus respectivos valores (IBGE, 2010).

os domicílios nessa situação concentram-se nos polo e subpolos regionais, respectivamente, Valença e Camamu (Figura 2).

FIGURA 2
TOTAL DE
DOMICÍLIOS EM
EXTREMA POBREZA,
POR MUNICÍPIO.

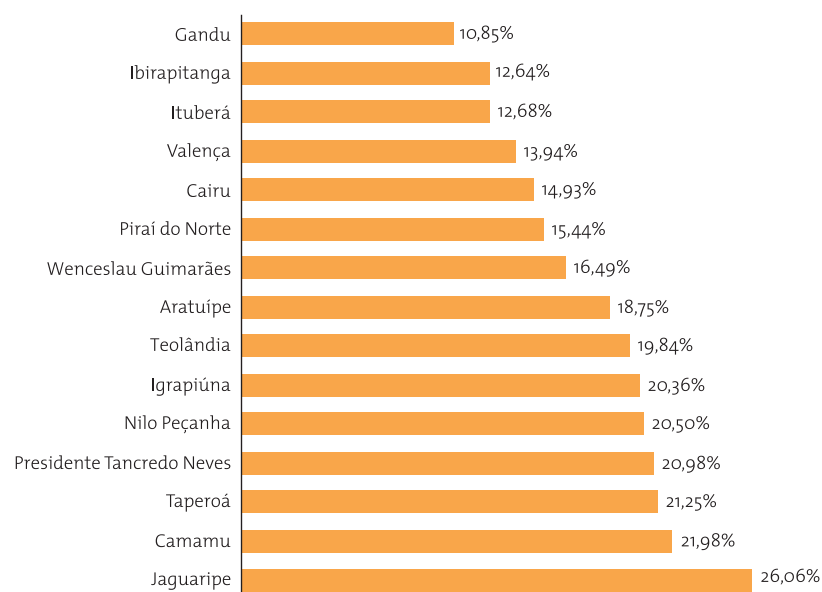
Fonte: IBGE, 2010.



Em termos relativos, observa-se que quase todos os municípios² superaram a média estadual de domicílios em extrema pobreza, que é de 14,3% em relação ao total de domicílios particulares. Ou seja, mais de 70% dos municípios do Baixo Sul apresentam índices de domicílios em extrema pobreza superiores àquela média (Figura 3).

FIGURA 3
PROPORÇÃO DE
DOMICÍLIOS EM
EXTREMA POBREZA,
POR MUNICÍPIO.

Fonte: IBGE, 2010.



² Onze em quinze municípios (11/15).

3.2. NECESSIDADES HABITACIONAIS

O conceito de necessidades habitacionais apresenta duas dimensões: a quantitativa, que se reporta ao *deficit* e a qualitativa, que se refere à inadequação habitacional. As figuras a seguir (Figuras 4 a 13) sintetizam os resultados do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social e Regularização Fundiária – PLANEHAB (BAHIA, 2014) para esse Território de Identidade, considerando os seus respectivos municípios. Foram trabalhadas as informações relativas às necessidades habitacionais desse Território, bem como os componentes do *deficit* e da inadequação. Oportunamente esse material será utilizado para a elaboração de planos regionais de habitação de interesse social, visando apoiar os municípios e os seus conselhos de habitação na gestão da política habitacional.

3.2.1. Deficit total básico

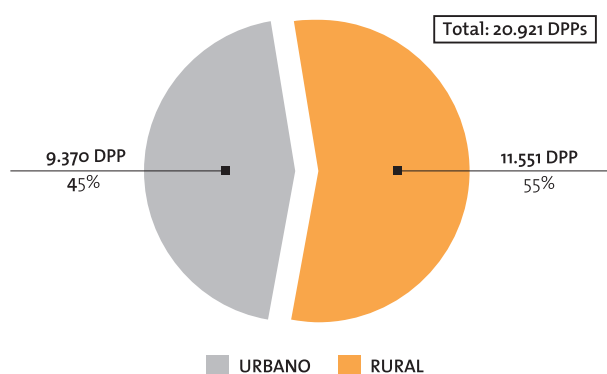


FIGURA 4
DISTRIBUIÇÃO DO
DEFICIT TOTAL, POR
CONDIÇÃO DO
DOMICILIO.

Fonte: IBGE, 2010

3.2.2. Deficit urbano básico

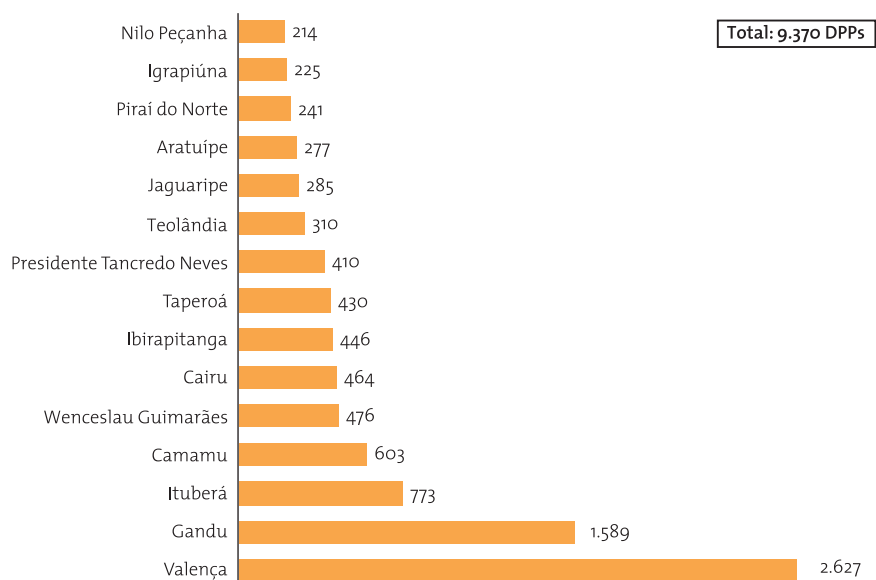


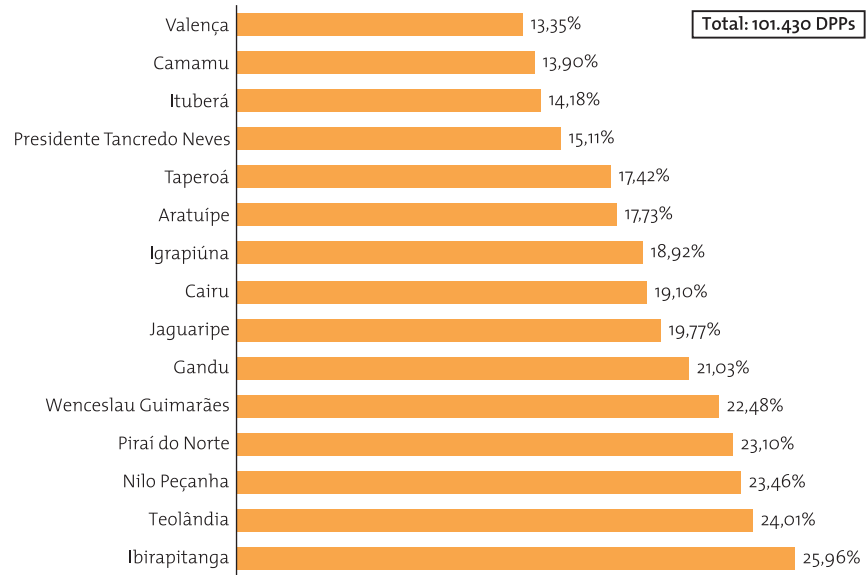
FIGURA 5
DEFICIT URBANO, POR
MUNICÍPIO.

Fonte: IBGE, 2010.

3.2.3. Deficit urbano relativo³

FIGURA 6
PROPORÇÃO DO
DEFICIT URBANO EM
RELAÇÃO AO TOTAL
DE DOMICÍLIOS, POR
MUNICÍPIO.

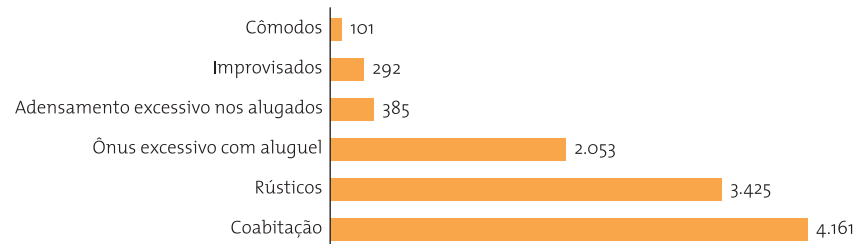
Fonte: IBGE, 2010.



3.2.4. Componentes do deficit urbano

FIGURA 7
NÚMERO DE
DOMICÍLIOS POR
COMPONENTE DO
DEFICIT URBANO.

Fonte: IBGE, 2010.



³ O *deficit* habitacional relativo corresponde à proporção do *deficit* existente (total, urbano ou rural) em relação ao número de domicílios existentes (total, urbanos ou rurais).

3.2.5. Deficit rural básico

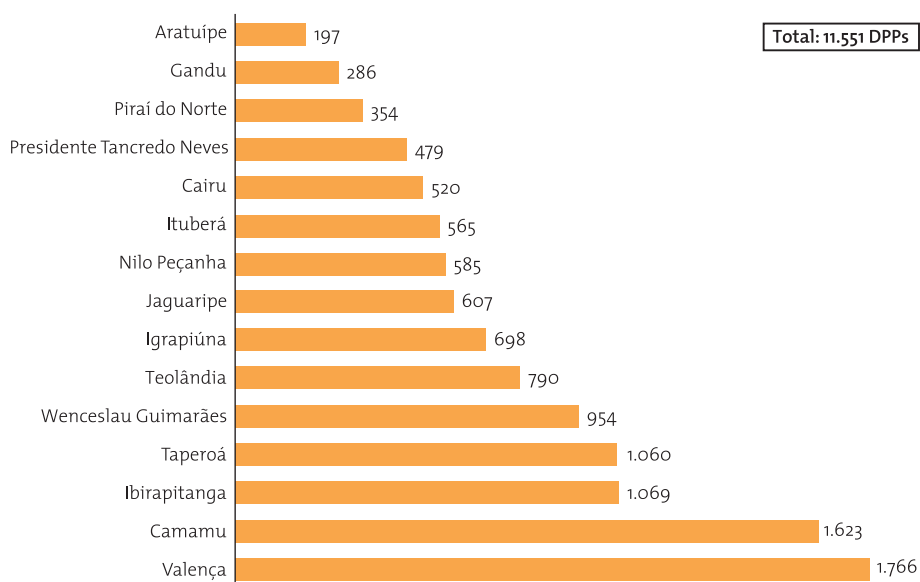


FIGURA 8

DEFICIT RURAL, POR MUNICÍPIO.

Fonte: IBGE, 2010.

3.2.6. Deficit rural relativo

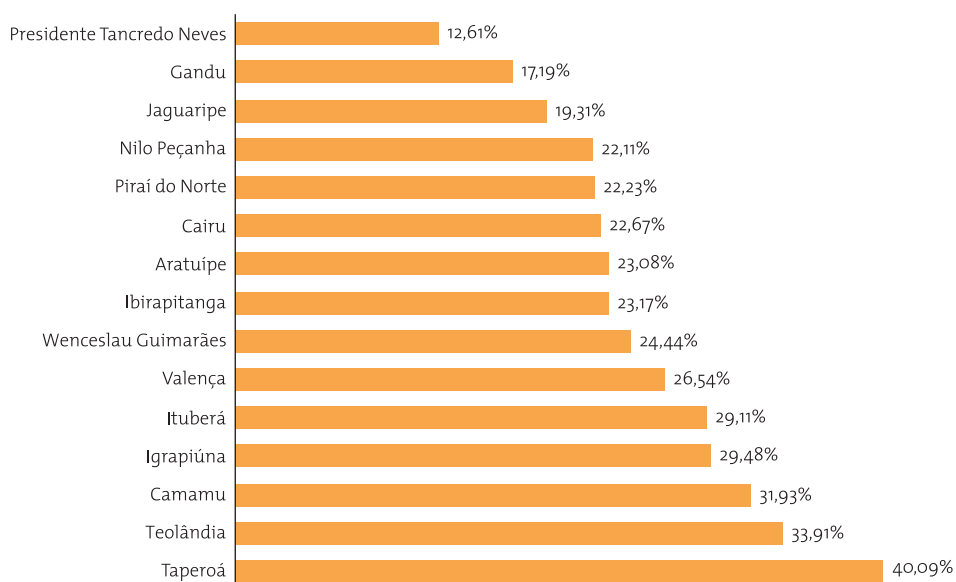


FIGURA 9

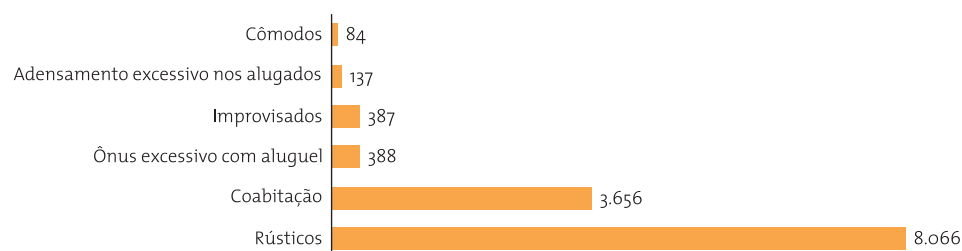
PROPORÇÃO DO DEFICIT RURAL EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DOMICÍLIOS, POR MUNICÍPIO.

Fonte: IBGE, 2010.

FIGURA 10
NÚMERO DE
DOMICÍLIOS POR
COMPONENTES DO
DEFICIT RURAL.

Fonte: IBGE, 2010.

3.2.7. Componentes do *deficit* rural

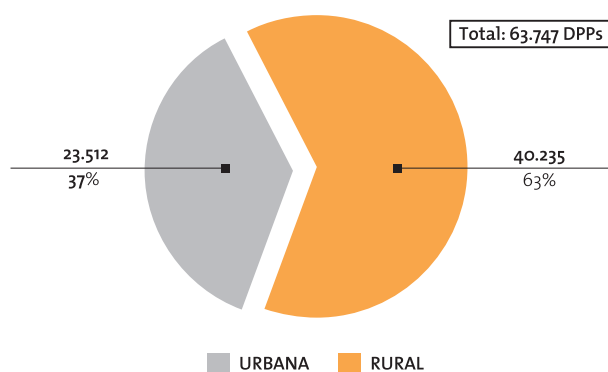


3.3. INADEQUAÇÃO HABITACIONAL

3.3.1. Inadequação total

FIGURA 11
NÚMERO DE
DOMICÍLIOS
INADEQUADOS,
POR CONDIÇÃO DO
DOMICÍLIO.

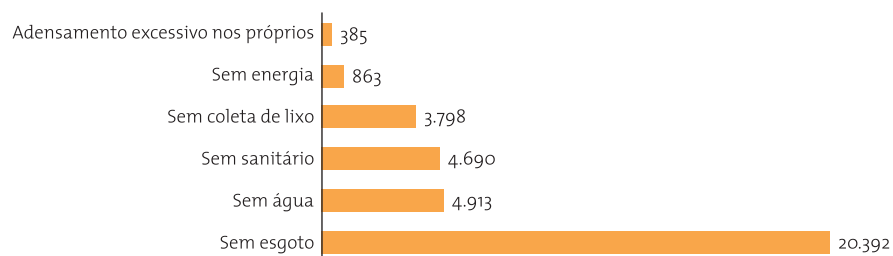
Fonte: IBGE, 2010.



3.3.2. Componentes da inadequação urbana

FIGURA 12
NÚMERO DE
DOMICÍLIOS POR
COMPONENTE DA
INADEQUAÇÃO
URBANA.

Fonte: IBGE, 2010.



3.3.3. Componentes da inadequação rural

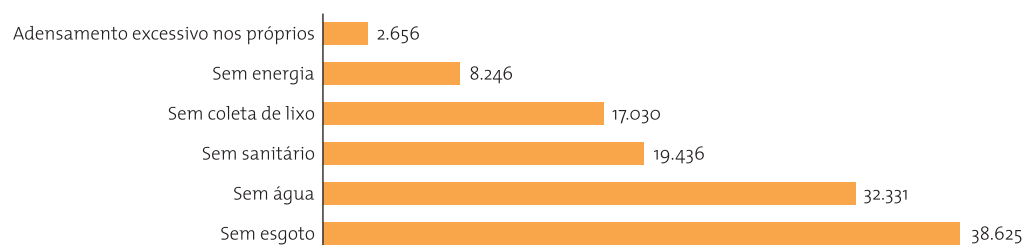


FIGURA 13
NÚMERO DE
DOMICÍLIOS POR
COMPONENTE DA
INADEQUAÇÃO
RURAL.

Fonte: IBGE, 2010.

3.4. QUESTÕES TERRITORIAIS PRIORITÁRIAS

Os municípios participantes das oficinas realizadas para a elaboração do PLANEHAB priorizaram questões comuns ao seu respectivo Território de Identidade. Foram consideradas questões relacionadas aos aspectos habitacionais propriamente ditos, mas também aquelas relacionadas ao desenvolvimento urbano e rural. As principais questões levantadas foram consolidadas sob a forma de diretrizes correlatas da PEHIS (BAHIA, 2008).

Prioridades	Questões TI o6	Diretrizes Correlatas da PEHIS
1	Dificuldade de acesso à terra e conflitos fundiários, urbanos e rurais.	Incentivo à implementação dos institutos jurídicos voltados para a regulamentação do acesso à moradia, segurança da posse, prevenção, mediação e conciliação nas situações de conflitos fundiários.
2	Aplicabilidade da legislação municipal existente.	Implantação de instrumentos de acesso à terra urbana e rural, necessários aos programas habitacionais, de acordo com o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade. Garantia da utilização e aproveitamento prioritário de áreas dotadas de infraestrutura, não utilizadas ou subutilizadas, inseridas nas áreas urbanas, conforme disposto nos planos diretores municipais.
3	Deficit e inadequação habitacional, rurais e urbanos.	Implementação de planos, programas e projetos habitacionais para a população de baixa renda, articulados nos âmbitos federal, estadual, municipal e territorial. Integração dos projetos habitacionais com os investimentos em saneamento básico, infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos coletivos, relacionados à habitação, na área urbana e rural.

QUADRO 1
QUESTÕES
PRIORIZADAS
PELOS GRUPOS
DE TRABALHO DA
OFICINA TERRITORIAL
DO BAIXO SUL, 2012.
(continua)

QUADRO 1
QUESTÕES
PRIORIZADAS
PELOS GRUPOS
DE TRABALHO DA
OFICINA TERRITORIAL
DO BAIXO SUL, 2012.
(conclusão)

Prioridades	Questões TI o6	Diretrizes Correlatas da PEHIS
4	Ocupações irregulares em APPs, áreas de risco e margens de rodovias.	Definição das prioridades e ações da PEHIS com ênfase para ações em áreas de risco, insalubres e de preservação permanente, bem como nas áreas sujeitas a deslocamentos e despejos em razão da execução de obras e empreendimentos promovidos com recursos públicos.
5	Descaracterização do patrimônio material e imaterial, cultural, paisagístico, ambiental, histórico e arquitetônico.	Respeito e incorporação nos projetos habitacionais de interesse social e regularização fundiária, dos padrões de moradia e das formas de parcelamento, uso e ocupação do solo, oriundos da realidade cultural da população atendida, particularmente das populações tradicionais.
6	Projetos habitacionais mal concebidos, mal executados, e obras paralisadas. (Resolução 460/518).	Execução dos projetos de habitação de interesse social em áreas que possibilitem acesso às opções de trabalho e emprego, transporte público, serviços de saúde, escolas, cultura e lazer. Adoção de mecanismos transparentes e democráticos de acompanhamento e avaliação e de indicadores de impacto social das políticas, planos e programas de habitação de interesse social; tornar público os procedimentos, processos decisórios e as normas de contratação de agentes operadores, para permitir o controle social. Eliminação das barreiras arquitetônicas que impeçam a livre movimentação das pessoas idosas, deficientes ou com mobilidade reduzida.

Fonte: elaboração SEDUR/SH. Julho, 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Território de Identidade do Baixo Sul apresenta características peculiares, tanto do ponto de vista da ocupação humana, quanto de seus aspectos físico-biológicos.

Dadas algumas características que mantiveram a região durante muito tempo sem grandes investimentos governamentais e/ou privados, os seus ambientes, terrestres e aquáticos, mantiveram-se a salvo, até mais recentemente, da degradação ambiental e da especulação imobiliária, que atinge grande parte do litoral baiano.

É também muito relevante o seu patrimônio histórico e cultural, revelando uma ocupação antiga e rica de significados. Do ponto de vista econômico predominou, por muito tempo, uma estrutura produtiva fundada em culturas tradicionais, através, principalmente, da pequena produção familiar, pesca artesanal e extrativismo de fibra da piaçava.

Nos últimos 20 anos essa região tem passado por contínuo e crescente processo de transferência populacional para áreas urbanas da própria região

ou para áreas também litorâneas, localizadas mais ao sul. A crise da lavoura do cacau e a reestruturação do setor primário da economia baiana, voltada para o agronegócio, influenciaram o destino regional, que tinha na agricultura familiar longa tradição.

A sociedade regional se manteve excluída dos benefícios mais recentes da modernização, de tal forma que, na atualidade, é considerável o número de famílias vivendo em extrema pobreza, cuja média situa-se em patamar acima da estadual. Os municípios de Valença e Camamu, em termos absolutos, concentram os domicílios nessa situação.

Quanto à questão habitacional, observa-se grande vulnerabilidade, tanto do ponto de vista da moradia propriamente dita, quanto da dotação de infraestrutura básica e de serviços sociais. A leitura das necessidades habitacionais desse território aponta para as seguintes diretrizes:

O *deficit* habitacional do TI representa aproximadamente 4% do estadual, entretanto, o seu *deficit* rural chega a 6%. Programas habitacionais rurais, tais como o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR e o Programa Social de Habitação – PSH, são muito importantes para o equacionamento da questão habitacional territorial.

Os domicílios rústicos, tanto no meio urbano como no rural, representam 55% do *deficit* total do Território. Em termos absolutos, 11.491 novas unidades habitacionais devem ser construídas para o equacionamento do problema e eliminação de domicílios rústicos, também considerados como insalubres. Programas como Minha Casa Minha Vida (Sub 50), podem contribuir para a eliminação dos domicílios rústicos na área urbana, direcionando o atendimento para famílias que vivem nessas condições.

Considerando a diversidade sociocultural existente no Território, como por exemplo, a presença de comunidades quilombolas e ribeirinhas, torna-se necessária uma atenção especial para o desenvolvimento de projetos que conservem a cultura local, revelada nas tipologias e materiais de construção, e que contemple os interesses do modo de vida das comunidades.

A inadequação tem um peso muito maior nas necessidades habitacionais regionais, do que o *deficit*. De um total de 101.430 domicílios, 63% são inadequados. No meio rural, 88% dos domicílios são inadequados, portanto, investimentos em infraestrutura básica devem ser direcionados para o TI de modo a assegurar melhoria nas condições de habitabilidade da população residente.

O saneamento básico, sobretudo o esgotamento sanitário e a coleta de resíduos sólidos, é o maior problema relativo à inadequação habitacional, e soluções partilhadas, como por exemplo consórcios municipais, poderiam representar um avanço no equacionamento do problema.

A existência de 11 Unidades de Conservação orienta para o desenvolvimento de projetos que busquem compatibilizar os programas habitacionais com a conservação ambiental.

A necessária articulação de políticas setoriais favorece a possibilidade do equacionamento da questão habitacional.

A compatibilização das recomendações contidas nos PLHIS e nos planos diretores dos municípios – que já dispõem destes instrumentos – com os resultados do diagnóstico habitacional da região contido no PLANEHAB, pode representar um excelente instrumento de planejamento territorial e orientar a captação de recursos para projetos e ações, no sentido da obtenção de melhor qualidade de vida para a população ali residente.

APÊNDICE 1
QUADRO
COMPARATIVO ENTRE
O TI BAIXO SUL
(TI o6) E O ESTADO
DA BAHIA.
(continua)

Variáveis	TI o6	Bahia	% (TI/BA)
População total (IBGE, 2010)	359.109	14.016.906	2,56%
Urbana	191.149	10.102.476	1,89%
Rural	167.960	3.914.430	4,29%
Domicílios Particulares Permanentes (DPPs) - total	101.430	4.094.405	2,48%
DPP urbano	55.916	3.035.107	1,84%
DPP rural	45.514	1.059.298	4,30%
Extrema pobreza	16.857	585.658	2,88%
% de extrema pobreza	16,62%	14,30%	
Deficit total	20.921	551.133	3,80%
% deficit total/total DPPs	20,63%	13,46%	
Deficit urbano	9.370	367.395	2,55%
% deficit urbano/DPPs urbanos	16,76%	12,10%	
Deficit rural	11.551	183.737	6,29%
% deficit rural/DPPs rurais	25,38%	17,35%	
Componentes do deficit urbano			
Ônus excessivo com aluguel	2.053	136.608	1,50%
% no deficit urbano	19,71%	34,00%	
Rústicos	3.425	51.079	6,71%
% no deficit urbano	32,88%	12,71%	
Improvisados	292	8.382	3,48%
% no deficit urbano	2,80%	2,09%	
Cômodos	101	15.782	0,64%
% no deficit urbano	0,97%	3,93%	
Coabitação	4.161	167.274	2,49%
% no deficit urbano	39,95%	41,63%	
Adensamento excessivo nos alugados	385	22.702	1,69%
% no deficit urbano	3,69%	5,65%	
Componentes do deficit rural			
Ônus excessivo com aluguel	388	4.218	9,19%
% no deficit rural	3,05%	2,12%	
Rústicos	8.066	111.239	7,25%
% no deficit rural	63,42%	55,91%	

Variáveis	TI o6	Bahia	% (TI/BA)
Improvisados	387	4.500	8,60%
% no <i>deficit</i> rural	3,04%	2,26%	
Cômodos	84	1.397	5,99%
% no <i>deficit</i> rural	0,66%	0,70%	
Coabitação	3.656	76.409	4,78%
% no <i>deficit</i> rural	28,75%	38,40%	
Adensamento excessivo nos alugados	137	1.199	11,40%
% no <i>deficit</i> rural	1,07%	0,60%	
Inadequação total	63.747	2.215.490	2,87%
Inadequação urbana	23.512	1.200.565	1,96%
% inadequação	42,05%	39,56%	
Inadequação por infraestrutura (água, esgoto e energia elétrica)	22.271	1.136.509	1,96%
% inadequação por infraestrutura (água, esgoto e energia elétrica)	39,83%	37,45%	
Domicílios sem água	4.913	157.709	3,12%
% sem água	8,79%	5,20%	
Domicílios sem esgoto	20.392	1.021.876	2,00%
% sem esgoto	36,47%	33,67%	
Domicílios sem coleta de lixo	3.798	135.120	2,81%
% sem coleta de lixo	6,79%	4,45%	
Domicílios sem energia	863	21.384	4,04%
% sem energia	1,54%	0,70%	
Domicílios sem sanitário	4.690	138.337	3,39%
% sem sanitário	8,39%	4,56%	
Adensamento excessivo em domicílios próprios	2.656	98.972	2,68%
% adensamento excessivo em domicílios próprios	5,83%	9,34%	
Inadequação rural	40.235	1.014.925	3,96%
% inadequação	88,40%	95,81%	
Inadequação por infraestrutura (água, esgoto e energia elétrica)	39.949	1.013.135	3,94%
% inadequação por infraestrutura (água, esgoto e energia elétrica)	87,77%	95,64%	
Domicílios sem água	17.030	496.891	3,43%
% sem água	37,42%	46,91%	
Domicílios sem esgoto	38.625	949.973	4,07%
% sem esgoto	84,86%	89,68%	
Domicílios sem coleta de lixo	32.331	835.798	3,87%
% sem coleta de lixo	71,04%	78,90%	
Domicílios sem energia	8.246	123.956	6,65%
% sem energia	18,12%	11,70%	
Domicílios sem sanitário	19.436	385.434	5,04%
% sem sanitário	6	147	
Adensamento excessivo em domicílios próprios	3.333	49.250	6,77%
% adensamento excessivo em domicílios próprios	10,92%	18,90%	

Fonte: SEDUR/SH, PLANEHAB. Julho, 2012

APÊNDICE 1

QUADRO
COMPARATIVO ENTRE
O TI BAIXO SUL
(TI o6) E O ESTADO
DA BAHIA
(conclusão)



4. TERRITÓRIO DE IDENTIDADE SERTÃO DO SÃO FRANCISCO

4.1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

O Território de Identidade Sertão do São Francisco (TI 10) se situa na macrorregião do semiárido baiano e é composto por dez municípios: Canudos, Sobradinho, Uauá, Campo Alegre de Lourdes, Curaçá, Pilão Arcado, Sento Sé, Remanso, Casa Nova e Juazeiro.

O TI Sertão do São Francisco tem um único município polo, Juazeiro, que é parte integrante do aglomerado não metropolitano, Petrolina-Juazeiro, classificado pela REGIC (2008) como Capital Regional “C”¹. Juazeiro se localiza à margem direita do Rio São Francisco, no extremo norte da Bahia, ligando-se ao município de Petrolina pela ponte Presidente Dutra. Juntos, esses dois municípios constituem o maior aglomerado urbano do semiárido, fazendo parte, tanto das redes urbanas de Salvador e Recife, em Pernambuco (BAHIA, 2012).

A população do Território é de 494.431 habitantes (Figura 1), tendo 64% dos domicílios em áreas urbanas (Apêndice 1²).

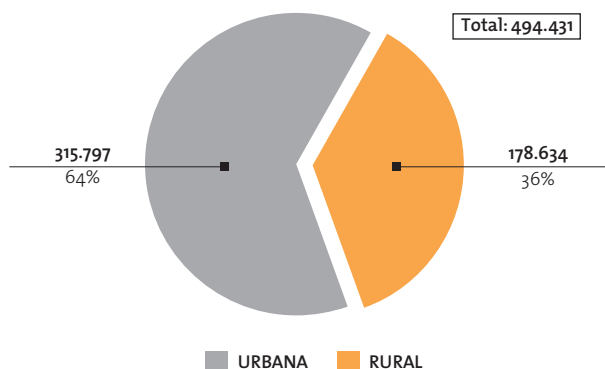


FIGURA 1
POPULAÇÃO DO
TERRITÓRIO, POR
SITUAÇÃO DO
DOMICÍLIO.

Fonte: IBGE, 2010.

Quanto ao aspecto demográfico do TI, o município de Juazeiro se destaca com quase 200 mil habitantes, seguido por Casa Nova, com 64.940 (IBGE, 2010). O município de Canudos apresenta população inferior a 20 mil habitantes e os sete demais municípios estão na faixa entre 20 e 50 mil habitantes.

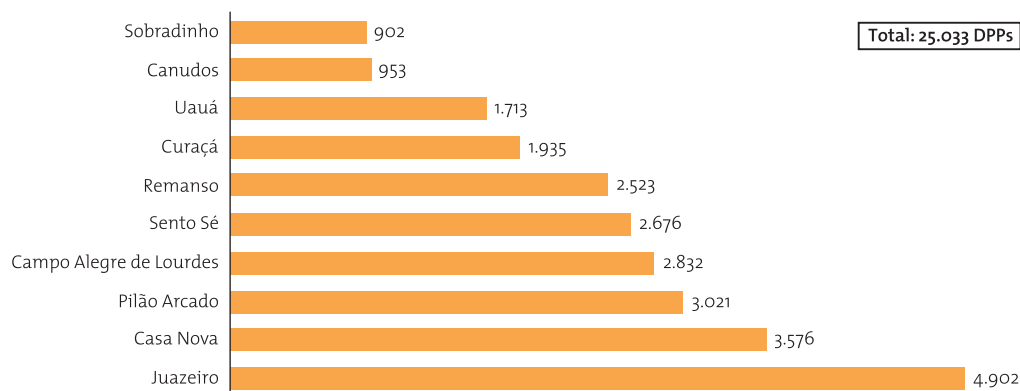
A região apresenta um elevado número de famílias em situação de extrema pobreza, totalizando 25.033, o que corresponde a 18,72% do total de domicílios do TI, superior à média estadual, que é de 14,30% (Figura 2).

¹ Regiões de Influência das Cidades, classificação do IBGE (2008) que define quatro níveis na hierarquia urbana, com dois ou três subníveis em cada. As capitais regionais são o terceiro nível da gestão territorial e exercem influência no próprio estado e em estados próximos.

² Com o objetivo de permitir uma análise comparativa entre o Território de Identidade e o estado da Bahia, apresenta-se, como Apêndice 1, a relação das variáveis consideradas neste trabalho e seus respectivos valores (IBGE, 2010).

FIGURA 2
TOTAL DE
DOMICÍLIOS EM
EXTREMA POBREZA,
POR MUNICÍPIO.

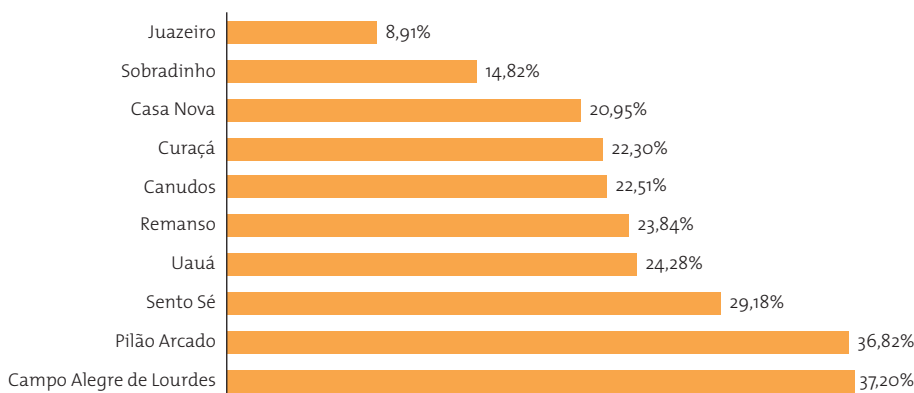
Fonte: IBGE, 2010.



Em relação aos dados relativos, verifica-se que apenas Juazeiro apresenta índice de extrema pobreza inferior ao do Estado, embora aí esteja concentrado, em termos absolutos, o maior número de domicílios nessa condição. Nos municípios de Campo Alegre de Lourdes e Pilão Arcado, mais de um terço das famílias vivem em situação de extrema pobreza, o que sugere a necessidade de priorização nos programas públicos (Figura 3).

FIGURA 3
PROPORÇÃO DE
DOMICÍLIOS EM
EXTREMA POBREZA,
POR MUNICÍPIO.

Fonte: IBGE, 2010.



4.2. NECESSIDADES HABITACIONAIS

O conceito de necessidades habitacionais apresenta duas dimensões: a quantitativa que se reporta ao *deficit* e a qualitativa que se refere à inadequação habitacional. As figuras a seguir (Figuras 4 a 13) sintetizam os resultados do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social e de Regularização Fundiária – PLANEHAB (BAHIA, 2013) para esse Território de Identidade, considerando os seus respectivos municípios. Foram trabalhadas as informações relativas às necessidades habitacionais desse Território, bem como os componentes do *deficit* e da inadequação. Oportunamente, esse material será utilizado para a elaboração de planos regionais de habitação de interesse social, de modo a apoiar os municípios e os seus conselhos de habitação na gestão da política habitacional.

4.2.1. Deficit total básico

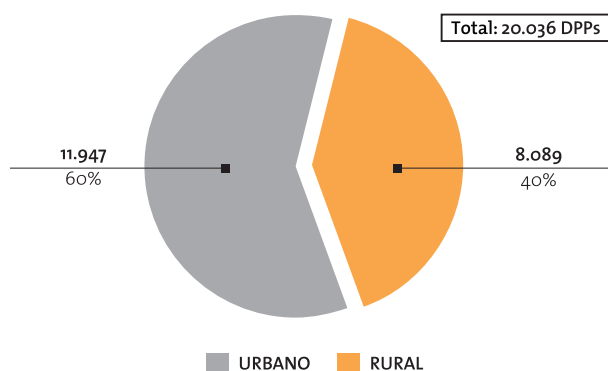


FIGURA 4
DISTRIBUIÇÃO DO
DEFICIT TOTAL, POR
CONDIÇÃO DO
DOMICÍLIO.

Fonte: IBGE, 2010.

4.2.2. Deficit urbano básico

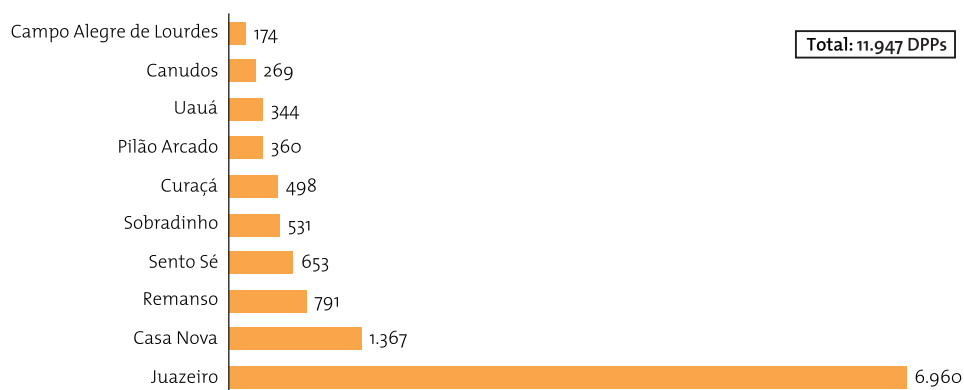


FIGURA 5
DEFICIT URBANO, POR
MUNICÍPIO.

Fonte: IBGE, 2010.

4.2.3. Deficit urbano relativo³

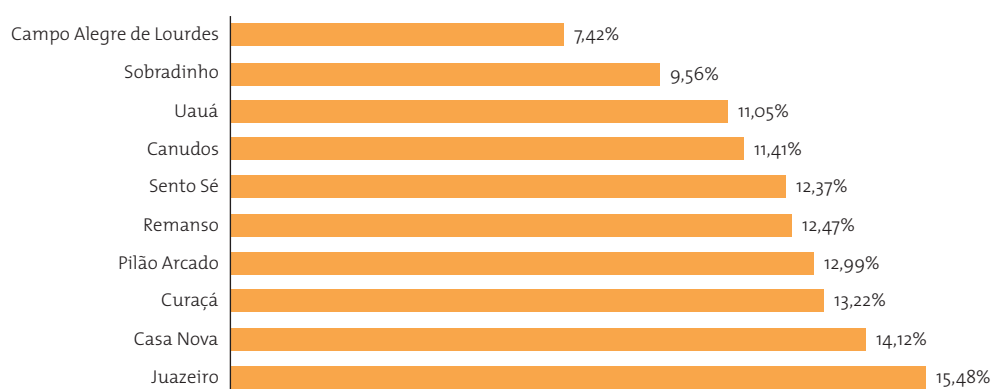


FIGURA 6
PROPORÇÃO DO
DEFICIT URBANO EM
RELAÇÃO AO TOTAL
DE DOMICÍLIOS, POR
MUNICÍPIO.

Fonte: IBGE, 2010.

³ O *deficit* habitacional relativo corresponde à proporção do *deficit* existente (total, urbano ou rural) em relação ao número de domicílios existentes (total, urbanos ou rurais).

FIGURA 7
NÚMERO DE
DOMICÍLIOS POR
COMPONENTES DO
DEFICIT URBANO.

Fonte: IBGE, 2010.

4.2.4. Componentes do *deficit* urbano

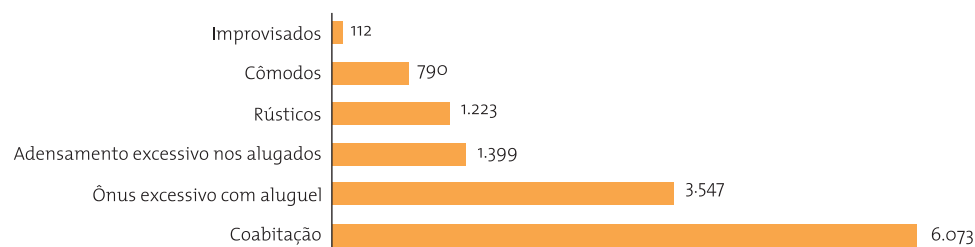


FIGURA 8
DEFICIT RURAL, POR
MUNICÍPIO.

Fonte: IBGE, 2010.

4.2.5. *Deficit* rural básico

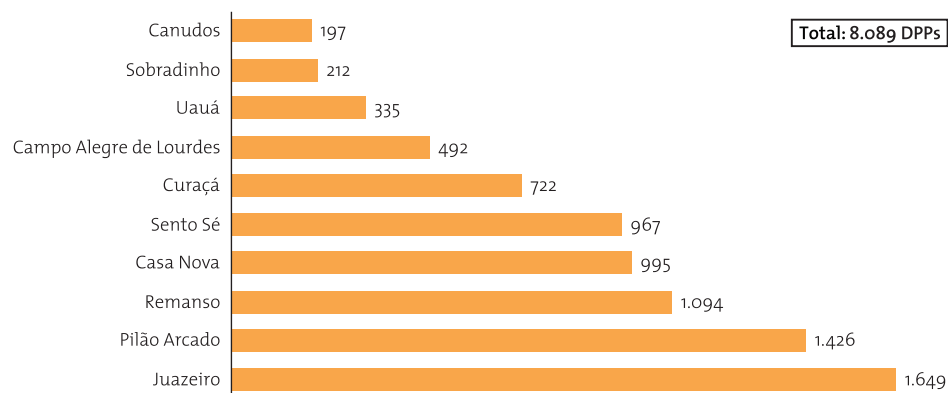
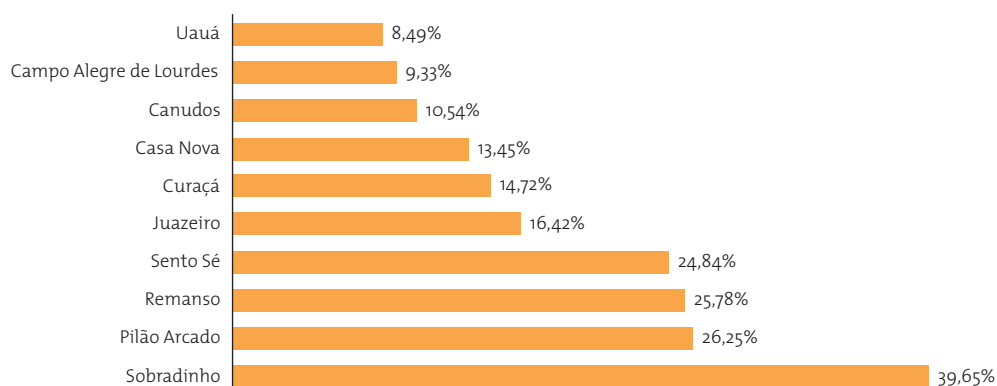


FIGURA 9
PROPORÇÃO DO
DEFICIT RURAL EM
RELAÇÃO AO TOTAL
DE DOMICÍLIOS, POR
MUNICÍPIO.

Fonte: IBGE, 2010.

4.2.6. *Deficit* rural relativo



4.2.7. Componentes do *deficit* rural

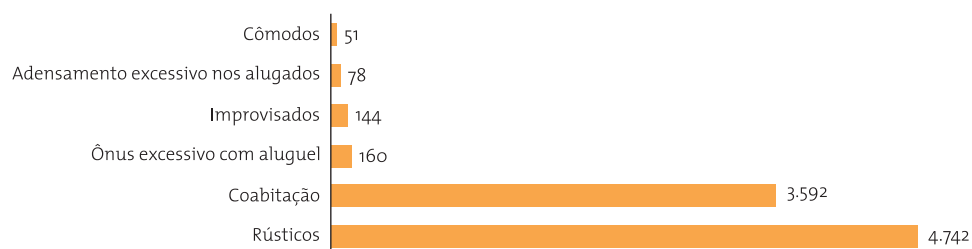


FIGURA 10
NÚMERO DE
DOMICÍLIOS POR
COMPONENTE DO
DEFICIT RURAL.

Fonte: IBGE, 2010.

4.3. INADEQUAÇÃO HABITACIONAL

4.3.1. Inadequação total

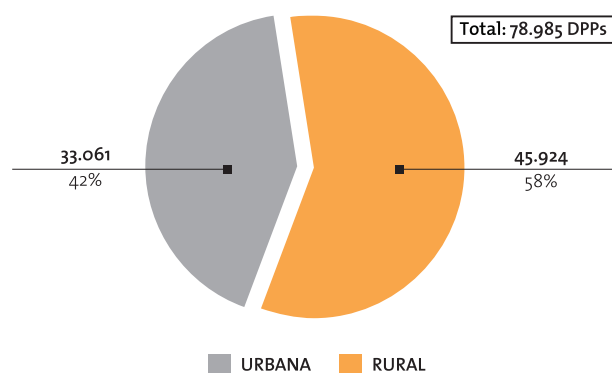


FIGURA 11
NÚMERO DE
DOMICÍLIOS
INADEQUADOS,
POR CONDIÇÃO DO
DOMICÍLIO.

Fonte: IBGE, 2010.

4.3.2. Componentes da inadequação urbana

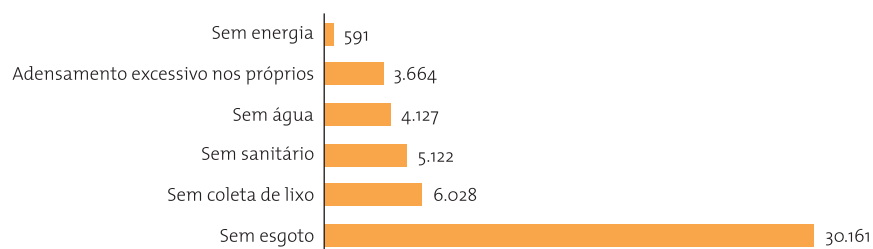


FIGURA 12
NÚMERO DE
DOMICÍLIOS POR
COMPONENTE DA
INADEQUAÇÃO
URBANA NO
TERRITÓRIO.

Fonte: IBGE, 2010.

4.3.3. Componentes da inadequação rural

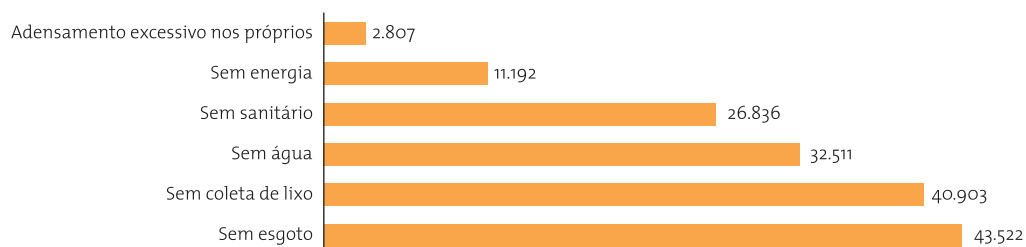


FIGURA 13
NÚMERO DE
DOMICÍLIOS POR
COMPONENTE DA
INADEQUAÇÃO
RURAL NO
TERRITÓRIO.

Fonte: IBGE, 2010.

4.4. QUESTÕES TERRITORIAIS PRIORITÁRIAS

Os municípios participantes das oficinas realizadas para a elaboração do PLANEHAB priorizaram questões comuns ao seu respectivo Território de Identidade. Foram consideradas questões relacionadas aos aspectos habitacionais propriamente ditos, mas também aquelas relacionadas ao desenvolvimento urbano e rural. As principais questões levantadas foram consolidadas sob a forma de diretrizes correlatas da PEHIS (BAHIA, 2008).

QUADRO 1
QUESTÕES
PRIORIZADAS
PELOS GRUPOS
DE TRABALHO DA
OFICINA TERRITORIAL
DO SERTÃO DO SÃO
FRANCISCO, 2012.
(continua)

Prioridades	Questões do TI 10	Diretrizes correlatas da PEHIS
1	Irregularidade fundiária na zona rural e urbana em todo o TI, aí incluídas as comunidades tradicionais (quilombola, indígenas, fundo de pasto e ribeirinhos).	Incentivo à implementação dos institutos jurídicos que regulamentem o acesso à moradia e garantam a segurança da posse. Utilização prioritária dos terrenos públicos para a implantação de projetos habitacionais de interesse social e regularização fundiária. Respeito e incorporação, nos projetos habitacionais de interesse social e regularização fundiária, dos padrões de moradia e das formas de parcelamento, uso e ocupação do solo, oriundos da realidade cultural da população atendida, particularmente das populações tradicionais.
2	Escassez de recursos hídricos nas zonas de sequeiro; carência de saneamento básico.	Políticas e programas de habitação articulados com outras políticas públicas: saneamento e recursos hídricos, agricultura e meio ambiente. Integração dos projetos habitacionais com os investimentos em saneamento básico, infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos coletivos relacionados à habitação na área urbana e rural.
3	Urgência na implementação do Plano Diretor (especialmente em Juazeiro) e dos Conselhos, Planos e Fundo de Habitação de Interesse Social, .	Cooperação entre os agentes públicos e privados no processo de urbanização, produção de habitação e de regularização fundiária, em atendimento ao interesse social e às diretrizes estabelecidas na Lei nº 10.257/2001, do Estatuto das Cidades. Adoção de mecanismos transparentes e democráticos de acompanhamento e avaliação e de indicadores de impacto social das políticas, planos e programas de habitação de interesse social; tornar público os procedimentos, processos decisórios e normas de contratação de agentes operadores, para permitir o controle social.

Prioridades	Questões do TI 10	Diretrizes correlatas da PEHIS
4	Implantação de programa de habitação popular na zona rural, visando erradicar as casas de taipa, incluindo saneamento, construção de açudes, barragens, estradas etc.	Implementação de planos, programas e projetos habitacionais para a população de baixa renda, articulados nos âmbitos federal, estadual e municipal e territórios de identidade. Políticas e programas de habitação articulados com outras políticas públicas: saneamento, recursos hídricos, agricultura e infraestrutura.
5	Construção da adutora do São Francisco para abastecimento de Campo Alegre de Lourdes, a partir da captação no povoado de Passagem (Pilão Arcado).	
6	Dificuldade de acessibilidade e mobilidade, com estradas vicinais precárias em todo o TI, principalmente para acesso pelas comunidades rurais.	Políticas e programas de habitação articulados com outras políticas públicas: transporte, agricultura, infraestrutura etc. Execução dos projetos de habitação de interesse social em áreas que possibilitem acesso às opções de trabalho e renda, transporte público, serviços de saúde, escolas, cultura e lazer.
7	Elevado <i>deficit</i> e inadequação habitacional rural e urbano, em todo o TI.	Implementação de planos, programas e projetos habitacionais para a população de baixa renda, articulados nos âmbitos federal, estadual e municipal e territórios de identidade. Adoção de mecanismos democráticos de acompanhamento e avaliação das políticas, planos e programas de HIS, para permitir o controle social.
8	Adequação das unidades habitacionais às singularidades culturais locais.	Respeito e incorporação, nos projetos HIS e regularização fundiária, dos padrões de moradia e das formas de parcelamento, uso e ocupação do solo, oriundos da realidade cultural da população atendida, particularmente das populações tradicionais.
9	Favelização das periferias urbanas.	Incentivo à implementação dos institutos jurídicos que regulamentam o acesso à moradia e garantam a segurança da posse.
10	Habitação em área de risco (construção em áreas inundáveis, sob rede de alta tensão etc.).	Definição das prioridades e ações da PEHIS com ênfase para ações em áreas de risco para a vida, insalubres e de preservação, bem como em áreas sujeitas a deslocamentos e despejos em razão da execução de empreendimentos promovidos com recursos públicos.
11	Entraves à implementação de programas habitacionais (burocratização).	Adoção de mecanismos transparentes e democráticos de acompanhamento e avaliação e de indicadores de impacto social das políticas, planos e programas de habitação de interesse social; tornar público os procedimentos, processos decisórios e normas de contratação de agentes operadores, para permitir o controle social.

QUADRO 1
QUESTÕES
PRIORIZADAS
PELOS GRUPOS
DE TRABALHO DA
OFICINA TERRITORIAL
DO SERTÃO DO SÃO
FRANCISCO, 2012.
(continuação)

QUADRO 1
QUESTÕES
PRIORIZADAS
PELOS GRUPOS
DE TRABALHO DA
OFICINA TERRITORIAL
DO SERTÃO DO SÃO
FRANCISCO, 2012.
(conclusão)

Prioridades	Questões do TI 10	Diretrizes correlatas da PEHIS
12	Vazios urbanos (terras de engorda) para especulação imobiliária.	Garantia da utilização e aproveitamento prioritário de áreas dotadas de infraestrutura, não utilizadas ou subutilizadas, inseridas nas áreas urbanas, conforme disposto nos planos diretores municipais.
13	Dificuldade de certificação das comunidades tradicionais.	Respeito ao modo de vida e de organização das comunidades, composição familiar, tipologias habitacionais e produção cultural.
14	Beneficiários da CHESF sem titulação (Remanso/Sento Sé/Casa Nova/Sobradinho/Pilão Arcado).	Incentivo à implementação dos institutos jurídicos que regulamentem o acesso à moradia e garantam a segurança da posse.
15	Obras de saneamento de má qualidade.	Adoção de mecanismos transparentes e democráticos de acompanhamento e avaliação e de indicadores de impacto social das políticas, planos e programas de habitação de interesse social; tornar público os procedimentos, processos decisórios e normas de contratação de agentes operadores, para permitir o controle social.
16	Conflitos de ocupação em terras devolutas; morosidade na atuação do CDA (Juazeiro).	Adoção de institutos jurídicos e procedimentos voltados para a prevenção, mediação e conciliação nas situações de conflitos fundiários.
17	Ausência de infraestrutura e de serviços públicos em todo TI.	Integração dos projetos habitacionais com os investimentos em saneamento básico, infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos coletivos relacionados à habitação na área urbana e rural.
18	Dimensão reduzida dos lotes nos empreendimentos habitacionais.	Respeito e incorporação, nos projetos de habitação de interesse social e regularização fundiária, dos padrões de moradia e das formas de parcelamento, uso e ocupação do solo, oriundos da realidade cultural das populações atendidas, particularmente das populações tradicionais.
*	Revitalização das lagoas (Campo Alegre de Lourdes) e da bacia do São Francisco.	Integração dos projetos habitacionais com os investimentos em saneamento básico, infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos coletivos relacionados à habitação na área urbana e rural.
*	Ações para geração de trabalho e renda para a população vulnerável.	Execução dos projetos de habitação de interesse social em áreas que possibilitem acesso às opções de trabalho e renda, transporte público, serviços de saúde, escolas, cultura e lazer.

Fonte: elaboração SEDUR/SH. Julho, 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Território de Identidade Sertão do São Francisco apresenta particularidades relativas ao porte e às características dos municípios que o compõe, considerando-se a diferença numérica da população do município-polo Juazeiro para com os

demaís. Juazeiro tem quase 200 mil habitantes, enquanto o segundo município em termos de porte populacional, Casa Nova, tem aproximadamente 65 mil habitantes e os demais contam com menos de 50 mil habitantes.

O percentual de população que vive em condições de extrema pobreza é significativo, sendo que apenas Juazeiro tem este indicador abaixo da média estadual. Cabe destacar que, nos municípios de Campo Alegre de Lourdes e de Pilão Arcado, mais de um terço das famílias vivem em situação de extrema pobreza. Essas constatações se tornam relevantes para o direcionamento dos recursos e dos programas habitacionais.

Quanto à questão habitacional, observam-se condições de muita vulnerabilidade, tanto do ponto de vista da moradia propriamente dita, quanto da dotação de infraestrutura básica e de serviços sociais. A leitura das necessidades habitacionais territoriais indica as seguintes diretrizes:

O programa MCMV Over 50 é recomendado para os municípios de Juazeiro e Casa Nova, que são os únicos com população acima de 50 mil habitantes e que concentram 70% do *deficit* urbano do TI. Para os demais municípios, recomenda-se o PMCMV Sub 50 e o PMCMV Entidades, havendo a possibilidade de erradicar o *deficit* urbano em cinco municípios, cuja demanda é inferior a 500 UHs.

Embora a maior parte do *deficit* do Território esteja em área urbana, 40% está em área rural, portanto, programas rurais de habitação, tais como o PNHR e PSH, são muito importantes para o equacionamento da questão habitacional.

Os domicílios rústicos representam 54% do *deficit* rural do Território. Em termos absolutos, cerca de seis mil novas unidades habitacionais – 4.742 rurais e 1.223 urbanas (Apêndice 1) – devem ser construídas para a solução desse problema e para a eliminação de domicílios rústicos, também considerados como insalubres. Programas como o PMCMV (Sub 50), além do PNHR e PSH, podem contribuir para a eliminação dos domicílios rústicos, direcionando o atendimento às famílias que vivem nessas condições.

A inadequação tem um peso maior do que o *deficit*, considerando-se o conjunto das necessidades habitacionais regionais. Em um total de 86.182 domicílios urbanos, 38% são inadequados. No meio rural, a inadequação abrange 96% dos 47.534 DPPs rurais, comprovando que investimentos em infraestrutura básica devem ser direcionados para o TI, de modo a assegurar a melhoria das condições de habitabilidade da população.

O saneamento básico, sobretudo a falta de esgotamento sanitário, é o maior problema relativo à inadequação habitacional, sendo que na zona urbana 35%, e na área rural mais de 92% dos domicílios convivem com essa deficiência. Na área rural, a inadequação da coleta e a disposição dos resíduos sólidos (86%), a falta de abastecimento de água potável (68%) e a falta de sanitários nas casas (56%), também

atingem índices elevados. Considerando que são municípios de pequeno porte, exceto Juazeiro e Casa Nova, soluções partilhadas, como por exemplo, consórcios municipais, podem representar um avanço no equacionamento do problema.

A necessária articulação das políticas setoriais favorece, também, a possibilidade do equacionamento da questão habitacional.

É fundamental fortalecer as ações de sensibilização e de assistência técnica, especialmente nos municípios de menor porte populacional, tanto para a elaboração de seus Planos Locais de Habitação de Interesse Social – PLHIS, quanto para a formação dos seus conselhos gestores, para que assim possam se capacitar e se estruturar para enfrentar as necessidades habitacionais, possibilitando melhor qualidade de vida à população.

A compatibilização das recomendações dos PLHIS e dos planos diretores municipais com os resultados do diagnóstico habitacional da região contido no PLANEHAB, pode representar um excelente instrumento de planejamento territorial, orientando a captação de recursos para projetos e ações, visando a melhoria da qualidade de vida da população ali residente.

APÊNDICE 1
QUADRO
COMPARATIVO ENTRE
O TI SERTÃO DO SÃO
FRANCISCO (TI 10) E O
ESTADO DA BAHIA
(continua)

Variáveis	TI 10	Bahia	% (TI/BA)
População total (IBGE, 2010)	494.431	14.016.906	3,53%
Urbana	315.797	10.102.476	3,13%
Rural	178.634	3.914.430	4,56%
Domicílios Particulares Permanentes (DPPs) - total	133.716	4.094.405	3,27%
DPP urbano	86.182	3.035.107	2,84%
DPP rural	47.534	1.059.298	4,49%
Extrema pobreza	25.033	585.658	4,27%
% extrema pobreza	18,72%	14,30%	
Deficit total	20.036	551.133	3,64%
% deficit total/total DPPs	14,98%	13,46%	
Deficit urbano	11.947	367.395	3,25%
% deficit urbano/DPPs urbano	13,86%	12,10%	
Deficit rural	8.089	183.737	4,40%
% deficit rural/DPPs rural	17,02%	17,35%	
Componentes do deficit urbano			
Ônus excessivo com aluguel	3.547	136.608	2,60%
% no deficit urbano	26,99%	34,00%	
Rústicos	1.223	51.079	2,39%
% no deficit urbano	9,30%	12,71%	
Improvisados	112	8.382	1,33%
% no deficit urbano	0,85%	2,09%	
Cômodos	790	15.782	5,00%
% no deficit urbano	6,01%	3,93%	
Coabitação	6.073	167.274	3,63%
% no deficit urbano	46,21%	41,63%	
Adensamento excessivo nos alugados	1.399	22.702	6,16%
% no deficit urbano	10,65%	5,65%	



5. LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO

5.1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

O Território de Identidade do Litoral Norte e Agreste Baiano (TI 18) é formado por 22 municípios, com uma população total de 628.236 habitantes. As atividades econômicas preponderantes são a silvicultura, o turismo, as reminiscências da pequena produção rural e, no litoral, a pesca e o extrativismo da piaçava (BAHIA, 2012).

O polo regional é o município de Alagoinhas, tendo como subpolo o de Rio Real. Os demais municípios que integram a região são: Acajutiba, Aporá, Araçás, Aramari, Cardeal da Silva, Catu, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itanagra, Itapicuru, Jandaíra, Mata de São João, Olindina, Ouriçangas, Pedrão, Pojuca e Sátiro Dias.

A população do Território corresponde a 4,48% da população estadual, distribuindo-se em 178.618 Domicílios Particulares Permanentes – DPPs, entre rurais e urbanos, com uma densidade média domiciliar de 3,5 pessoas por domicílio (IBGE, 2010).

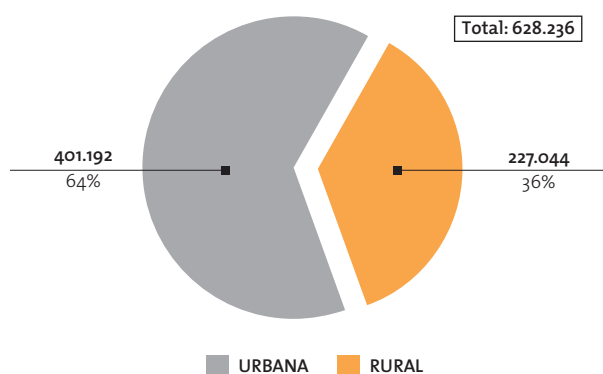


FIGURA 1
POPULAÇÃO, POR
SITUAÇÃO DO
DOMICÍLIO.

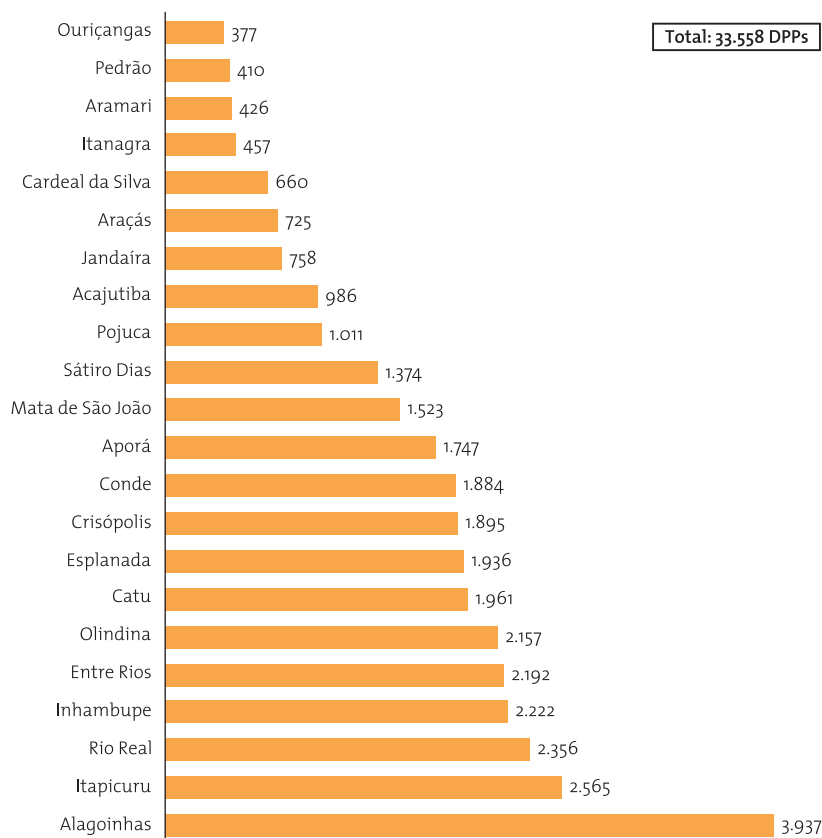
Fonte: IBGE, 2010.

A região apresenta um índice considerável de domicílios em extrema pobreza (Apêndice 1¹), representado por 19% do total de domicílios existentes. No conjunto são 33.558 domicílios, entre rurais e urbanos, cujos moradores sobrevivem em situação de pobreza. Em termos absolutos, os domicílios nessa situação distribuem-se entre os municípios da região, conforme demonstrado na Figura 2:

¹ Com o objetivo de permitir uma análise comparativa entre o Território de Identidade e o estado da Bahia, apresenta-se, como Apêndice 1, a relação das variáveis consideradas neste trabalho e seus respectivos valores (IBGE, 2010).

FIGURA 2
TOTAL DE
DOMICÍLIOS EM
EXTREMA POBREZA,
POR MUNICÍPIO.

Fonte: IBGE, 2010.



Em termos relativos, boa parte desses municípios² supera a média estadual de domicílios em extrema pobreza, que é de 14,30% em relação ao total de domicílios particulares permanentes. Ou seja, 80% dos municípios desse Território apresentam índices de domicílios em extrema pobreza superiores à média estadual.

² São 18 entre 22 municípios.

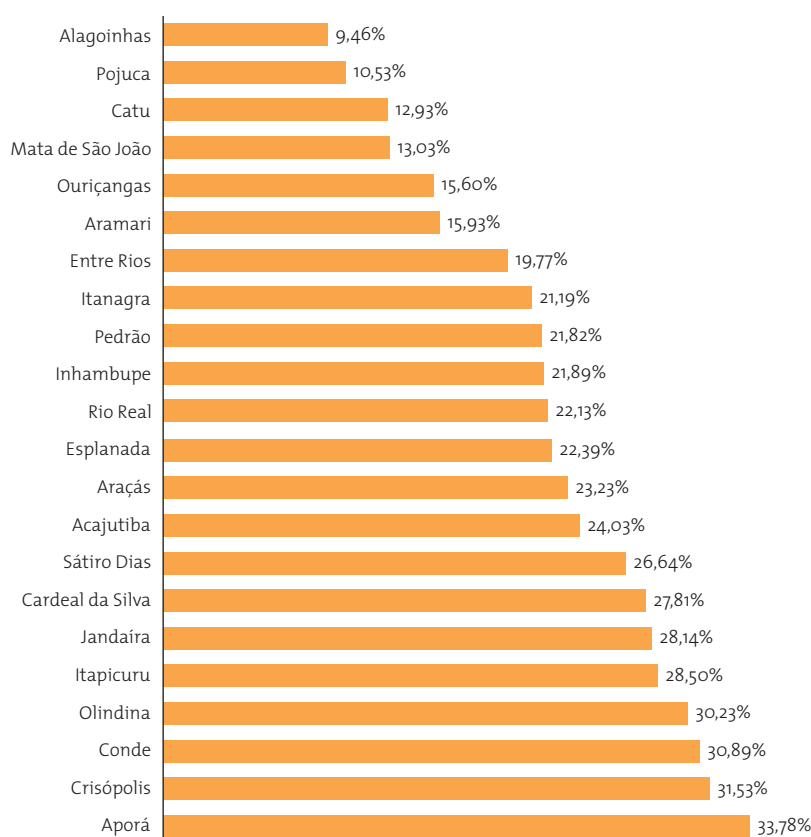


FIGURA 3
PROPORÇÃO DE
DOMICÍLIOS EM
EXTREMA POBREZA,
POR MUNICÍPIO.

Fonte: IBGE, 2010.

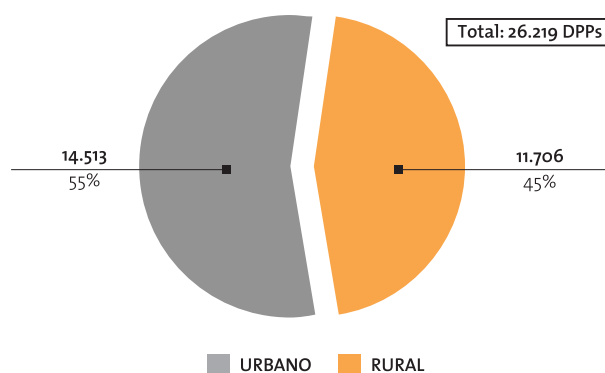
5.2. NECESSIDADES HABITACIONAIS

O conceito de necessidades habitacionais apresenta duas dimensões: a quantitativa, que se reporta ao *deficit* e a qualitativa, que se refere à inadequação habitacional. As figuras a seguir (Figuras 4 a 13) sintetizam os resultados do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social e de Regularização Fundiária – PLANEHAB (BAHIA, 2013) para esse Território de Identidade, considerando os seus respectivos municípios. Foram trabalhadas as informações relativas às necessidades habitacionais desse Território, bem como os componentes do *deficit* e da inadequação. Oportunamente esse material será utilizado para a elaboração de planos regionais de habitação de interesse social, de modo a apoiar os municípios e os seus conselhos de habitação na gestão da política habitacional.

5.2.1. Deficit total básico

FIGURA 4
DISTRIBUIÇÃO DO
DEFICIT TOTAL POR
CONDIÇÃO DO
DOMICÍLIO.

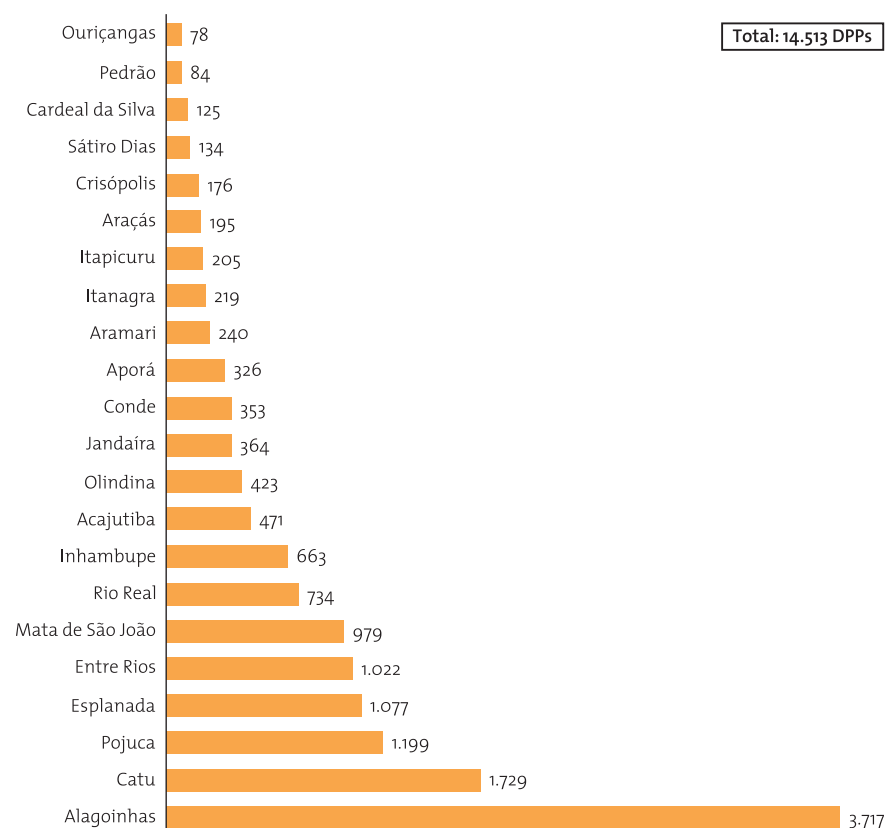
Fonte: IBGE, 2010.



5.2.2. Deficit urbano básico

FIGURA 5
DEFICIT URBANO, POR
MUNICÍPIO.

Fonte: IBGE, 2010.



5.2.3. Deficit urbano relativo³

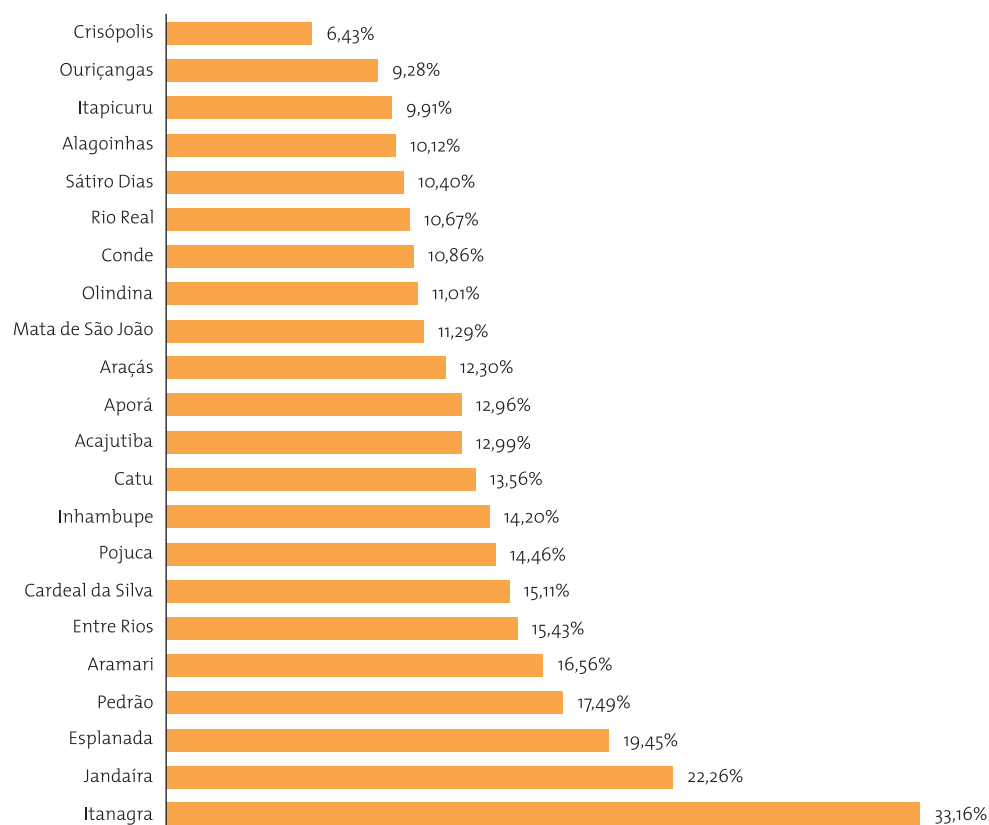


FIGURA 6
PROPORÇÃO DO
DEFICIT URBANO EM
RELAÇÃO AO TOTAL
DE DOMICÍLIOS, POR
MUNICÍPIO.

Fonte: IBGE, 2010.

5.2.4. Componentes do deficit urbano

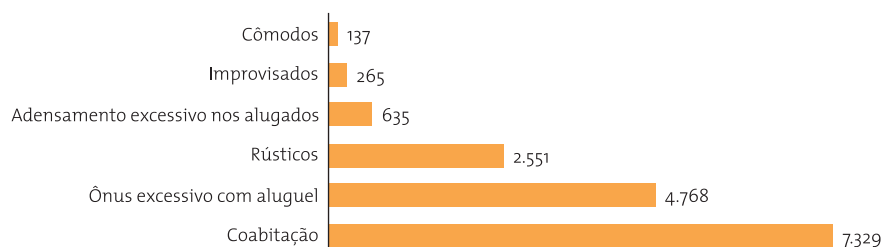


FIGURA 7
NÚMERO DE
DOMICÍLIOS POR
COMPONENTE DO
DEFICIT URBANO.

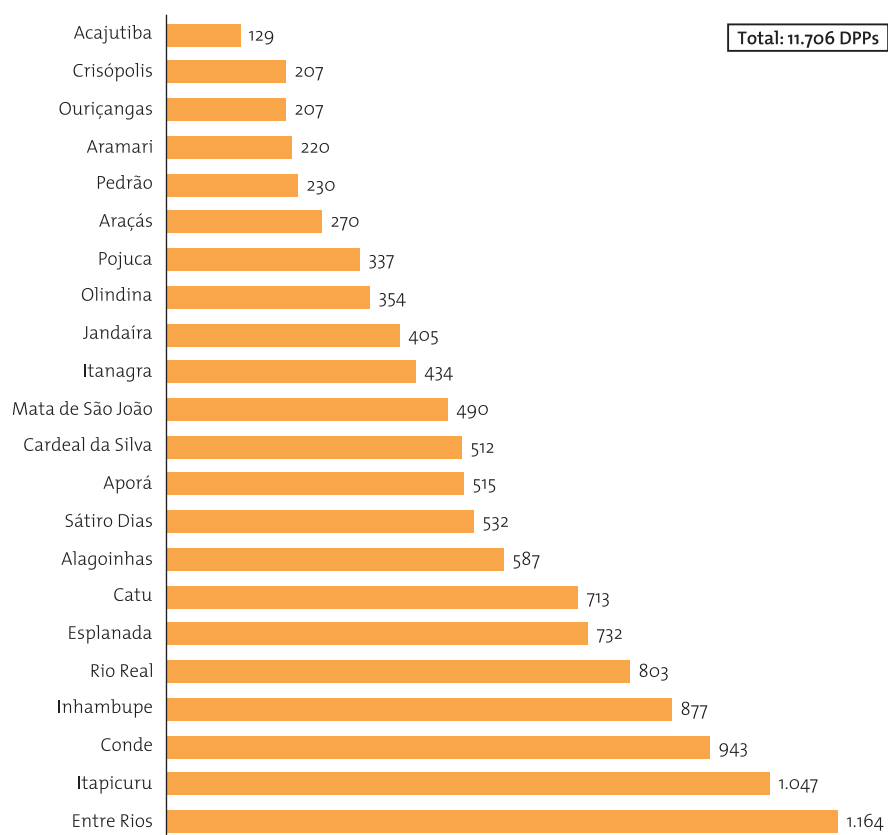
Fonte: IBGE, 2010.

³ O deficit habitacional relativo corresponde à proporção do deficit existente (total, urbano ou rural) em relação ao número de domicílios existentes (total, urbanos e rurais).

5.2.5. Deficit rural básico

FIGURA 8
DEFICIT RURAL, POR
MUNICÍPIO.

Fonte: IBGE, 2010.



5.2.6. Deficit rural relativo

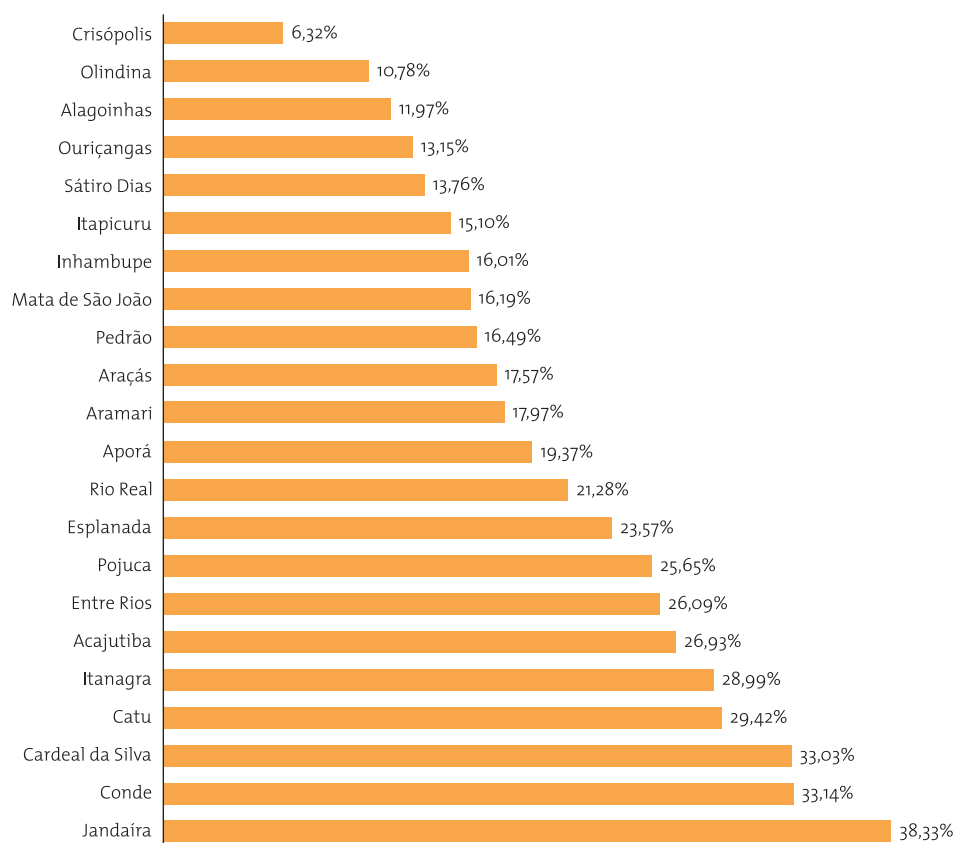


FIGURA 9
PROPORÇÃO DO
DEFICIT RURAL EM
RELAÇÃO AO TOTAL
DE DOMICÍLIOS, POR
MUNICÍPIO.

Fonte: IBGE, 2010.

5.2.7. Componentes do deficit rural

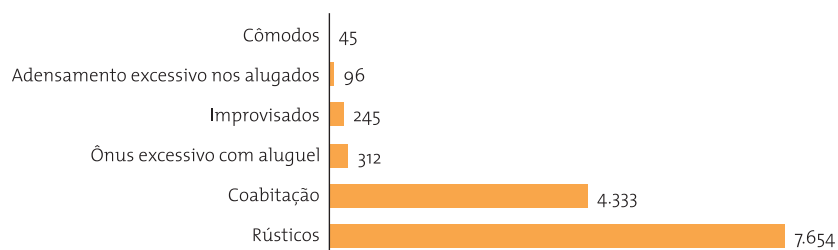


FIGURA 10
NÚMERO DE
DOMICÍLIOS POR
COMPONENTE DO
DEFICIT RURAL.

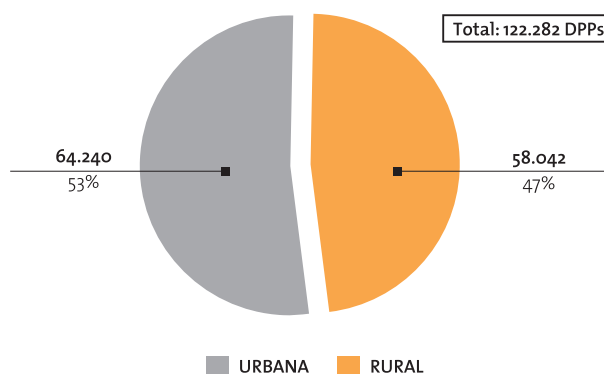
Fonte: IBGE, 2010.

5.3. INADEQUAÇÃO HABITACIONAL

5.3.1. Inadequação total

FIGURA 11
NÚMERO DE
DOMICÍLIOS
INADEQUADOS,
POR CONDIÇÃO DO
DOMICÍLIO.

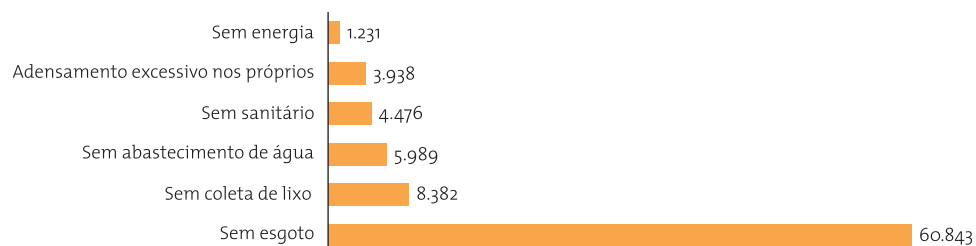
Fonte: IBGE, 2010.



5.3.2. Componentes da inadequação urbana

FIGURA 12
NÚMERO DE
DOMICÍLIOS, POR
COMPONENTE DA
INADEQUAÇÃO
URBANA.

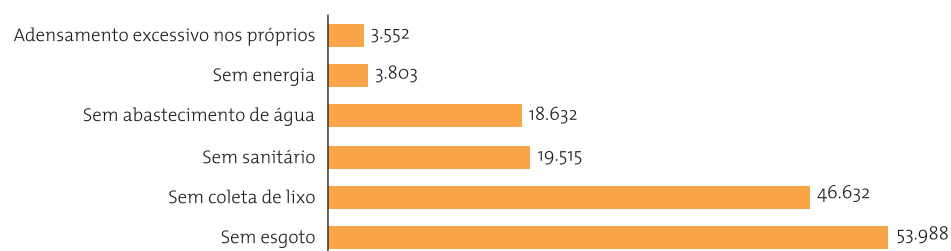
Fonte: IBGE, 2010.



5.3.3. Componentes da inadequação rural

FIGURA 13
NÚMERO DE
DOMICÍLIOS POR
COMPONENTE DA
INADEQUAÇÃO
RURAL.

Fonte: IBGE, 2010.



5.4. QUESTÕES TERRITORIAIS PRIORITÁRIAS

Os municípios participantes das oficinas realizadas para a elaboração do PLANEHAB priorizaram questões comuns ao seu respectivo Território de Identidade. Foram consideradas questões relacionadas aos aspectos habitacionais propriamente ditos, mas também aquelas relacionadas ao desenvolvimento urbano e rural. As principais questões levantadas foram consolidadas sob a forma de diretrizes correlatas da PEHIS – Política Estadual de Habitação de Interesse Social (BAHIA, 2008).

Prioridades	Questões do TI 18	Diretrizes correlatas da PEHIS
1	Produção habitacional isolada dos demais aspectos da moradia.	Políticas e programas de habitação articulados com outras políticas públicas: saúde, saneamento e recursos hídricos, agricultura, meio ambiente etc. Integração dos projetos habitacionais com os investimentos em saneamento básico, infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos coletivos relacionados à habitação na área urbana e rural.
2	Pressão especulativa para expulsão das comunidades carentes e tradicionais.	Definição das prioridades e ações da PEHIS com ênfase para ações em áreas de risco, insalubres e de preservação permanente, bem como em áreas sujeitas a deslocamentos e despejos em razão da execução de obras e empreendimentos promovidos com recursos públicos. Respeito e incorporação, nos projetos habitacionais de interesse social e regularização fundiária, dos padrões de moradia e das formas de parcelamento, uso e ocupação do solo, oriundos da realidade cultural da população atendida, particularmente das populações tradicionais.
3	Estradas vicinais precárias em todo o TI (solução via consórcios públicos).	Integração dos projetos habitacionais com os investimentos em saneamento básico, infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos coletivos relacionados à habitação na área urbana e rural.
4	Deficit e inadequação habitacionais elevados.	Implementação de planos, programas e projetos habitacionais para a população de baixa renda, articulados nos âmbitos federal, estadual e municipal e territórios de identidade. Respeito aos modos de vida, às formas de organização da comunidade, à composição familiar, à diversidade de tipologias, à produção social e cultural das habitações.

QUADRO 1
QUESTÕES
PRIORIZADAS
PELOS GRUPOS
DE TRABALHO DA
OFICINA TERRITORIAL
DO LITORAL NORTE
E AGRESTE BAIANO,
2012.
(continua)

QUADRO 1
QUESTÕES
PRIORIZADAS
PELOS GRUPOS
DE TRABALHO DA
OFICINA TERRITORIAL
DO LITORAL NORTE
E AGRESTE BAIANO,
2012.
(conclusão)

Prioridades	Questões do TI 18	Diretrizes correlatas da PEHIS
5	Regularização fundiária urbana e rural.	Incentivo à implementação dos institutos jurídicos que regulamentam o acesso à moradia e garantam a segurança da posse. Garantia da utilização e aproveitamento prioritário de áreas dotadas de infraestrutura, não utilizadas ou subutilizadas, inseridas nas áreas urbanas, conforme disposto nos planos diretores municipais. Utilização prioritária dos terrenos de propriedade do poder público para a implantação de projetos habitacionais de interesse social e regularização fundiária. Cooperação entre os agentes públicos e privados no processo de urbanização, produção de habitação e de regularização fundiária, em atendimento ao interesse social e às diretrizes estabelecidas na Lei nº 10.257/2001, do Estatuto das Cidades.
6	Ausência de diagnóstico de demandas habitacionais nos municípios.	Adoção de mecanismos transparentes e democráticos de acompanhamento e avaliação e de indicadores de impacto social das políticas, planos e programas de habitação de interesse social; tornar público os procedimentos, processos decisórios e normas de contratação de agentes operadores, para permitir o controle social.
7	Ausência de infraestrutura de lazer e esporte nos empreendimentos habitacionais.	Integração dos projetos habitacionais com os investimentos em saneamento básico, infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos coletivos relacionados à habitação na área urbana e rural.
8	Exigências documentais burocráticas impedindo o acesso aos programas habitacionais.	Adoção de mecanismos transparentes e democráticos de acompanhamento e avaliação e de indicadores de impacto social das políticas, planos e programas de habitação de interesse social; tornar público os procedimentos, processos decisórios e normas de contratação de agentes operadores, para permitir o controle social.

Fonte: elaboração SEDUR/SH. Julho, 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Território de Identidade Litoral Norte e Agreste Baiano apresenta grande precariedade do ponto de vista das suas condições habitacionais, tanto do ponto de vista da habitação propriamente dita, quanto das condições externas à ela, ou seja, da dotação de infraestrutura básica, sobretudo a de saneamento básico. A leitura dos dados relativos às necessidades habitacionais desse Território aponta para os seguintes destaques:

1. O *deficit* habitacional urbano do TI representa aproximadamente 4% do estadual, entretanto, o seu *deficit* rural chega a 6%. Programas habitacionais

rurais, tais como o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR e o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH, devem ser direcionados para a zona rural do Território, de modo a amenizar essa carência.

2. No meio rural são 7.654 domicílios rústicos, ou seja, construídos de materiais precários tais como taipa, adobe, madeira, papelão, dentre outros. Esses domicílios, se somados aos rústicos urbanos, totalizam mais de 10 mil unidades nessa condição. Os municípios que possuem o maior número de domicílios rústicos são os de Catu (1.014), Esplanada (1.000), Alagoinhas (571), Jandaíra (587) e Mata de São João (509).
3. A eliminação de domicílios rústicos é de fundamental importância para a consolidação da Política Estadual de Habitação de Interesse Social – PEHIS. Trata-se, no caso, do *deficit* por reposição do estoque, visto que essas moradias devem ser integralmente substituídas por novas. Programas como Minha Casa Minha Vida (Sub 50) podem contribuir com a eliminação dos domicílios rústicos, sendo direcionados para o atendimento de famílias que vivem nessas condições.
5. O acompanhamento das obras, da ocupação e da pós-ocupação de novos empreendimentos habitacionais é de importância vital para a sustentabilidade do programa. Trata-se do período de identificação de possíveis problemas e de implementação de programas essenciais para o seu pleno funcionamento. Além disso, cabe ao poder público municipal o controle do atendimento à demanda habitacional de forma a assegurar o combate às causas do *deficit*.
6. Considerando que a parte litorânea do Território ainda detém uma considerável população local dedicada às atividades da pesca e da mariscagem, além da coleta da piaçava, deve-se atenção especial ao desenvolvimento de projetos que conservem as tipologias e as necessidades do modo de vida das comunidades chamadas de populações tradicionais.
7. A inadequação tem um peso maior nas necessidades habitacionais regionais, do que o *deficit*. De um total de 178.618 domicílios, 68% são inadequados. No meio rural 94% dos domicílios são inadequados. Os investimentos em infraestrutura básica devem ser portanto direcionados para esse TI, de modo a assegurar uma melhoria nas condições de habitabilidade da população residente. No caso da porção litorânea do Território, que envolve os municípios de Mata de São João, Entre Rios, Esplanada e Jandaíra, o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE pode desenvolver um papel importante nesse sentido, uma vez que a atividade turística depende de condições adequadas de saneamento básico, principal problema da inadequação habitacional verificada.

8. O saneamento básico, sobretudo o esgotamento sanitário e a coleta de resíduos sólidos, é o maior problema relativo à inadequação habitacional. Soluções partilhadas, como por exemplo os consórcios municipais, poderiam representar um avanço no equacionamento do problema.
9. A necessária articulação de políticas setoriais favorece a possibilidade do equacionamento da questão habitacional, porém, estendendo-a para além da moradia, projetos de urbanização de áreas precárias devem ser desenvolvidos com o objetivo de melhorar as condições ambientais associadas às habitacionais.

A compatibilização das recomendações contidas nos PLHIS e nos planos diretores dos municípios que já dispõem desses instrumentos, com os resultados do diagnóstico habitacional da região contido no PLANEHAB, pode representar um excelente instrumento de planejamento territorial e orientar a captação de recursos para projetos e ações, no sentido da obtenção de melhor qualidade de vida para a população ali residente.

APÊNDICE 1
QUADRO
COMPARATIVO ENTRE
O TI LITORAL NORTE
E AGRESTE BAIANO
(TI 18) E O ESTADO DA
BAHIA
(continua)

Variáveis	TI 18	Bahia	% (TI/BA)
População total (IBGE, 2010)	628.236	14.016.906	4,48%
Urbana	401.192	10.102.476	3,97%
Rural	227.044	3.914.430	5,80%
Domicílios Particulares Permanentes (DPPs) - total	178.618	4.094.405	4,36%
DPP urbano	116.963	3.035.107	3,85%
DPP rural	61.655	1.059.298	5,82%
Extrema pobreza	33.558	585.658	5,73%
% extrema pobreza	18,79%	14,30%	
Deficit total	26.219	551.133	4,76%
% deficit total/total DPPs	14,68%	13,46%	
Deficit urbano	14.513	367.395	3,95%
% deficit urbano/DPPs urbanos	55,35%	66,66%	
Deficit rural	11.706	183.737	6,37%
% deficit rural/DPPs rurais	18,99%	17,35%	
Componentes do deficit urbano			
Ônus com aluguel	4.768	136.608	3,49%
% no deficit urbano	30,40%	34,00%	
Rústicos	2.551	51.079	4,99%
% no deficit urbano	16,27%	12,71%	
Improvisados	265	8.382	3,16%
% no deficit urbano	1,69%	2,09%	
Cômodos	137	15.782	0,87%
% no deficit urbano	0,87%	3,93%	
Coabitação	7.329	167.274	4,38%
% no deficit urbano	46,73%	41,63%	
Adensamento excessivo nos alugados	635	22.702	2,80%
% no deficit urbano	4,05%	5,65%	

Variáveis	TI 18	Bahia	% (TI/BA)
Componentes do <i>deficit</i> rural			
Ônus excessivo com aluguel	312	4.218	7,40%
% no <i>deficit</i> rural	2,46%	2,12%	
Rústico	7.654	111.239	6,88%
% no <i>deficit</i> rural	60,34%	55,91%	
Improvísado	245	4.500	5,44%
% no <i>deficit</i> rural	1,93%	2,26%	
Cômodo	45	1.397	3,25%
% no <i>deficit</i> urbano	0,36%	0,70%	
Coabitação	4.333	76.409	5,67%
% no <i>deficit</i> rural	34,16%	38,40%	
Adensamento excessivo nos alugados	96	1.199	7,98%
% no <i>deficit</i> rural	0,75%	0,60%	
Inadequação	122.282	2.215.490	5,51%
Inadequação urbana	64.240	1.200.565	5,35%
% inadequação	54,92%	39,56%	
Inadequação por infraestrutura (água, esgoto e energia elétrica)	62.759	1.136.509	5,52%
% inadequação por infraestrutura (água, esgoto e energia elétrica)	53,66%	37,45%	
Domicílios sem água	5.989	157.709	3,80%
% sem água	5,12%	5,20%	
Domicílios sem esgoto	60.843	1.021.876	5,95%
% sem esgoto	52,02%	33,67%	
Domicílios sem coleta de lixo	8.382	135.120	6,20%
% sem coleta de lixo	7,17%	4,45%	
Domicílios sem energia	1.231	21.384	5,76%
% sem energia	1,05%	0,70%	
Domicílios sem sanitário	4.476	138.337	3,24%
% sem sanitário	3,83%	4,56%	
Adensamento excessivo em domicílio próprio	3.938	98.972	3,98%
% adensamento excessivo em domicílio próprio	6,39%	9,34%	
Inadequação rural	58.042	1.014.925	5,72%
% inadequação	94,14%	95,81%	
Inadequação por infraestrutura (água, esgoto e energia elétrica)	57.851	1.013.135	5,71%
% inadequação por infraestrutura (água, esgoto e energia elétrica)	93,83%	95,64%	
Domicílios sem água	18.632	496.891	3,75%
% sem água	30,22%	46,91%	
Domicílios sem esgoto	53.988	949.973	5,68%
% sem esgoto	87,56%	89,68%	
Domicílios sem coleta de lixo	46.632	835.798	5,58%
% sem coleta de lixo	75,63%	78,90%	
Domicílios sem energia	3.803	123.956	3,07%
% sem energia	6,17%	11,70%	
Domicílios sem sanitário	19.515	385.434	5,06%
% sem sanitário	31,66%	36,38%	4,98%
Adensamento excessivo em domicílio próprio	3.552	49.250	7,21%
% adensamento excessivo em domicílio próprio	5,76%	4,65%	6,57%

APÊNDICE 1



6. TERRITÓRIO DE IDENTIDADE PORTAL DO SERTÃO

6.1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

O Território de Identidade Portal do Sertão (TI19) é formado por 17 municípios: Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio e Terra Nova. Pela importância de sua localização geoeconômica, Feira de Santana se constitui em único município polo do Território. Aí se situa um dos maiores entroncamentos rodoviários do interior do país e o maior do norte e nordeste, constituído por três rodovias federais, as BR-101, BR-116 e BR-324, e quatro rodovias estaduais, as BA-052, BA-502, BA-503 e BA-504, o que favorece uma concentração de fluxo de população, mercadorias e dinheiro, num entreposto que liga o Nordeste ao Centro-Sul do Brasil, na fronteira da capital Salvador com o sertão; do Recôncavo aos tabuleiros do semiárido da Bahia (BAHIA, 2012).

O TI Portal do Sertão abriga uma população total de 872.780 habitantes, que corresponde 6,23% da população estadual, distribuindo-se em 250.739 Domicílios Particulares Permanentes – DPPs, entre rurais e urbanos (Apêndice 1¹), com uma densidade média domiciliar de 3,5 pessoas por domicílio (IBGE, 2010). Feira de Santana é o único município baiano, além de Salvador, com população superior a 500 mil habitantes. Os demais municípios do TI em análise, não atingem cinquenta mil habitantes, e dez deles têm menos de vinte mil.

Mais de dois terços da população desse TI (78%) estão na zona urbana (Figura 1) embora, na maioria dos municípios o número de domicílios rurais supere os urbanos. Isto se dá face ao peso de Feira de Santana, onde vivem aproximadamente 75% da população que, por sua vez, se concentra na área urbana (mais de 90% dos DPPs de Feira de Santana, ou seja, 150.456, são urbanos).

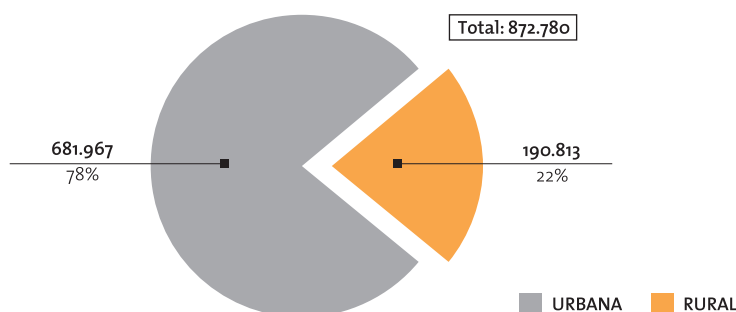


FIGURA 1
POPULAÇÃO DO
TERRITÓRIO, POR
SITUAÇÃO DO
DOMICÍLIO.

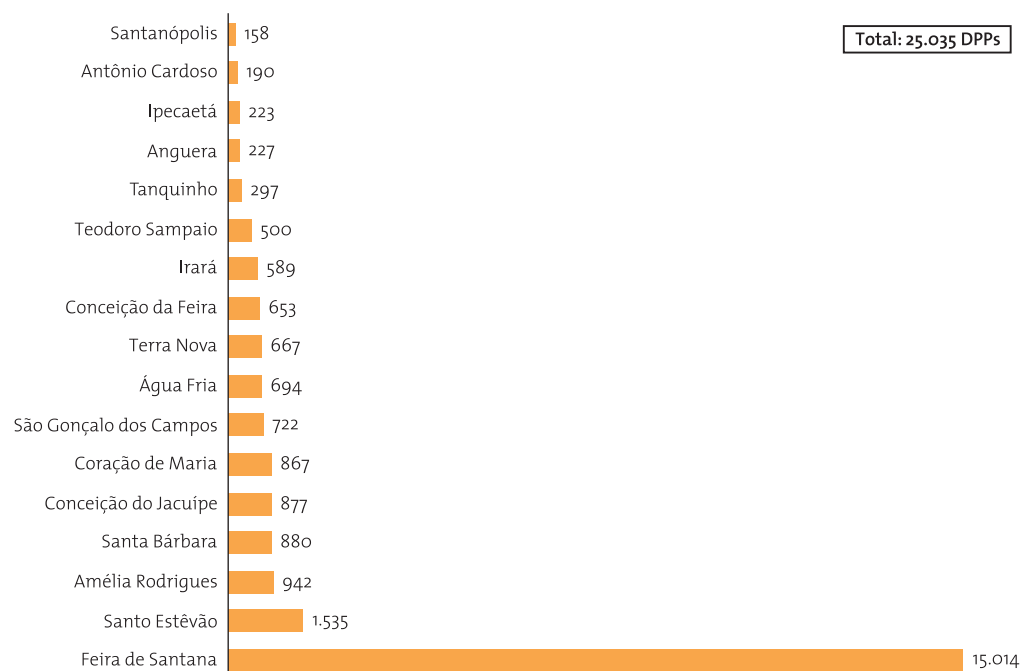
Fonte: IBGE, 2010.

1 Com o objetivo de permitir uma análise comparativa entre o Território de Identidade e o estado da Bahia, apresenta-se, como Apêndice 1, a relação das variáveis consideradas neste trabalho e seus respectivos valores (IBGE, 2010)

A região apresenta considerável índice de domicílios em extrema pobreza, que representa 9,99% do total de domicílios existentes, totalizando 25.035 domicílios nessa condição. Em termos absolutos, estas famílias se concentram no município de Feira de Santana (15.014 DDPs), distanciando-se do segundo colocado, Santo Estêvão, com 1.535 DDPs (Figura 2).

FIGURA 2
TOTAL DE
DOMICÍLIOS EM
EXTREMA POBREZA,
POR MUNICÍPIO.

Fonte: IBGE, 2010.



Em termos relativos, observa-se que quase 10 dos 17 municípios superam a média estadual (14,30%) de domicílios em extrema pobreza, em relação ao total de domicílios particulares (IBGE, 2010).

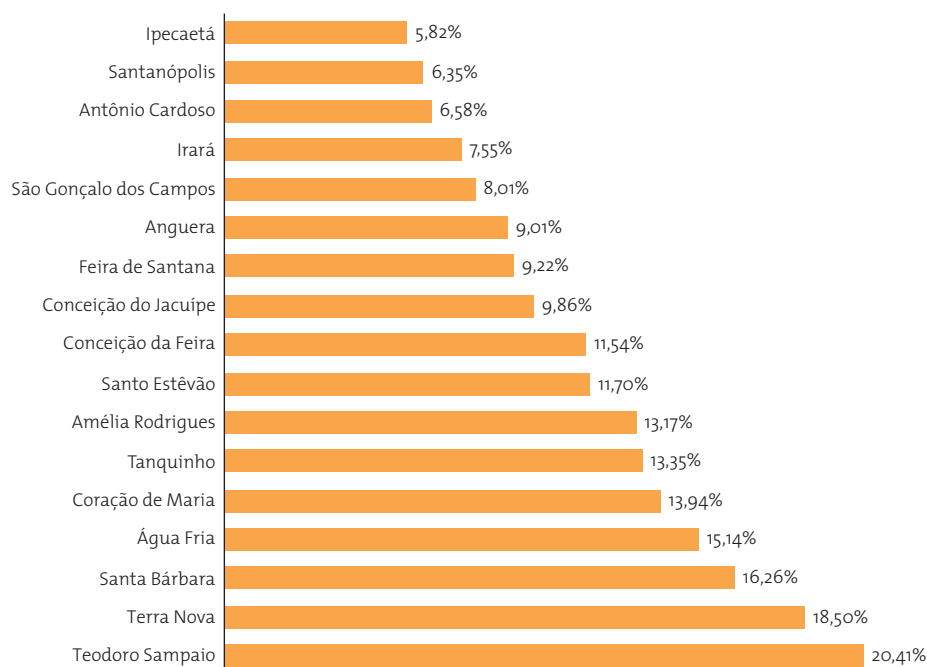


FIGURA 3
PROPORÇÃO DE
DOMICÍLIOS EM
EXTREMA POBREZA,
POR MUNICÍPIO.

Fonte: IBGE, 2010.

6.2. NECESSIDADES HABITACIONAIS

O conceito de necessidades habitacionais apresenta duas dimensões: a quantitativa, que se reporta ao *deficit* e a qualitativa, que se refere à inadequação habitacional. As figuras a seguir (Figuras 4 a 13) sintetizam os resultados do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social e de Regularização Fundiária – PLANEHAB (BAHIA, 2013) para esse Território de Identidade, considerando os seus respectivos municípios. Foram trabalhadas as informações relativas às necessidades habitacionais desse Território, bem como os componentes do *deficit* e da inadequação. Oportunamente esse material será utilizado para a elaboração de planos regionais de habitação de interesse social, visando apoiar os municípios e os seus conselhos de habitação na gestão da política habitacional.

6.2.1. *Deficit* total básico

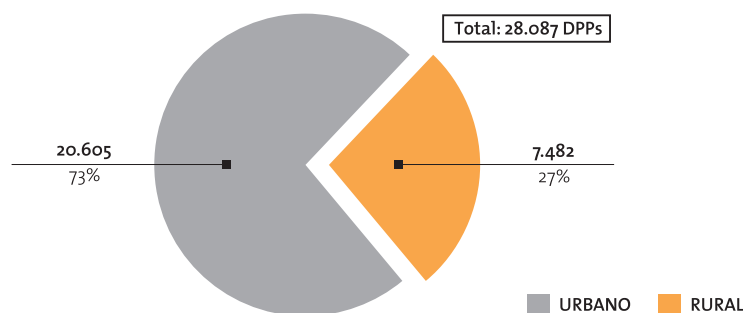


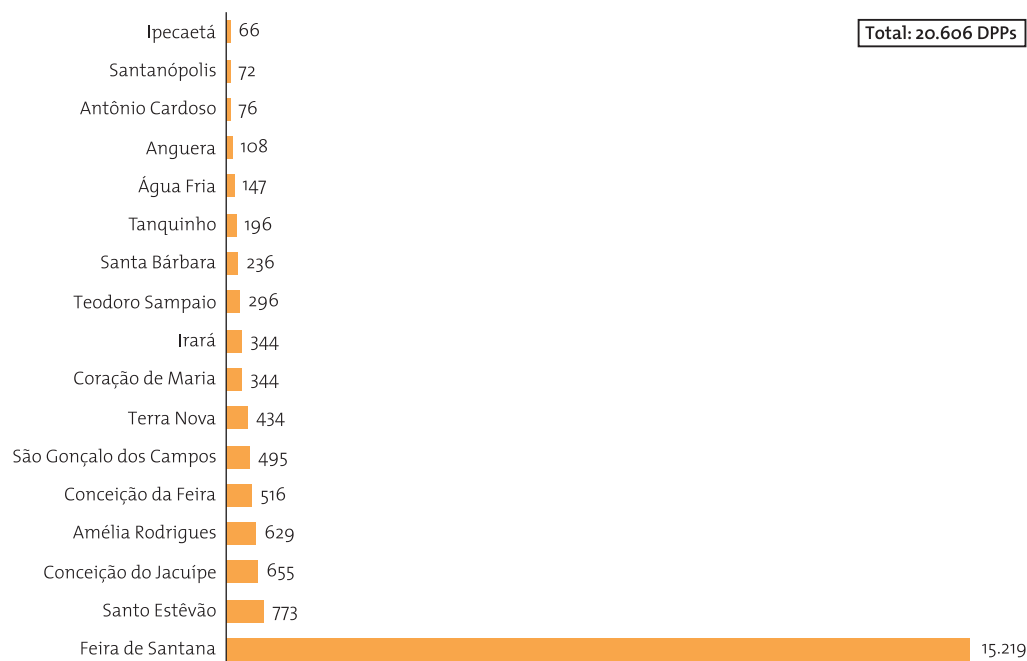
FIGURA 4
DISTRIBUIÇÃO DO
DEFICIT TOTAL POR
CONDIÇÃO DO
DOMICÍLIO.

Fonte: IBGE, 2010.

6.2.2. Deficit urbano básico

FIGURA 5
DEFICIT URBANO, POR
MUNICÍPIO.

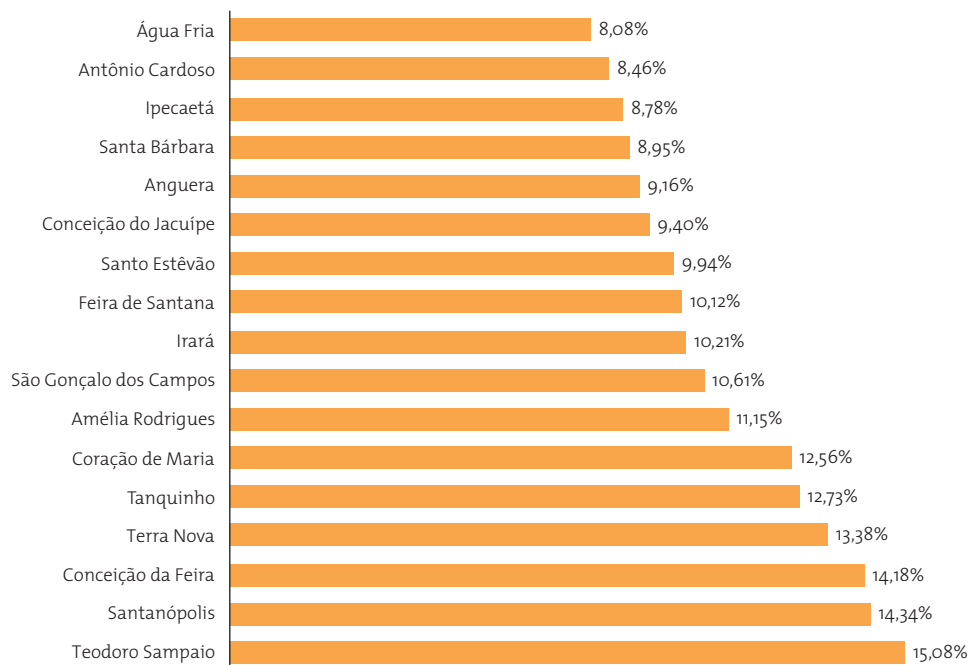
Fonte: IBGE, 2010.



6.2.3. Deficit urbano relativo²

FIGURA 6
PROPORÇÃO DO
DEFICIT URBANO EM
RELAÇÃO AO TOTAL
DE DOMICÍLIOS, POR
MUNICÍPIO.

Fonte: IBGE, 2010.



² O *deficit* habitacional relativo corresponde à proporção do *deficit* existente (total, urbano ou rural) em relação ao número de domicílios existentes (total, urbanos ou rurais).

6.2.4. Componentes do *deficit* urbano

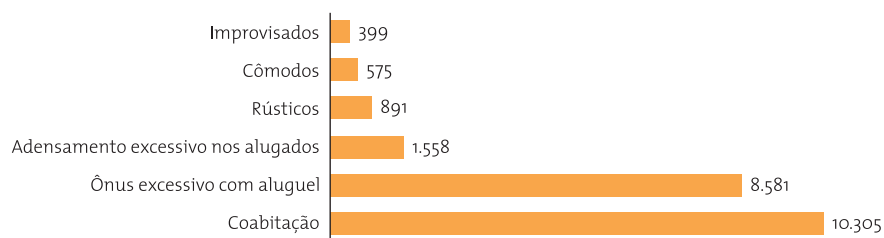


FIGURA 7
NÚMERO DE
DOMICÍLIOS POR
COMPONENTE DO
DEFICIT URBANO.

Fonte: IBGE, 2010.

6.2.5. *Deficit* rural básico

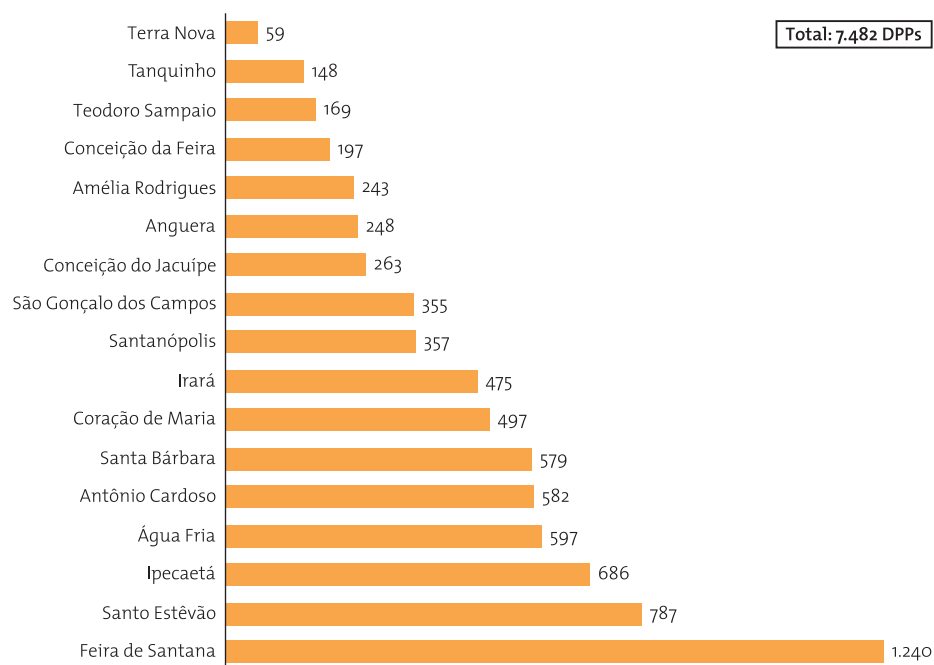


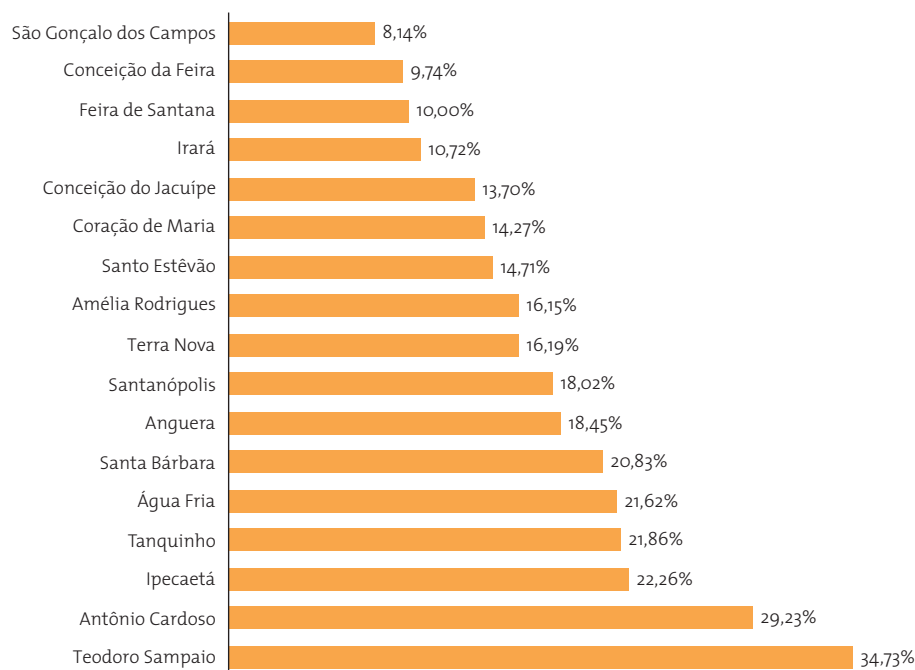
FIGURA 8
DEFICIT RURAL, POR
MUNICÍPIO.

Fonte: IBGE, 2010.

6.2.6. Deficit rural relativo

FIGURA 9
PROPORÇÃO DO
DEFICIT RURAL EM
RELAÇÃO AO TOTAL
DE DOMICÍLIOS, POR
MUNICÍPIO.

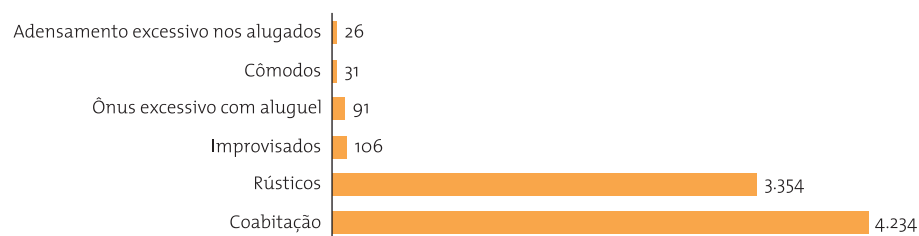
Fonte: IBGE, 2010.



6.2.7. Componentes do deficit rural

FIGURA 10
NÚMERO DE
DOMICÍLIOS POR
COMPONENTE DO
DEFICIT RURAL.

Fonte: IBGE, 2010.



6.3. INADEQUAÇÃO HABITACIONAL

6.3.1. Inadequação total

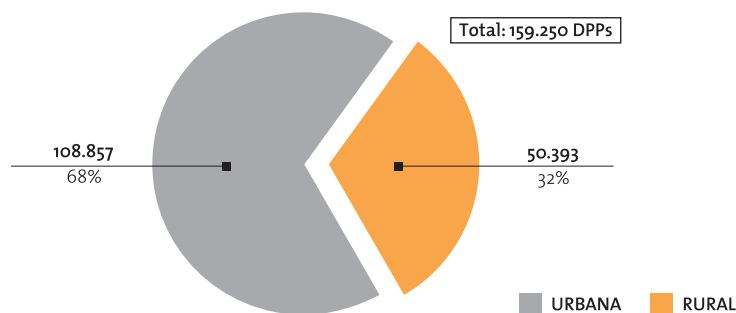


FIGURA 11
NÚMERO DE DOMICÍLIOS INADEQUADOS, POR CONDIÇÃO DO DOMICÍLIO.

Fonte: IBGE, 2010.

6.3.2. Componentes da inadequação urbana

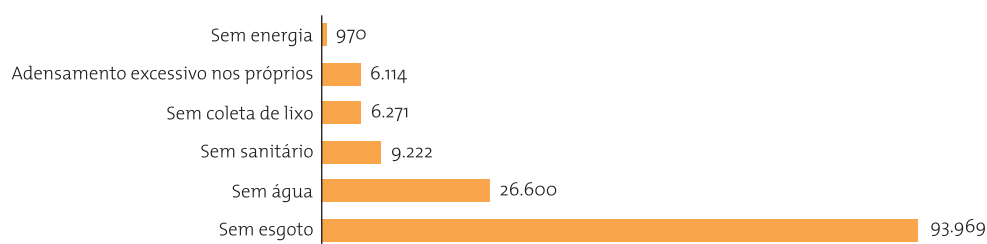


FIGURA 12
NÚMERO DE DOMICÍLIOS POR COMPONENTE DA INADEQUAÇÃO URBANA.

Fonte: IBGE, 2010.

6.3.3. Componentes da inadequação rural

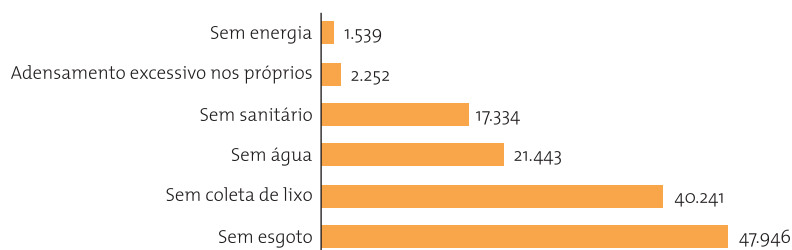


FIGURA 13
NÚMERO DE DOMICÍLIOS POR COMPONENTE DA INADEQUAÇÃO RURAL.

Fonte: IBGE, 2010.

6.4. QUESTÕES TERRITORIAIS PRIORITÁRIAS

Os municípios participantes das oficinas realizadas para a elaboração do PLANEHAB priorizaram questões comuns ao seu respectivo Território de Identidade. Foram consideradas questões relacionadas aos aspectos habitacionais propriamente ditos, mas também relacionadas ao desenvolvimento urbano e rural. As principais questões levantadas foram consolidadas sob a forma de diretrizes correlatas da PEHIS (BAHIA, 2008).

QUADRO 1
QUESTÕES
PRIORIZADAS
PELOS GRUPOS
DE TRABALHO DA
OFICINA TERRITORIAL
DO PORTAL DO
SERTÃO, 2012.
(continua)

Prioridades	Questões do TI 19	Diretrizes correlatas da PEHIS
1	Deficit habitacional urbano e rural; regularização fundiária para o cumprimento da função social da propriedade.	Implementação de planos, programas e projetos habitacionais para a população de baixa renda, articulados nos âmbitos federal, estadual, municipal e territorial. Utilização prioritária dos terrenos de propriedade do poder público para projetos habitacionais de interesse social e regularização fundiária. Incentivo à implementação dos institutos jurídicos que regulamentam o acesso à moradia e garantam a segurança da posse.
2	Projetos habitacionais inadequados e sem infraestrutura.	Integração dos projetos habitacionais com os investimentos em saneamento básico, infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos coletivos relacionados à habitação na área urbana e rural.
3	Mobilidade urbana e rural (acessibilidade e transporte público).	Políticas e programas de habitação articulados com outras políticas públicas: mobilidade, agricultura, meio ambiente e segurança pública. Execução dos projetos de habitação de interesse social em áreas que possibilitem acesso às opções de transporte público, trabalho e emprego, serviços de saúde, escolas, cultura e lazer.
4	Ocupações precárias em área de risco.	Definição das prioridades e ações da PEHIS com ênfase para áreas de risco, insalubres e de preservação permanente, bem como as áreas sujeitas a deslocamentos e despejos em razão da execução de obras e empreendimentos públicos.
5	Utilização dos vazios urbanos e imóveis abandonados.	Garantia da utilização e aproveitamento prioritário de áreas dotadas de infraestrutura não utilizadas ou subutilizadas, inseridas nas áreas urbanas, conforme disposto nos planos diretores municipais.
6	Falta de respeito e cumprimento às legislações no âmbito municipal, estadual e federal.	Adoção de mecanismos transparentes e democráticos de acompanhamento e avaliação e de indicadores de impacto social das políticas, planos e programas de habitação de interesse social; tornar público os procedimentos, processos decisórios e normas de contratação de agentes operadores, para permitir o controle social.
7	Inexistência ou inoperância dos conselhos.	
8	Invasão da zona rural por empreendimentos de grande porte.	Políticas e programas de habitação articulados com outras políticas públicas: agricultura, meio ambiente, mobilidade e segurança pública.

Prioridades	Questões do TI 19	Diretrizes correlatas da PEHIS
9	Falta de acompanhamento do projeto nos empreendimentos habitacionais.	Adoção de mecanismos transparentes e democráticos de acompanhamento e avaliação e de indicadores de impacto social das políticas, planos e programas de habitação de interesse social; tornar público os procedimentos, processos decisórios e normas de contratação de agentes operadores, para permitir o controle social.
10	Falta de preservação ambiental nos empreendimentos.	Definição das prioridades e ações da PEHIS com ênfase para ações em áreas de risco para a vida, insalubres e de preservação permanente, bem como as áreas sujeitas a deslocamentos e despejos em razão da execução de obras e empreendimentos promovidos com recursos públicos.

Fonte: elaboração SEDUR/SH. Julho, 2012.

QUADRO 1
QUESTÕES
PRIORIZADAS
PELOS GRUPOS
DE TRABALHO DA
OFICINA TERRITORIAL
DO PORTAL DO
SERTÃO, 2012.
(conclusão)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Território de Identidade Portal do Sertão apresenta particularidades relativas ao porte e às necessidades habitacionais dos municípios que o compõem. Considerando, primeiramente, a diferença no porte populacional, observa-se que, enquanto o município polo de Feira de Santana tem população superior a 500 mil habitantes, a segunda maior do Estado, todos os demais possuem população inferior a 20 mil.

A população de Feira de Santana está concentrada na área urbana do município, na qual também se verifica o maior *deficit* urbano do Território. Excetuando-se, todavia, o município de Feira de Santana, observa-se a predominância de domicílios rurais sobre os urbanos, assim como um *deficit* rural superior ao urbano.

É relevante observar a situação dos municípios quanto à proporção da população que vive em condições de extrema pobreza. Do conjunto, 10 municípios estão acima da média estadual nesse quesito, que é de 14,3 %. O município de Feira de Santana concentra o maior número de famílias nessa condição. Estas constatações se tornam relevantes para o direcionamento dos recursos e dos programas habitacionais a serem orientados para o Território em questão.

Quanto à questão habitacional, é marcante a condição de vulnerabilidade, tanto do ponto de vista da moradia propriamente dita, quanto da dotação de infraestrutura básica e de serviços sociais. A leitura das necessidades habitacionais territoriais indica as seguintes diretrizes:

1. São recomendados programas como o PMCMV (over 50) para Feira de Santana e, para os demais, o PMCMV (sub 50) e o PMCMV para entidades, havendo a possibilidade de erradicar o *deficit* urbano em três municípios, Antônio Cardoso, Santanópolis e Ipecaetá, onde o *deficit* é inferior a 100 unidades habitacionais.

2. Os programas rurais, tais como o PNHR e PSH, são fundamentais para o equacionamento da questão habitacional, pois, desagregando-se o município polo, o *deficit* é maior na área rural.
3. Os domicílios rústicos, no meio rural, representam 44% do *deficit* habitacional rural do Território. Em termos absolutos, em 2010, seria necessária a construção de 7.482 novas moradias na zona rural, das quais 3.354 para substituir aquelas construídas com materiais inadequados e insalubres do ponto de vista habitacional, para sanar o *deficit* da zona rural. Programas como o MCMV para municípios com população inferior a 50 mil habitantes e outros, como o PNHR ou PSH, poderiam contribuir para a eliminação dos domicílios rústicos, priorizando o atendimento das famílias que vivem nessas condições.
4. A inadequação tem um peso maior do que o *deficit*, considerando-se o conjunto das necessidades habitacionais regionais. Em um total de 199.791 domicílios urbanos, 54% são inadequados. No meio rural, a inadequação abrange 99% dos 50.393 domicílios existentes. Investimentos em infraestrutura básica devem ser direcionados para esses municípios, assegurando-se melhoria nas condições de habitabilidade regional.
5. O saneamento básico, sobretudo a falta de esgotamento sanitário, é o maior problema relativo à inadequação habitacional, sendo que na zona urbana atinge 47% dos domicílios, enquanto na área rural, 94% deles. No meio rural, a inadequação da coleta e disposição dos resíduos sólidos e a falta de abastecimento de água potável, também atingem índices elevados, sendo de 79% e 42%, respectivamente. Considerando que se trata de municípios de pequeno porte, exceto Feira de Santana, soluções partilhadas, como por exemplo, consórcios municipais, podem representar um avanço no equacionamento do problema.
6. A necessária articulação de políticas setoriais favorece a possibilidade de equacionamento da questão habitacional.
7. É fundamental fortalecer as ações de sensibilização e de assistência técnica, especialmente nos municípios de menor população, tanto para a elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social – PLHIS, requisito da Política Nacional de Habitação, quanto para a formação de conselhos gestores de habitação, assegurando-se a capacitação e estruturação do setor.

A compatibilização das recomendações dos PLHIS e nos Planos Diretores municipais com os resultados do diagnóstico habitacional da região, contido no PLANEHAB, pode representar um efetivo instrumento de planejamento territorial e orientar a captação de recursos para projetos e ações, buscando melhorar a qualidade de vida da população ali residente.

Variáveis	TI 19	Bahia	% (TI/BA)
População total (IBGE, 2010)	872.780	14.016.906	6,23%
Urbana	681.967	10.102.476	6,75%
Rural	190.813	3.914.430	4,87%
Domicílios Particulares Permanentes (DPPs) – total	250.739	4.094.405	6,12%
DPP urbano	199.791	3.035.107	6,58%
DPP rural	50.948	1.059.298	4,81%
Extrema pobreza	25.035	585.658	4,27%
% extrema pobreza	9,99%	14,30%	
Deficit total	28.088	551.133	5,10%
% deficit total/total DPPs	11,20%	13,46%	
Deficit urbano	20.606	367.395	5,61%
% deficit urbano/DPPs urbano	73,36%	66,66%	
Deficit rural	7.482	183.737	4,07%
% deficit rural/DPPs rural	14,69%	17,35%	
Componentes do deficit urbano			
Ônus excessivo com aluguel	8.581	136.608	6,28%
% no deficit urbano	38,47%	34,00%	
Rústicos	891	51.079	1,74%
% no deficit urbano	4,00%	12,71%	
Improvistos	399	8.382	4,75%
% no deficit urbano	1,79%	2,09%	
Cômodos	575	15.782	3,64%
% no deficit urbano	2,58%	3,93%	
Coabitação	10.305	167.274	6,16%
% no deficit urbano	46,19%	41,63%	
Adensamento excessivo nos alugados	1.558	22.702	6,86%
% no deficit urbano	6,98%	5,65%	
Componentes do deficit rural			
Ônus excessivo com aluguel	91	4.218	2,16%
% no deficit rural	1,16%	2,12%	
Rústicos	3.354	111.239	3,02%
% no deficit rural	42,77%	55,91%	
Improvistos	106	4.500	2,36%
% no deficit rural	1,36%	2,26%	
Cômodos	31	1.397	2,24%
% no deficit urbano	0,40%	0,70%	
Coabitação	4.234	76.409	5,54%
% no deficit rural	53,99%	38,40%	
Adensamento excessivo nos alugados	26	1.199	2,16%
% no deficit rural	0,33%	0,60%	
Inadequação - total	159.250	2.215.490	7,18
Inadequação urbana	108.857	1.200.565	
% inadequação	54,49%	39,56%	

APÊNDICE 1

QUADRO
COMPARATIVO ENTRE
O TI PORTAL DO
SERTÃO (TI 19) E O
ESTADO DA BAHIA
(continua)

APÊNDICE 1
QUADRO
COMPARATIVO ENTRE
O TI PORTAL DO
SERTÃO (TI 19) E O
ESTADO DA BAHIA
(conclusão)

Variáveis	TI 19	Bahia	% (TI/BA)
Inadequação por infraestrutura (água, esgoto e energia elétrica)	105.986	1.136.509	9,33%
% por infraestrutura (água, esgoto e energia elétrica)	53,05%	37,45%	
Domicílios sem água	26.600	157.709	16,87%
% sem água	13,31%	5,20%	
Domicílios sem esgoto	93.969	1.021.876	9,20%
% sem esgoto	47,03%	33,67%	
Domicílios sem coleta de lixo	6.271	135.120	4,64%
% sem coleta de lixo	3,14%	4,45%	
Domicílios sem energia	970	21.384	4,54%
% sem energia	0,49%	0,70%	
Domicílios sem sanitário	9.222	138.337	6,67%
% sem sanitário	4,62%	4,56%	
Adensamento excessivo em domicílio próprio	6.114	98.972	6,18%
% adensamento excessivo em domicílio próprio	12,00%	9,34%	
Inadequação rural	50.393	1.014.925	4,97%
% inadequação	98,91%	95,81%	
Inadequação por infraestrutura (água, esgoto e energia elétrica)	50.364	1.013.135	4,97%
% inadequação por infraestrutura (água, esgoto e energia elétrica)	98,85%	95,64%	
Domicílios sem água	21.443	496.891	4,32%
% sem água	42,09%	46,91%	
Domicílios sem esgoto	47.946	949.973	5,05%
% sem esgoto	94,11%	89,68%	
Domicílios sem coleta de lixo	40.241	835.798	4,81%
% sem coleta de lixo	78,98%	78,90%	
Domicílios sem energia	1.539	123.956	1,24%
% sem energia	3,02%	11,70%	
Domicílios sem sanitário	17.334	385.434	4,50%
% sem sanitário	34,02%	147	
Adensamento excessivo em domicílio próprio	2.252	49.250	4,57%
% adensamento excessivo em domicílio próprio	4,42%	18,90%	

Fonte: SEDUR/SH, PLANEHAB. Julho, 2012.

A partir do trabalho de organização e sistematização de informações percebem-se as especificidades locais que vão proporcionar uma escala de atendimento das demandas habitacionais mais adequada e mais próxima da realidade dos municípios baianos e das suas respectivas regiões. Esta análise, oportunamente aperfeiçoada e ampliada para os 27 Territórios de Identidade, permitirá um planejamento habitacional melhor distribuído entre as regiões, e mais equilibrado entre as necessidades de provisão habitacional e aquelas relativas à urbanização e/ou requalificação de assentamentos precários.

